

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0001/AM/19, de 22/02/2019**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Manuel Sobreiro Ferreira, Edite Maria Pascoal da Silva, António Pedro Pedrosa, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, João Paulo Antunes dos Santos, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, José Gomes Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Felismino Carreira, João Pedro Abegão Matias, Edgar Jacinto Domingues, António José Cardoso Pires da Silva, Maria Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, Manuel Freire Barros, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Elisabete Maria dos Santos Alves, Patricia Inês dos Santos Carvalho, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Liliana Adelina Gonçalves Silva, Pedro Miguel Silva Pinto, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Manuel Henriques Nogueira Matos, Humberto Margarido Lopes, Sílvio Mota Santos, Pedro Manuel Neves da Silva, Gonçalo José Simões Ramos, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre A. Faustino Pimpão dos Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Carlos José Mendes Santos, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 20/12/2018;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Eleição de membro da Assembleia Municipal na sequência de renúncia apresentada por um elemento do Movimento Narciso Mota Pombal Humano, para representar o Município na Assembleia Intermunicipal na Comunidade Intermunicipal Região de Leiria (CIMRL), nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 83.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2018 - Lei 08/2012 de 21/01;

Ponto 2.4 Apresentação dos Relatórios de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 1.º e 2.º Trimestre de 2018 - Para conhecimento;

Ponto 2.5. Apreciação do Relatório de Auditoria n.º 01/2019 – 2.ª secção – Auditoria aos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e aos respetivos Planos Operacionais Municipais – Município de Pombal, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei



MUNICÍPIO DE POMBAL

n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara relativa ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Pombal;

Ponto 2.7. Apresentação da proposta da Câmara sobre os processos de aquisição de bens e serviços efetuados no ano de 2018 ao abrigo da autorização genérica, deliberada em 27.12.2017 - Para conhecimento;

Ponto 2.8. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação das propostas dos Srs. Presidentes de Junta para convocação de reunião extraordinária do Conselho da Comunidade do ACES do Pinhal Litoral.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dra. Ana Cabral, Drª Ana Gonçalves, Eng.º Pedro Murtinho, Dr. Pedro Brilhante, Eng.º Narciso Mota, Dra. Anabela Neves e Dra Odete Alves .

Presidiu à sessão Maria Fernanda Lopes Guardado Marques como Presidente e foram secretários Manuel Sobreiro Ferreira, como 1.º Secretário, e Edite Maria Pascoal da Silva, como 2.ª Secretária.

Posteriormente, procedeu-se à chamada, sendo que a **Senhora Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, João Pedro Abegão Matias;

De Maria Adelaide Pereira da Conceição tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Nuno Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Edite Maria Pascoal da Silva;

De João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, António Pedro Pedrosa;

De Pedro Daniel Jordão Ferraz, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Felismino Carreira;

De Cláudia Sofia da Costa Duarte tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Maria da Conceição de Freitas Anastácio;

Da Bancada do Partido Socialista:

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Elisabete Maria dos Santos Alves;

Da Bancada do CDS:

De Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, tendo sido chamado a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Liliana Adelina Gonçalves Silva;

De Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Pedro Pinto.

Da Bancada do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano:



MUNICÍPIO DE POMBAL

De Maria Ofélia dos Santos Moleiro, que pediu justificação de falta.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“Vamos, então, dar início à nossa reunião. Mas, tenho aqui uma proposta para inclusão de um ponto na nossa ordem de trabalhos. Esse ponto prende-se com a situação da saúde no nosso concelho, e este ponto vai ser posto a votação com a seguinte designação: “Apresentação, discussão e votação das propostas dos Srs. Presidentes de Junta para convocação de reunião extraordinária do Conselho da Comunidade do ACES do Pinhal Litoral”.

Quem é que vota contra a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos? Quem é que se abstém? Este ponto vai para a ordem de trabalhos, com uma (1) abstenção, e passa a integrar o Ponto n.º 2.9.

Em seguida, vamos proceder à votação da ata da última reunião, uma vez que verifiquei que não há aqui público para intervir. Vamos proceder à leitura da ata. Mas, antes disso, já deram pela falta de um elemento na Mesa. E portanto, eu ia convidar a Sra. Deputada Edite Pascoal, se pode vir fazer de 2.ª Secretária. Alguém se opõe a este convite? Então, Edite, faça favor de nos vir aqui ajudar. Muito obrigada.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 25/09/2018.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“Então, vamos à aprovação da ata. Quem é que se inscreve para usar da palavra neste ponto? Sr. Deputado Carlos Lopes, tem a palavra.

Carlos Lopes (PS) tomou a palavra como se transcreve:

“Sra. Presidente, muito obrigado. Aproveito para cumprimentar a Mesa, cumprimentar os Srs. Vereadores, cumprimentar os meus ilustres colegas.

E relativamente aqui à questão da ata, Sra. Presidente, na pág. 20, logo aqui no início, diz: “O Deputado João Coucelo (PS) usou da palavra, como se transcreve”. Peço desculpa, mas não é o deputado João Coucelo, fui eu próprio que fiz esta intervenção.

Depois, na pág. 66, o resultado da votação relativamente ao Orçamento que aí está, se fizer as contas, não dá certo. Ou seja, o PS, não foi só um voto contra, foram quatro. Se somar o resultado da votação, há de constatar que não dá o número de votos que estão aí mencionados. Na pág. 66, veja lá o resultado da votação.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

Muito obrigada. Vai ser reposta essa situação. Quanto ao Orçamento, a Assembleia deliberou por maioria, com doze votos contra (cinco do NMPH, dois do CDS, um do PS e um do Bloco de Esquerda), e uma abstenção (do PSD).”

Carlos Lopes (PS):

“Mas, não é uma do PS, são quatro. E era só.”

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

Muito obrigada, Sr. Deputado, já está emendado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Então, não havendo mais inscrições, quem é que vota contra a ata da última sessão? Quem é que se abstém? A ata foi aprovada por maioria, com três (3) abstenções, certamente porque não estiveram presentes. Muito obrigada. Sim, Sr. Deputado, vai ficar na ata o registo da sua justificação de voto.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocada a ata da sessão ordinária de 20 de dezembro de 2018 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com três abstenções, por ausência da respetiva sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

A **Presidente da Assembleia** passou a dar conhecimento do expediente recebido na Mesa, o qual se encontra disponível para consulta, fazendo a seguinte intervenção:

“Em seguida, dar-vos conta da correspondência recebida, que tenho pedido aos serviços para vos enviar essa correspondência. No entanto, houve um ofício da Comunidade Intermunicipal Região de Leiria que nos chegou aqui há um tempo, e então, esse ofício dizia o seguinte – o tema era ainda sobre a descentralização de competências, que nós aqui já deliberámos sobre essa temática. No entanto, a Comunidade Intermunicipal Região de Leiria enviou um ofício à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal. No entanto, nós não podemos aqui tomar nenhuma deliberação, na medida em que esta Assembleia continua a aguardar resposta às questões colocadas àquela Comunidade Intermunicipal pelo Sr. Presidente da Câmara, Diogo Mateus, no sentido de serem esclarecidos um conjunto de pontos que prejudicam o início do processo da reapreciação da posição municipal. Portanto, o Presidente enviou-lhe algumas questões, a Comunidade Intermunicipal ainda não respondeu a elas, daí que seja prematuro esta Assembleia voltar a pronunciar-se sobre essa temática.”

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“Posto isto, chegou à Mesa um voto de louvor, que vai ser apresentado pela Sra. Deputada Liliana Silva. Faça favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente. Muito obrigada. Boa tarde a todos os presentes.

O CDS-PP vai apresentar o seguinte voto de louvor a Noemi Freire:

“O CDS-PP de Pombal, em Assembleia Municipal de dia 22 de fevereiro de 2019, no cumprimento do disposto no art.º 28.º do Regimento da Assembleia Municipal de Pombal, apresenta a seguinte proposta de voto de louvor a Noemi Freire:

Noemi Freire é militar da Marinha Portuguesa. Nasceu em França, a 27 de fevereiro de 1988, residiu na Freguesia de Vila Cã e fez toda a sua formação escolar em Pombal.

No passado dia 19 de fevereiro, na Base Naval do Alfeite, Noemi Freire recebeu o diploma e o submarino que irá ser cosido na lapela da farda, tornando-se na primeira mulher a integrar a esquadilha de um submarino em Portugal.

Noemi Freire ingressou na Marinha Portuguesa em janeiro de 2007 para realizar o curso de formação de praças, na especialidade de operações. Após a conclusão do curso, e até 2017, ano em que foi admitida no curso de especialização em submarinos, para o qual se voluntariou, desempenhou funções a bordo das fragatas NRP Corte Real e NRP Bartolomeu Dias, e no Centro de Operações Marítimas do Comando Naval.

Durante o curso de especialização em submarinos, a 1.º Marinheiro Noemi Freire demonstrou ser uma militar motivada e interessada, realizando com aproveitamento todas as provas teóricas. As mais de novecentas horas de navegação realizadas no curso permitiram verificar o seu



Handwritten signature and initials in blue ink.

MUNICÍPIO DE POMBAL

entrosamento e adaptação às especialidades das rotinas a bordo de um submarino e a aplicação dos conceitos e técnicas aprendidas, estando habilitada a operar equipamentos de guerra eletrónica, recolha de imagens operacionais, operação do sistema de combate e a colaborar em ações de manutenção dos sistemas de armas. A marinheira Noemi Freire irá prestar serviço a bordo do submarino Tridente.

A Noemi Freire já faz parte da história militar nacional. Atualmente, a taxa de participação das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas é de apenas cerca de onze por cento (11%). Dotada de virtudes militares, a Noemi Freire é sem dúvida uma fonte de inspiração e exemplo de coragem, espírito de sacrifício e resiliência.

O feito alcançado por Noemi Freire, com muito trabalho, esforço, estudo e dedicação, é sem dúvida uma honra para os Pombalenses, pelo prestígio do mérito por si alcançado.”

Portanto, esta é a proposta de voto de louvor a Noemi Freire, apresentada pelo CDS-PP.

Muito obrigada.”

Quem é que vota contra? Quem se abstém? Aprovado este voto de louvor por unanimidade, e vai ser dado conhecimento à nossa submarinista. Muito obrigada, Sra. Deputada.”

A Presidente da Assembleia tomou a palavra como se transcreve:

“Entretanto, temos aqui uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, uma moção que se intitula “Por um concelho sem precariedade”. Suponho que os Srs. Líderes de Bancada já têm isso na vossa posse. E eu ia, então, colocar à votação a aceitação, ou não, desta moção para discussão.”

Posto isto, quem vota contra a admissão desta proposta para discussão? Quem vota contra? Vinte e quatro (24) votos contra. A proposta foi rejeitada, com vinte e quatro (24) votos contra. Quem se abstém? Há duas (2) abstenções. Quem vota a favor? Oito (8) votos a favor (do Movimento e do PS). As abstenções são do CDS, duas. A proposta foi recusada, para ser admitida a discussão.

“Posto isto, vamos continuar com as nossas intervenções na generalidade. E vamos proceder às inscrições. Eu vou só dizer as inscrições que chegaram até este momento: Guilherme Domingues, Pedro Pinto, António Pires, João Matias, Rui Santos, João Antunes dos Santos, Liliana Silva, Célia Cavalheiro, Carlos Lopes, Patrícia Carvalho, Elisabete Alves, Conceição Anastácio, Nicolle Lourenço, Sandra Barros, Pedro Pimpão, Edgar Domingues, José Gomes Fernandes, José Manuel Marques, Humberto Lopes e Gonçalo Ramos. Houve mais alguém que eventualmente se tenha inscrito e que não tomei nota? Então, obrigada.

Agora, aguardem um bocadinho, vamos fazer aqui a distribuição dos tempos. Então, a distribuição dos tempos: no PSD, cada deputado usa dois minutos e dez; o PS, três minutos cada deputado; o Movimento Pombal Humano, cinco minutos e meio; o CDS-PP, três minutos; e o Bloco de Esquerda, quatro minutos.”

Guilherme Gameiro Domingues (PPD/PSD):

“Sra. Presidente da Assembleia Municipal, restantes elementos da Mesa, Srs. Membros do Executivo e demais colegas aqui presentes:

A minha intervenção hoje é no sentido de salientar os resultados recentemente divulgados dos exames nacionais do nono ano, no ano de 2018, pelo Externato Liceal de Albergaria dos Doze.

No ranking geral, o estabelecimento liceal obteve o octogésimo segundo lugar, com uma média de 3,58, sendo que o estabelecimento de ensino do concelho com melhor resultado, depois do Externato Liceal, foi o Colégio João de Barros, no lugar quatrocentos e dois.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No exame de português, o Externato Liceal ficou classificado em centésimo sexto lugar, com uma média de 3,82, sendo que o estabelecimento de ensino do concelho que se classificou a seguir foi a Escola Secundária de Pombal, no lugar seiscentos e setenta e quatro.

No exame de matemática, o Externato Liceal situou-se em centésimo vigésimo nono lugar, com uma média de 3,33, e o estabelecimento de ensino do concelho com melhor resultado após o Externato Liceal foi a Escola Gualdim Pais, no lugar trezentos e onze.

No ranking de sucesso, em que se analisa a percentagem de percursos diretos do sucesso dos alunos do resto do país que ingressam no 3.º ciclo do ensino básico com um nível de conhecimento semelhante, o Externato Liceal obteve o centésimo octogésimo sétimo lugar.

O destaque que aqui trago é de inteira justiça para aquela comunidade educativa, para os alunos que frequentaram – porque todos estes alunos que participaram saíram do estabelecimento escolar e estão hoje noutros estabelecimentos, mas os professores continuam, a escola continua. Este estabelecimento de ensino tem uma importância vital para a comunidade e para aquele território, e aquilo que está a acontecer é uma dinâmica e um esforço dos pais e encarregados de educação no sentido de continuar e de procurar formas de manter aquele estabelecimento de ensino em vigor, a funcionar.

E por isso, aquilo a que eu queria aqui também apelar hoje, com esta minha intervenção, era do Município o apoio possível para este esforço que está a ser desenvolvido por toda esta comunidade, para que o estabelecimento de ensino continue naquele território a servir a população.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP)

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Permita que na sua pessoa cumprimente os restantes elementos presentes. Boa tarde a todos.”

Sr. Presidente, faz por esta altura sensivelmente um ano que o CDS votou favoravelmente a compra de um terreno, no valor de um milhão de euros (1.000.000€), para o alargamento do Parque Industrial Manuel da Mota. Sabemos das dívidas existentes à época, mas o Sr. Presidente, ainda que tenha sido chamado à atenção, avançou decididamente para o negócio, embora, repito, com todas as dívidas então levantadas.

Passado este ano, nada se sabe sobre o negócio. O Sr. Presidente eclipsou-se na vontade e na necessidade de conseguir alternativas à falta dos espaços industriais, de forma a colocar Pombal à disposição dos investidores / empreendedores para que aqui pudessem instalar as suas unidades fabris e, claro, para que Pombal pudesse daqui retirar os proveitos diretos, mas sobretudo os indiretos, desta situação.

É necessário, desta forma, questionar o seguinte: qual o ponto de situação real do negócio em causa, quais as alternativas preparadas para o caso de o negócio não se realizar, quantos anos terão os investidores de aguardar para que Pombal seja uma verdadeira e atrativa alternativa para a instalação das suas unidades fabris, quantos anos terão que esperar os Pombalenses para que a atração de empresas, e conseqüente criação de emprego, coloque Pombal no lugar que merece, funcionando assim num local próspero para os empresários, comerciantes e moradores.

Sr. Presidente, na última Assembleia Municipal, o CDS colocou-lhe uma questão, com resposta ambígua da sua parte. Refiro-me à implementação da rede Pombus, que na sua origem mereceu um custo de projeto na ordem dos vinte e cinco mil euros (25.000€) à empresa Big Advantage, garantindo à época uma cobertura da Freguesia de Pombal talvez superior a sessenta por cento (60%). Existindo este estudo, elaborado sem qualquer tipo de informação anterior, como se justifica que agora, com a maioria dos dados conhecidos, se estabeleça uma nova avença por



MUNICÍPIO DE POMBAL

ajuste direto – repito, por ajuste direto – com um custo próximo dos setenta e cinco mil euros (75.000€)? Não lhe parece haver aqui um contrassenso? Na primeira versão, não havia qualquer tipo de informação, ou seja, tivemos que começar do zero, vinte e cinco mil euros (25.000€); agora que a maioria dos dados são conhecidos, setenta e cinco mil euros (75.000€). Há alguma razão objetiva para esta ambiguidade?

Mas, há mais: tivemos conhecimento de que o trabalho de campo já começou, e conta com a colaboração – e bem – dos Escuteiros de Pombal. O que já nos parece estranho é o facto de estes estarem a desenvolver esta colaboração a pedido do Município de Pombal.

Impõe-se, então, saber qual é, afinal, a responsabilidade da montagem do estudo no caderno de encargos da empresa contratada, e qual é verdadeiramente o custo que o Orçamento Municipal vai despende, para além dos anteriormente referidos setenta e cinco mil euros (75.000€).

Por último, Sr. Presidente, como sabe, o CDS gosta muito de economia, mas gosta das economias vivas, dinâmicas, alavancadoras, inclusivas e amigas das populações. daquelas que se arrastam no tempo sem rumo certo, dessas o CDS já não gosta. Importa, pois, saber qual é a estratégia – se é que existe – para resolver os investimentos falhados que muito custaram aos cofres municipais – isto é, aos Pombalenses – por decisões irrefletidas e erradas do passado. Refiro-me nomeadamente ao CIMU-Sicó, à Casa da Guarda Norte, à Quinta de Santana. O que vai ser destes pseudo investimentos, que a única coisa que trouxeram a Pombal até agora foram muitas dívidas e muitas dívidas?

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado António Pires.”

António Pires da Silva (NMPH):

“Ora, muito boa tarde a todos. Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, no passado fim de semana foram publicados os rankings das escolas. Apesar de existirem várias opiniões sobre as vantagens e desvantagens desta seriação das escolas, de uns os sobrevalorizarem e outros os subvalorizarem, a verdade é que estes rankings são lidos e analisados por vários intervenientes na nossa sociedade.

Os rankings gerais não avaliam todo o trabalho das escolas com os alunos. Às vezes, estes rankings gerais podem mesmo esconder práticas duvidosas, como a reprovação de um aluno para que não possa ir a exame, para que não se corra o risco de poder vir a baixar a classificação média da escola em exame.

Cientes destas debilidades, o Governo criou o ranking de sucesso. O ranking de sucesso – como já foi falado aqui pela Bancada do PSD, e como falei aqui no ano passado – mede progresso, mede a mais valia de cada escola para o aluno, compara alunos que à entrada têm o mesmo perfil, penalizando assim a seleção de alunos, penalizando a retenção para não ir a exame. O ranking de sucesso ordena as escolas que mais conseguiram fazer progredir os alunos, destaca as que recuperam os alunos com dificuldades, destaca as que conseguem que alunos com mais dificuldades tenham sucesso.

No nosso concelho, no que ao ranking de sucesso diz respeito, e para o triénio 2016-2018, existe uma enorme disparidade: temos uma escola no terceiro lugar, e outra no lugar quinhentos e trinta e sete.

Estes rankings colocam o país a discutir educação. Onde está a análise crítica feita pelo Executivo aos resultados obtidos por todas as escolas de Pombal? No Município, com vários projetos de potenciação do sucesso escolar, com a bandeira do sucesso escolar 100%, não se discutem resultados, não se discutem disparidades. Quando se analisam os documentos orientadores do Executivo, não aparecem indicadores dos resultados dos alunos ao longo dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

anos, das ofertas educativas, não se identifica um ponto de partida, não se vislumbra um fim desejado. Ou seja, ninguém se compromete com metas quantitativas. Existem iniciativas do Executivo na área da educação, existem infraestruturas, o Executivo está presente no mais alto órgão das escolas, o Conselho Geral, o Executivo está na Comissão de Proteção de Jovens, o Executivo preside ao Conselho Municipal de Educação e de Juventude.

Qual é a taxa de ingresso dos nossos alunos do Concelho de Pombal no ensino superior? Qual é o objetivo que temos em Pombal para daqui a cinco anos? Que iniciativas pensa o Executivo implementar com as escolas para atingir este objetivo? De quantos jovens técnicos e técnicos superiores precisam as empresas da região? De que áreas? Qual o objetivo para daqui a cinco anos? Que iniciativas desenvolve o Executivo com as escolas para atingir esses objetivos? Qual a taxa de empregabilidade, na área dos seus estudos, de todos os alunos que terminam os cursos profissionais nas escolas do concelho? Qual o objetivo para o nosso concelho para daqui a cinco ou dez anos? Que iniciativas vai implementar o Executivo com as escolas para atingir o objetivo? Qual é a taxa de retenção no ensino secundário? Qual é a taxa de conclusão do ensino secundário? Qual é a taxa de mudança de áreas de estudos? Quais são os objetivos do Município com as escolas para estas vertentes? Que progresso pretendemos para o nosso Concelho de Pombal? Que iniciativas o Município desenvolve com as escolas para atingir os objetivos?

Tantas outras questões se podem colocar; não encontro respostas, não encontro objetivos concretos nem iniciativas associadas em nenhum documento do Executivo.

Com o acelerar da descentralização dos poderes do Governo, preveem-se mais responsabilidades e mais recursos financeiros para as autarquias. Mas, sem estratégia, os recursos serão desperdiçados em iniciativas avulsas, que é ao que temos assistido, porque na realidade, não existe um verdadeiro plano estratégico municipal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Matias.”

João Matias (PPD/PSD):

“Obrigado, cara Presidente de Mesa da Assembleia Municipal, gostaria de a cumprimentar, e na sua figura toda a Mesa, o Executivo, todos os meus colegas deputados, e todas as pessoas que estão a acompanhar os trabalhos.

Pombal recebeu mais uma vez provas nacionais de atletismo em pista coberta. Este acontecimento serve para lembrar que Pombal recebeu a grande maioria dos campeonatos nacionais de pista coberta na época de 2017/18, sendo outros destinadas a Braga. São duzentos e setenta e oito concelhos em Portugal Continental, e Pombal aproveitou a oportunidade, Pombal ganhou. Pombal foi, efetivamente, a capital nacional de atletismo de inverno. Resta saber se manterá o título – tudo indica que continua a competir por ele. No Distrito de Leiria, desde 2013 que investe mais do que qualquer outro concelho em atividades desportivas, sendo apenas ultrapassado, nos últimos dois anos, pela capital de distrito, Leiria.

O desporto é um ponto de afirmação do concelho no país, e um motor de desenvolvimento. Sabemos bem os benefícios económicos, os benefícios para a educação, para a inclusão, para a inserção profissional dos jovens. Sr. Presidente, é uma marca que importa manter, e é importante também investir nos esforços necessários para que Pombal continue a ser a capital do atletismo de inverno em Portugal.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Liliana Silva, se faz favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“A minha primeira questão relaciona-se com qual a estratégia e empenhamento do Município no âmbito da organização dos cuidados de saúde primários nas freguesias onde ainda não existem as Unidades de Saúde Familiar. Ou seja, eu trazia esta questão preparada; no entanto, após recebermos a proposta, que foi incluído o ponto mais adiante, eu gostaria à mesma de questionar quais foram as decisões que foram tomadas e qual a estratégia do Município neste contexto, nomeadamente nas tais Unidades de Saúde Familiar que não existem ainda.

Segundo ponto: poderá não ser do conhecimento geral, mas o Cemitério de Vila Cã está sobrelotado, ao ponto de neste momento se eliminarem passeios para colocar mais covas. Está previsto o aumento deste cemitério; no entanto, não percebo o porquê de ainda não estar num ponto mais concreto. Ou seja, qual é que é o empenhamento do Município nesta questão, e se já há alguma faixa de tempo prevista para que as obras se iniciem, porque a informação que detenho em sede de Assembleia de Freguesia é que, no fundo, os atrasos se centram na disponibilidade do Município.

Outra questão, relativamente à pista coberta: houve aqui um elogio, eu também gostaria de reiterar as palavras de elogio. No entanto, a minha questão é a seguinte: para quando a instalação permanente num espaço ainda mais digno e que satisfaça a fundamental formação dos atletas nesta modalidade.

A última questão relaciona-se com o Centro de Meios Aéreos de Pombal – Casalinho. Estamos numa altura que começa a ser crítica, e sabemos – é do conhecimento geral – que os militares estão numa estrutura de pré-fabricados desde 2013, com algumas condições que não são as mais favoráveis. Também sabemos que o Município não tem responsabilidade total neste procedimento; no entanto, faz tudo parte da negociação, e todos sabemos que é de extrema importância para Pombal ter esta unidade aqui localizada. Portanto, pergunto se está prevista alguma beneficiação destas condições.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Santos.”

Rui Santos (PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, permita-me que cumprimente todos os presentes.

Sr. Presidente, honra seja feita ao Município de Pombal pelo investimento que foi feito na rede viária dentro das Matas Nacionais. Primeiro, a Estrada Atlântica, depois a ligação da Estrada Atlântica – Grou. O ICNF, no decorrer das obras, como o senhor bem sabe, foi sempre muito rigoroso na ocupação do espaço e no abate de árvores. Mas, mesmo assim, o Município manteve o objetivo, que foi obra bem feita e concluída.

Sr. Presidente, após este investimento, não podemos aceitar que o ICNF, passados cinco meses da tempestade Leslie, ao dia de hoje, ainda tenha estas vias obstruídas com árvores. Também não podemos aceitar que as ciclovias sirvam de estaleiro de madeira, que se carreguem camiões de sessenta toneladas em cima do alcatrão, que se faça estaleiro em cima do alcatrão, temos rails de proteção danificados, sinais derrubados, os pinos de separação de ciclovias e estrada derrubados, ciclovias obstruídas com areias provocadas pela passagem dos tratores e o alcatrão das bermas danificado. A população foi informada do encerramento daquelas vias por um período de tempo por parte do ICNF, que foi certamente para que ninguém tivesse noção dos danos causados. Enfim, um conjunto de situações. Após a retirada da madeira, as reparações vão sobrar para quem, Sr. Presidente? Será que o ICNF agora só está preocupado com o valor da venda da madeira, e não estão preocupados com o património do Município? Sr. Presidente, venho solicitar, em nome da população, que utilize os meios ao seu dispor para apurar os



MUNICÍPIO DE POMBAL

verdadeiros responsáveis de atos que se podem considerar graves e ofensivos ao investimento do Município.

Também dar nota de que tanto se tem falado da reflorestação e proteção da floresta após os incêndios, e o que veio a público foi que o valor da madeira seria para investir na reflorestação. Pois bem, o que aconteceu foi que o ICNF promoveu uma iniciativa em conjunto com o Governo da “geringonça”, com a presença de Catarina Martins e do Primeiro Ministro António Costa, e vieram ao terreno dar início ao processo. Resultado, o mesmo que tem acontecido ao longo deste mandato deste Governo: o que se esperava que fosse bem feito, foi feito sem estratégia, tudo o que foi plantado secou e ficou ao abandono.

Termino, dizendo que a floresta precisa de nós, e nós precisamos todos de floresta.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Boa tarde a todos os presentes.

Vou falar de três temas. O primeiro tema é a saúde no concelho. Estão a decorrer nas freguesias umas sessões de esclarecimento sobre a organização – ou reorganização – dos serviços de saúde. O que é que a Câmara sabe sobre isso? Estará na calha algum encerramento ou fusão? Em Vermoil, ouvi pessoas a comentar sobre essa possibilidade, que se falava que ia fechar. A propósito, como está o processo do Centro de Saúde do Louriçal, a que o Sr. Presidente se juntou em plena campanha eleitoral?

Relativamente ao segundo assunto, tem a ver com a pista coberta, que já foi aqui falada. É uma mais valia para Pombal, sem dúvida, mas circulam também rumores de que estará a sair de Pombal, pois que algumas provas já não se realizaram cá este ano, como o Campeonato Nacional de Clubes, que era só o maior evento. É confrangedora a falta de divulgação dos eventos, a falta de dinamização daquela estrutura, cuja presença em Pombal devia ser muito mais publicitada, agregando até outros eventos ao próprio atletismo. Pedimos que explique se há algum plano de comunicação que contemple os eventos, ou se está guardado, ou se nem sequer foi feito esse plano.

Terceiro ponto, é relativo à moção que eu apresentei, “Por um concelho sem precariedade”. Vou apresentá-la aqui, uma vez que fui impedida de falar sobre ela com todos os meus colegas deputados.

“Em 2017, segundo o Instituto Nacional de Estatística, cerca de setecentos e vinte e oito mil trabalhadores e trabalhadoras eram abrangidos por contratos de trabalho a termo certo, em situação de contrato de trabalho de carácter temporário, mesmo exercendo por norma funções de necessidade permanente para o normal funcionamento da empresa ou estabelecimento onde realizam diariamente funções.

A precariedade é uma enorme barreira que faz com que seja quase impossível os trabalhadores e as trabalhadoras de Pombal, principalmente os mais novos e as mais novas, poderem planear minimamente a sua vida, caso queiram emancipar-se das suas famílias e queiram ser independentes, ou caso queiram algo mais. Mas, para isso, têm de ter garantias de estabilidade, garantias essas que a precariedade laboral e os baixos salários (assim como horários de trabalho flexibilizados a favor das entidades patronais) não oferecem, pois ninguém consegue planear coisa alguma se não tem garantias de estabilidade na sua vida profissional.”

Assim, a Assembleia deliberava recomendar à Câmara que realize um estudo sobre emprego e viabilidade económica sectorial no Concelho de Pombal, realizando um levantamento do



MUNICÍPIO DE POMBAL

emprego por setores de atividade, com identificação e quantificação de situações de precariedade; que estude a possibilidade e tome as necessárias diligências para agravar os impostos municipais para as empresas que recorrem à precariedade e utilizem trabalhadores e trabalhadoras em situação contratual de carácter temporário para exercerem funções de necessidade permanente para o normal funcionamento da empresa.

O terceiro ponto, eu retirei-o, é verdade, não avisei os Líderes de Bancada, mas já não consta desta proposta.

Lamento mais uma vez que a Presidente da Assembleia recuse a minha proposta, a minha moção, porque imediatamente antes a deputada Liliana apresentou uma moção, e nem sequer fomos interrogados se queríamos analisá-la, ou não, ou ouvi-la. Portanto, “dois pesos e duas medidas” continua a ser o mote desta Assembleia.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Terminou? Muito obrigada, Sra. Deputada.

Só para dizer que a Sra. Deputada Liliana Silva apresentou um voto de louvor. Sra. Deputada, só para dizer que eu sou uma democrata, ainda me considero como tal.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado. Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador Pedro Murinho, que não estava na sala quando eu fiz a minha primeira intervenção, os meus cumprimentos a V. Exas.

Sr. Presidente, ficámos a saber na última reunião de Câmara que V. Exa. está a frequentar uma atividade formativa levada a cabo no Instituto de Defesa Nacional. Obviamente que V. Exa. tem toda a legitimidade para fazer essa formação, e ela é sempre bem-vinda, porque entendemos que, de facto, a formação serve para qualificar ainda mais e melhor os intervenientes, e portanto, nada temos, obviamente, contra essa formação.

Ficámos também a saber, Sr. Presidente, que essa formação lhe ocupa as segundas-feiras da parte da tarde, as terças-feiras todo o dia, e que às quartas-feiras, à hora de almoço, já está em Pombal. Na reunião de Câmara da última sexta-feira – se a memória não me atraiçoa – V. Exa. disse que este é um tempo seu, e que não dispõe desse tempo no exercício da função de Presidente da Câmara. É certo que assim seja, e aceitamos isso. No entanto, Sr. Presidente da Câmara, duas questões que lhe gostaríamos de colocar. A primeira questão era: que mais valias e que ganho é que o Município tem com esta formação levada a cabo por V. Exa. E segunda questão: atendendo ao tempo que está fora do Município, se porventura refletiu acerca do prejuízo que pode causar aos municípios a sua ausência deste Município. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à deputada Conceição Anastácio.”

Conceição Anastácio (PPD/PSD):

“Muito boa tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, cumprimento o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento todos os colegas deputados, comunicação social e demais público aqui presente.

Apresento três aspetos que julgo importantes, porque por um lado, fazem parte da minha experiência e formação, mas também da minha convicção de que são indispensáveis na vida dos indivíduos. São eles sustentabilidade económica, social, familiar e demográfica, educação integrada e boas práticas ao nível da saúde mental.

Urge, numa sociedade em stress e rebuliço como a nossa, parar para refletir nos propósitos da vida. A pessoa humana, enquanto indivíduo, deve criar em sociedade com a serenidade necessária para alcançar a felicidade possível durante toda a sua vida, desde o nascer ao morrer,



MUNICÍPIO DE POMBAL

passando pelas normais fases de crescimento, educação e família, convívio sadio na escola, e ainda o direito ao cuidado, ao aconchego, ao acolhimento e ao respeito nas suas doenças e limitações. A política como cuidado da sociedade e dos cidadãos implica levar a peito estas realidades.

Neste sentido, este Executivo, no exercício das suas funções, tem tornado possível estes caminhos, através da assinatura do pacto para a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar. Registe-se o facto de este Município estar entre os únicos onze Municípios que assinaram este pacto. Com esta assinatura e as suas naturais consequências, o Executivo faz incidir as suas preocupações nas políticas socioeconómicas, sociais e familiares, permitindo ao indivíduo a sua promoção como pessoa, e favorecendo, por outro lado, a sustentabilidade demográfica em ações concretas em relação aos cuidados dos pais e dos filhos nascidos e a nascer.

No que se refere à vertente da educação, o Executivo promoveu também o 2.º Conselho de Pais e Professores do Concelho de Pombal.

Vou seguir para o terceiro aspeto, que é a saúde. Tinha duas sugestões: que o Executivo fizesse e envidasse todos os esforços para que as empresas sedeadas no concelho assinassem também este pacto, que o Município fizesse também com as outras instituições de educação, e que estas ações dirigidas mais à cultura das pessoas fossem mais divulgadas em todo o Município.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sra. Deputada Patrícia Carvalho.”

Patrícia Carvalho (PS):

“Muito boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar todos os presentes, a Sra. Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados desta Assembleia, todo o público presente e quem nos acompanha na transmissão em direto, muito boa tarde.

Eu gostaria de falar sobre um assunto, sobre a escolha da Dra. Rita Mota, psicóloga e filha do Sr. Eng.º Narciso Mota, Vereador do Movimento Pombal Humano, para coordenar o projeto CLDS4G. Este processo gerou algum burburinho, tem gerado algum burburinho, alguma desconfiança, e eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente que aqui, em sede de Assembleia Municipal, nos esclarecesse acerca de como decorreu este processo de nomeação e em que bases assentou esta decisão camarária. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Santos, se faz favor.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Sr. Presidente, caros colegas deputados:

Quero, naturalmente, começar por me associar e por subscrever o voto de louvor que aqui foi apresentado e aprovado por unanimidade à minha conterrânea Noemi Freire. Sendo Vilacanense, obviamente que é um orgulho para mim, como tenho a certeza que é um orgulho para todos os Vilacanenses, ter uma filha da terra a fazer história no nosso país.

Volvido este assunto, trago aqui um assunto no seguimento da última Assembleia Municipal, em que foi apresentada, votada e aprovada por maioria, com onze votos contra, uma moção intitulada “Pela reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas afetadas pela tempestade Leslie”. O primeiro considerando dessa moção dizia que em Pombal a tempestade causou prejuízos superiores a seis milhões de euros (6.000.000€) em equipamentos públicos municipais e das freguesias, habitações, equipamentos associativos e infraestruturas das atividades económicas, com especial impacto na agricultura e nas atividades conexas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocada à discussão, foi uma discussão acesa dessa moção, e consequente votação, a Bancada do Partido Socialista votou contra e acusou o PSD de oportunismo político, e ainda procurou confundir tudo, chamando para a discussão assuntos e temas que nada tinham a ver com o essencial, que era a tempestade, os danos causados pela mesma e a necessidade de o Governo ajudar a reparar e/ou compensar esses mesmos danos. A Bancada do Partido Socialista foi ainda mais longe, e defendeu ainda que o Governo já havia feito tudo o que era possível para compensar os danos, e que tudo estava a correr maravilhosamente bem – quem tiver dúvidas, basta ler a ata.

Ora, qual foi a minha surpresa quando, esta semana, na edição de 18 de fevereiro do Diário de Coimbra, encontrei três insuspeitos Presidentes de Câmara da região a queixarem-se de que o Governo ainda não tinha disponibilizado qualquer tipo de ajuda, e que continuavam indefinidamente a aguardar. Tenho aqui a cópia do jornal. Presidente de Câmara da Figueira da Foz, Dr. João Ataíde, disse: “Temos tudo feito, os levantamentos e análises técnicas. Aguardo a decisão do Sr. Secretário de Estado.” Presidente de Câmara de Condeixa, socialista, Nuno Moita: “Ainda não conseguimos ter esse Fundo de Emergência Municipal, e continuamos a aguardar a possibilidade de abrirem candidaturas. Fizemos o trabalho prévio com a CCDR sobre os nossos equipamentos que ficaram danificados.” Presidente de Câmara de Montemor, Emílio Torrão, socialista: “Considerou, todavia, muito estranho a falta de apoio às associações que não têm dinheiro para poder trabalhar. As associações foram contempladas neste aviso – a resolução do Conselho de Ministros – e não há nada para as ajudar, lamentou o autarca.”

Ora, a verdade, Srs. Deputados, Sra. e Sr. Presidente, é que a resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2018, que determinava a adoção de medidas de apoio às populações, empresas e autarquias locais afetadas pelo furacão Leslie, nos dias 13 e 14 de outubro, não está a ser cumprida, nem nesses três Municípios, nem no Município de Pombal. E portanto, em Pombal ainda existem danos a reparar em associações da zona oeste, especialmente Louriçal e Carriço, incluindo uma IPSS, espaços desportivos, empresas e explorações. E a pergunta que eu faço, Sr. Presidente de Câmara, é como é que o Município tem procurado responder a estas entidades e a estes cidadãos que se veem confrontados com estas necessidades e com esta negligência constante do Governo. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito boa tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, cumprimento o Executivo na pessoa do Sr. Presidente de Câmara também, os meus ilustres colegas deputados, o público, a comunicação social presente, os Srs. Funcionários do Município.

A minha intervenção vem ainda também no seguimento de uma intervenção que também fiz na última Assembleia, a propósito de um apoio que foi dado à Freguesia de Abiul para aquisição de um imóvel, onde eu, efetivamente, referi que tem que existir muito cuidado na gestão de dinheiros públicos. Esta semana, veio a público uma notícia que todos nós lamentamos, e que foi publicada na comunicação social desta semana, no sentido de ter saído uma acusação proferida pelo Ministério Público, acusando antigos autarcas da Freguesia de Abiul que exerceram os seus cargos entre 1994 e 2013, por trinta e nove crimes de peculato, por proveito próprio de dinheiros públicos.

Em primeiro lugar, nós devemos sempre pôr no início do nosso pensamento que a presunção de inocência destas pessoas deve sempre existir até ao trânsito em julgado. Não obstante, não podemos deixar de lamentar que tenha saído esta acusação, que é uma péssima imagem que fica dos políticos, dos políticos que estão desacreditados aos olhos de cidadãos, isto infelizmente são



MUNICÍPIO DE POMBAL

notícias que aconteceram que respeitam agora ao nosso concelho, mas também sabemos de outras notícias noutras autarquias, e até a nível do Poder Central, e infelizmente, isto são notícias que nos fazem lamentar e que nos deixam tristes. A política é uma atividade nobre, e como tal, deve ser prestigiada e elevada, feita com dignidade e com rigor. Quem vai para a política tem que ter a consciência de que vai servir os cidadãos e cumprir com lealdade as funções que lhe são confiadas – aliás, quando toma posse faz precisamente esse voto o autarca, a pessoa que é eleita – e só a transparência é que poderá evitar situações como esta pretensa situação que terá acontecido em Abiul.

O PS vai estar atento ao desenrolar deste processo, e que este caso sirva de exemplo daquilo que não se pode fazer, a bem do Poder Local e da dignidade da função de autarca, e da transparência da gestão e uso de dinheiros públicos. Exorto todos os autarcas e pessoas eleitas a denunciar situações desta natureza de que tomem conhecimento no exercício das suas funções – como, aliás, é seu dever – e fazerem-no atempadamente, sob pena de serem coniventes com atos ilícitos que esperamos que não se repitam.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicolle Lourenço, se faz favor.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, demais deputados:

Numa época dominada pelos princípios da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios exige organizações autárquicas cada vez mais eficazes e prestadoras de serviços qualificados, capazes de responder adequadamente às exigências e às expectativas dos cidadãos do séc. XXI, e é nesse sentido que se baseia a minha intervenção.

Em primeiro lugar, e por considerar que este é um dos grandes desafios que se impõe aos órgãos autárquicos atualmente, que sejam indutores da inovação, no contexto organizacional e das práticas de administração, gostaria de congratular o Município por responder positivamente ao apoio solicitado pelas treze Juntas de Freguesia, relativamente ao apoio para a aquisição de um novo software de gestão documental, semelhante àquele que é utilizado pelo Município atualmente, e por dar mais um passo na modernização dos serviços de cada Junta de Freguesia, através de mecanismos digitais mais ágeis, simples e económicos, que com certeza terá efeitos muito positivos na melhoria da eficiência organizacional, e consequentemente pela diminuição do tempo de resposta aos cidadãos.

Ainda neste sentido, e no que diz respeito à modernização administrativa, foi dada a conhecer a esta Assembleia a possibilidade da entrega desmaterializada de pedidos de licença de obras no portal do Município, reforçando o leque de serviços já existentes online. Assim, gostaria de saber qual é que tem sido o feedback da implementação desta nova funcionalidade ao longo destes seis meses de experiência.

Sendo este um trabalho desenvolvido internamente por recursos deste Município, aproveito para dar os parabéns aos técnicos da Câmara pelo constante trabalho que têm desenvolvido nesta área, que se traduz em vantagens para os cidadãos e para as empresas, que permite reduzir os custos com recursos, e que oferece um novo modelo de distribuição de serviços públicos, qualificando não só o atendimento aos cidadãos, como às empresas, e que melhora o acesso a estes serviços. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem agora a palavra a Sra. Presidente Sandra Barros.”

Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito boa tarde. Cumprimento a Sra. Presidente e demais elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caros deputados.

Hoje quero aqui deixar uma palavra de preocupação com o que se tem vindo a passar no nosso concelho com a questão da saúde, nomeadamente com os cuidados de saúde primários. A reorganização dos serviços por parte da Administração Regional de Saúde, que tem levado ao encerramento de algumas extensões de saúde, e que tem causado enormes transtornos, nomeadamente nas freguesias com população mais envelhecida, e muitas vezes com fracos recursos, que para poderem ter acesso aos cuidados de saúde têm de se deslocar para outras localidades, a mais de quinze ou vinte quilómetros da sua área de residência. A falta de profissionais, quer seja de médicos, enfermeiros, administrativos, administrativos em rotatividade, que são avisados de véspera do horário e local de trabalho do dia seguinte, que obrigam muitas vezes ao encerramento dos serviços onde estão em permanência, alterações constantes aos horários, todas estas situações estão a gerar um grande descontentamento na população, e também nos autarcas do concelho, porque todas estas alterações têm ocorrido sem o conhecimento, quer dos utentes, quer dos autarcas, e muitas vezes até dos profissionais.

Gostaria que o Sr. Presidente do ACES nos pudesse esclarecer todos estes acontecimentos, que em nada têm contribuído para o bem-estar das nossas populações. No entanto, como todos nós sabemos, também não tem sido fácil chegar à conversa com o mesmo, mas espero que a proposta que hoje vai ser aqui apresentada, e que lhe vai ser endereçada, o sensibilize, porque a população do concelho exige uma resposta rápida para todos estes problemas. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Pedro Pimpão.”

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumprimentar a Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas membros da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta.

E muito rapidamente, dar o meu testemunho, enquanto Presidente de Junta, de reconhecimento pela inauguração que vamos ter na próxima segunda-feira, do Bioparque de Pombal, que é um projeto que já temos em agenda há alguns anos, já veio do anterior Executivo da Junta de Freguesia, e que, naturalmente, vemos com bons olhos o facto de termos junto à nossa cidade um espaço que vai no seguimento da estratégia que o Município, e as Juntas de Freguesia no seu geral, e Pombal em particular, têm no sentido de promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas que vivem em Pombal. E portanto, estender o convite que o Presidente de Câmara fez a todos os interessados, para que na próxima segunda-feira à tarde possam ir ao Bioparque de Pombal, e possam também beneficiar de várias iniciativas que vão ser realizadas no âmbito da educação ambiental, com as escolas, etc.

E por isso, realçar positivamente aquilo que entendemos que, mais do que a inauguração de um Bioparque, é um sinal positivo de uma estratégia integrada de melhoramento daquilo que são os espaços verdes à disposição das pessoas, e que vão no sentido, a curto e médio prazo, de podermos ter a beneficiação da Mata da Rola, podermos ter aquilo que é a reabilitação da zona do Casarelo, e também o Parque Verde da Cidade, verdadeiros pulmões verdes de Pombal que a curto e médio prazo podemos ver concretizados, e que é uma estratégia muito positiva. Assim como a intervenção prevista para o Jardim do Vale e para o prolongamento do corredor ribeirinho, com ciclovia junto ao Rio Arunca. E isto é uma perspetiva ampla, integrada, complementar, de reforço dos espaços verdes que vão beneficiar as pessoas, e que também vão fazer com que Pombal seja cada vez mais atrativo para aqueles que escolhem a nossa terra para aqui se fixarem, fazerem os seus projetos de vida.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E por isso, naturalmente, queria salientar positivamente esta estratégia que vai no sentido certo, e por isso associar-me a estas iniciativas.

Assim como aproveitar esta oportunidade para destacar dois pontos. Falou-se aqui já hoje no Pombus, e é importante perceber aquilo que as pessoas pretendem que seja o Pombus. E aquilo que eu tenho conhecimento, enquanto Presidente de Junta, é que as pessoas estão muito satisfeitas com o Pombus, e na maioria das localidades, aquilo que querem é que o Pombus chegue às suas localidades, chegue às suas aldeias, tenham a possibilidade de terem acesso ao Pombus para virem a Pombal, para virem a outras aldeias, para promover a mobilidade dentro da freguesia, e também, acho eu, a médio e longo prazo, para outras freguesias. E por isso, acho que o mais positivo é podermos ter a oportunidade hoje, e está no terreno, uma equipa de técnicos que estão responsáveis por fazer um estudo de mobilidade para analisarem quais é que são as possibilidades de alargamento desta rede de mobilidade urbana. E por isso, eu acho que isso é extraordinário, porque o facto de as pessoas se poderem movimentar nos seus territórios em transportes públicos faz parte de uma agenda do futuro do nosso território. E por isso, queria salientar isso positivamente.

Assim como outro ponto que ninguém falou aqui hoje, e que eu tenho pena que só falem quando há problemas, que se prende com a adjudicação do projeto de requalificação do IC2. Esta foi mais uma das iniciativas tomadas, e só dizer que a intervenção no IC2, a requalificação do IC2 é um dos projetos mais importantes para o nosso território, porque salva vidas, aquilo que se puder fazer na requalificação deste itinerário para garantir a segurança rodoviária. E por isso, também aqui o meu aspeto de reconhecimento a este trabalho e a estas iniciativas.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Edgar Domingos.”

Edgar Domingos (PPD/PSD):

“Porque o tempo urge, vou violar o protocolo e dizer apenas boa tarde a todos.

O tema que hoje aqui me traz e que pretendo apresentar tem a ver com a mobilidade elétrica. Ora, a questão da mobilidade elétrica, é concebido que há uma crescente introdução no mercado de veículos movidos a energia elétrica, há um maior número, cada vez mais crescente, de utilizadores dos mesmos, e isso exige, obviamente, pontos de recarregamento.

Ora, em 2009 o Estado Português introduziu um projeto-piloto, relativamente à introdução de uma rede de abastecimento, e em 2010, com o Decreto-lei n.º 39/2010, regulamentou finalmente o acesso e a utilização desses pontos de carregamento – fomos inclusivamente o país pioneiro na União Europeia na regulamentação desta matéria.

Ora, este Município e esta Câmara Municipal, de há uns anos para cá, tem-nos habituado à adesão às novas tecnologias, às boas práticas, nomeadamente em âmbito ambiental, e tanto assim é que são inúmeros os prémios que são atribuídos a este Município. Ora, parece-me que seria muito desagradável que o Município de Pombal passasse ao lado desta questão da mobilidade elétrica. E eu trago esta questão aqui porque tenho constatado que se fizermos uma pesquisa na app relativamente à existência de postos públicos, de acesso público, Pombal não tem um único posto público. O mais próximo da cidade de Pombal situa-se em Soure, depois temos Leiria, e depois, de uma forma mais condicionada, dentro das áreas de serviço da A1, em Pombal.

Isto traz aqui este problema premente, que é: aqueles utentes, quer cidadãos que residam na cidade ou no concelho, quer até os visitantes, não têm um posto de acesso público, situado em local público, para realmente poder proceder ao abastecimento da sua viatura. E portanto, eu questiono a Câmara Municipal por quê, volvidos dez anos, ainda não introduzimos essa tecnologia na nossa cidade. E portanto, o meu apelo é apenas para que o Município e a Câmara



MUNICÍPIO DE POMBAL

Municipal encete diligências – se é que ainda não encetou – para que possamos também estar na vanguarda das novas tecnologias amigas do ambiente. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado José Gomes Fernandes. Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Presidente José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Ora, muito boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, caro público, comunicação social, uma boa tarde para todos.

Eu também falava aqui num tema da questão da saúde, e hoje, que possivelmente, segundo aquilo que está no plano, virá uma proposta apresentada, porque realmente no concelho apercebemo-nos daquilo que há uns anos vem a afetar a Freguesia do Louriçal. E eu hoje queria aproveitar para dizer que talvez já há cinco anos, pelo menos, que me deparei com a situação difícil que ali se viveu – e que ainda se vive, mas de modo diferente – e para dizer que por vezes lamento que numa Assembleia, em que todos nós aqui representamos, e que somos eleitos pelo povo, que quando há um alerta, por vezes não nos pudéssemos unir em defesa daquilo que sabemos à partida que mais tarde ou mais cedo vai afetar basicamente todo o concelho, e aí empobrece com certeza aquilo que são as nossas pretensões. Eu acho que um Presidente de Junta, quando está perto do povo e na sua sede da Junta, quando existe um Centro de Saúde que está pegado – ou seja, no mesmo edifício – é muito fácil as pessoas chegarem junto do Presidente da Junta e dizerem o que é que se passa, e quase sempre ser o Presidente da Junta que é o culpado por tudo o que acontece. E nós lá vamos enviando e-mails lamentando-nos, tentando dizer às pessoas para terem calma, mas a verdade é que quando há extremos, como por exemplo, quando o Centro de Saúde fecha porque não tem uma administrativa, e até lá tem alguns médicos, ninguém percebe por quê, e lá vamos pedindo uma audiência a nível do ACES, da ARS Centro, e por vezes vão-nos ignorando. Haja alguém que ainda tenha bom senso e que nos vá explicando o que é possível.

Depois, há ali pelo meio muitas mentiras para tentar apagar aquilo que é uma realidade, e a realidade é que o Louriçal tem quatro mil e novecentos utentes, e são esses quatro mil e novecentos que reclamam a capacidade, por exemplo, de dois médicos que havia na altura, um enfermeiro e uma administrativa, quando às vezes não tinha, como é que era possível que as pessoas não contestassem. E reparem como é que, passado algum tempo, finalmente se apercebe que algo estava muito grave naquela freguesia, com três médicos que não estão a tempo inteiro – porque normalmente devia calhar, no mínimo, um pouco mais de mil utentes para cada um, e não é o caso, estamos muito perto de dois mil utentes – duas enfermeiras e duas administrativas, o povo, depois de isto voltar a este plano, o Presidente da Junta já hoje é confrontado com o seguinte: as coisas não estão bem, mas já estão muito melhor.

Aquilo que eu queria dizer é que é pena, mais uma vez o digo, como é isto poderá ser na educação, porque nós sabemos que os contratos de associação ao nível de estabelecimentos, hoje nas pontas do concelho são um fator forte de desenvolvimento, e não estaremos nós, daqui por também um ou dois anos a vir trazer a esta Assembleia uma coisa que já está assinada no papel.

Era só isto que queria alertar, mas dizer que nós, quando lutamos e quando falamos, temos razão; às vezes é pena que nós aqui não saibamos ouvir quem tanto pede, e quem desesperadamente apela para que vejam quatro mil e novecentas pessoas a ter só dois médicos, e nem um administrativo. Hoje as pessoas simplesmente, e com educação, dizem que estão melhores, está muito longe da realidade, mas já satisfaz. É porque realmente é preciso mudar alguma coisa. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Gonçalo Ramos.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Sra. Presidente da Assembleia Municipal, muito boa tarde. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, muito boa tarde a todos.

Eu queria aqui também abordar, de forma um bocadinho diferente, a questão da saúde, até porque ela vai ser discutida, mas numa perspetiva de parabenizar o modus operandi. Ou seja, eu acho que as questões que realmente são importantes para as nossas populações devem ser olhadas com este tipo de procedimentos, ou seja, num trabalho em conjunto com a Câmara – muitos parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela iniciativa – com os Presidentes de Junta – muitos parabéns aos Presidentes de Junta que são, no fundo, quem vive no terreno as dificuldades no dia a dia, e eu falo desta forma porque sei que o ponto já foi incluído na ordem de trabalhos, ainda bem que foi, e quero dizer que a União de Freguesias, pese embora não tenha ainda a assinatura, que se considere assinado – pode-se assinar a posteriori, porque cheguei atrasado – e deixar aqui a ideia de que embora na nossa União de Freguesias, pelo recente equipamento que temos, nomeadamente na Unidade de Saúde Familiar, que apesar da forma, é efetivamente um equipamento que produz qualidade no serviço, que tem funcionado bem, e se calhar não somos exemplo a nível do concelho. É claro que temos que trabalhar as questões da proximidade do serviço, da prestação dos serviços de saúde, estamos interessados nisso e empenhados nisso. Agora, isso não significa que não sejamos mais um na luta por aquela que é a prestação de serviços que existe atualmente no concelho, e é claro que seremos mais um na luta, até porque se hoje conseguimos estar com uma prestação de serviços consolidada, amanhã não sabemos.

E portanto, muitos parabéns acima de tudo pelo modus operandi, que eu até acho – e queria deixar aqui este conselho e este desafio, no fundo – que deveria ser extensivo a outras preocupações que também são comuns a todas as freguesias, ou a parte delas, nomeadamente a questão dos CTT – não me canso referir que é uma questão que vista neste prisma conjuntural, de equipa, de estrutura, pode vir a ter outro tipo de visão por parte de quem decide coisas; questões recorrentes das transferências de competências, das delegações de competências, a mesma coisa, penso que o trabalho em equipa vai produzir muito mais efeito. E há assuntos tão importantes e tão delicados como, por exemplo – e eu cheguei há pouco tempo, é um facto, mas há aqui um assunto que me está entalado, que é o assunto da ADSE, porque a Lei n.º 112/2017 (se não estou enganado) veio, por orientações do Estado, requerer que as Juntas de Freguesia regularizassem os vínculos precários, o combate à precariedade. A União de Freguesias fez isso, regularizámos cerca de vinte e um contratos, que foram as necessidades prementes que nós tínhamos na freguesia. Nós fizemos isso. Para além de termos feito isso, dissemos aos nossos colaboradores que eles tinham os seus direitos, e como tal, informámos dos direitos sobre a ADSE. É um facto que uma parte significativa aderiu. E o que eu pergunto – e já deixámos esta comunicação no Secretário de Estado das Autarquias Locais, e andamos a pedir ajuda à ANAFRE – o que eu pergunto é que benefícios é que têm as Juntas de Freguesia que vão atrás das recomendações do Estado, se depois vão ficar perpetuamente com treze, catorze, quinze ou dezasseis vínculos à ADSE dos seus colaboradores, que são para a vida. Eu bato três vezes na mesa quando começo a imaginar situações relacionadas com cirurgias.

Pronto, e queria deixar este alerta, estas preocupações da Junta de Freguesia. Tenho aqui mais coisas, mas já me excedi no tempo. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Então, para concluirmos, dou a palavra agora ao Sr. Presidente Humberto Lopes.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento também toda a Mesa, o Presidente de Câmara, vereadores, caros deputados, Presidentes de Junta e público em geral.

Eu venho trazer um assunto que para a Freguesia de Almagreira, como toda a gente percebe, é velho, tem mais de quinze anos, já passaram, comigo, três Presidentes de Junta – relembro aqui o José Silva, cujo nome está no edifício que está em Almagreira, que tanto lutou por este problema, que é a saúde. Quer dizer, parece que o problema é novo agora; este problema em Almagreira tem mais de quinze anos, e passaram vários Governos, de duas cores políticas, pelo menos – agora são mais. Mas, a solução, não a encontro.

Queria aproveitar aqui publicamente – já o disse na última Assembleia Municipal – para enaltecer o trabalho dos profissionais que estão lá atualmente, da Dra. Danis, uma médica cubana que está a fazer um trabalho extraordinário, da Enf.^a Tatiana, e atualmente de dois administrativos – não tínhamos nenhum, agora temos dois – do Paulo e da Adélia, que têm feito um trabalho espetacular. São eles que são o rosto do Governo, o rosto do Ministério da Saúde em Almagreira, e são eles a quem, no fundo, as pessoas que necessitam – porque quem não necessita vai ao privado, isso toda a gente percebe, isto é uma falsa questão em que estamos aqui a bater no ceguinho, basicamente.

Agora, o que eu digo aqui, para lembrar aqui um bocado a história, não basta ter os edifícios – já foi falado aqui no edifício que irá ser construído em Louriçal, a questão não está nos edifícios; a questão está nos profissionais, nos modelos que se querem para os territórios em desenvolvimento, porque também relembro aqui que em Almagreira, atrás do fecho do Centro de Saúde, fechou a farmácia; e a seguir à farmácia, fechará outra coisa qualquer, outro serviço público, como também já falámos aqui nos Correios, nos bancos. E depois, perguntamos às pessoas: como é que vocês vão ficar a viver nas aldeias, nas freguesias? Vêm todos para a cidade viver? Então e transportes? Já se falou aqui também dos transportes, e mais à frente também falo sobre o problema dos transportes nas freguesias e nas aldeias.

O que eu queria sobre este assunto – e depois vamos falar mais particularmente sobre ele – era lembrar a história, porque o assunto não é novo. E no fundo, apelo aqui à união. Como dizia aqui o meu colega do Louriçal, se há assuntos em que tem que haver união, independentemente da cor partidária, porque se percebeu que quem quer que esteja no Governo, até à data o problema continua, e a mim, pessoalmente, ninguém me mostrou solução nenhuma. Eu disse também aqui publicamente, e digo na Assembleia de Freguesia, que o primeiro culpado neste aspeto é sempre o Presidente de Junta. Se o Centro de Saúde de Almagreira fechar, o Presidente da Junta de Almagreira é o culpado. Eu assumo-o publicamente, porque é exatamente assim que acontece. Para as pessoas, é assim. Portanto, expliquem-me que não será assim para o futuro. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. O Sr. Deputado Carlos Lopes pediu a palavra de novo. Dou-lhe a palavra, sabe que não vai exceder o seu tempo.”

Carlos Lopes (PS):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Ainda tenho tempo, e como a Bancada do Partido Socialista foi interpelada diretamente pelo nosso deputado e amigo João Antunes, não poderia deixar de lhe dar aqui duas ou três indicações que nos parecem importantes.

Gostaria de começar por perguntar ao Sr. Deputado se ele sabe quantas queixas é que foram registadas em Pombal, e se ele também sabe por que é que os Municípios que ele referiu não foram contemplados. Será que eles apresentaram os projetos? Será que se candidataram? Gostaria que porventura ele nos esclarecesse isso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sr. Deputado, nós nunca dissemos que estava tudo feito; o que nós dissemos aqui, se o senhor se recorda bem, é que o Governo estava a adotar medidas de apoio.

Mas, não queria deixar de terminar a minha intervenção sem apresentar uma sugestão ao Sr. Deputado: Sr. Deputado, faça chegar as queixas do Concelho de Pombal ao Sr. Presidente de Câmara, que eu estou plenamente convencido que ele não deixará de, em Lisboa, providenciar para que os problemas do Concelho de Pombal sejam resolvidos. É a nossa opinião, gostaríamos muito que fossem tratados nesta Assembleia os assuntos do Concelho de Pombal, os problemas, e as soluções que o senhor preconiza para eles.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Terminada que está a ordem do dia, vou dar a palavra ao Sr. Presidente, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Uma boa tarde a todos.

Eu quero começar por pedir desculpa pela hora a que cheguei, estive em contato com a Sra. Presidente para que também o órgão não se atrasasse muito no seu início. Mas, ontem, precisamente, a AICEP indicou-nos um investidor, não português, que gostaria de conhecer os nossos parques industriais, e a reunião foi marcada para as duas horas, e foi isso que eu estive a fazer, com o Sr. Presidente da Junta da Guia, Ilha e Mata Mourisca, com o Sr. Vice-Presidente, com o Micael, do Gabinete de Apoio ao Investidor, precisamente nessa apresentação, com esse investidor francês e com a sua assistente, para uma nova unidade. E portanto, peço que compreendam e que desculpem, não entendam como nenhum desrespeito pelo funcionamento do órgão, porque esta é a matéria mais importante – e as reuniões de Câmara – a quem o Presidente da Câmara deve dedicar tempo e atenção.

Sobre a primeira questão, apresentada pelo Dr. Guilherme Gameiro Domingues, deixe-me dizer-lhe que eu tenho já agendada uma reunião com a DGEstE para apresentar vários problemas à Sra. Diretora Regional da Educação. A primeira prende-se com uma circunstância que nunca foi bem esclarecida, que é por que razão os alunos residentes em Albergaria dos Doze, que fizeram parte da proposta de criação da segunda turma do quinto ano no Externato Liceal, foram excluídos de poderem frequentar as aulas em Albergaria dos Doze. E aquilo que eu vos posso adiantar é que se as razões que forem apresentadas ao Município de Pombal para excluir esses alunos que são aqui residentes, de acordo com as informações que a Junta de Freguesia atesta, não forem estribadas em critério legal, o Município de Pombal acionará os meios judiciais para reconhecer que aqueles alunos não só têm o direito de frequentar estabelecimentos de ensino na sua zona de habitação, como o Ministério tem obrigação de os acolher, porque nos termos do contrato de associação é isso mesmo que se impõe. E portanto, vamos passar à Fase B da nossa negociação, que é não ficarmos resignados, porque o critério que é apresentado, ninguém conhece e ninguém responde, pelo segundo ano consecutivo, e termos de ser um bocadinho mais enérgicos, pedindo que razões é que, de facto, fundamentam essa exclusão, que foi isso que este ano novamente voltou a acontecer, com prejuízos evidentes para os alunos, para as suas famílias, para Albergaria dos Doze, para o colégio, para a tranquilidade das famílias, para todas estas circunstâncias. Para além disso, vamos apresentar outras propostas que articulámos com a Direção do Colégio, com quem aqui já reuni, e também com a Associação de Pais, sobre o funcionamento do colégio, bem entendido.

O Sr. Deputado Pedro Pinto fez aqui várias questões, vamos começar, talvez, pelo alargamento do Parque Industrial Manuel da Mota. De facto, foi intentada uma providência cautelar – que como sabe, suspende o negócio jurídico – já na pendência dessa providência cautelar, o Tribunal de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Contas emitiu visto favorável para a negociação, o tribunal decidiu não considerar a providência cautelar, a ação principal mantém-se, e outra sociedade detida pelo fundo – ou que detém parte, que é dona do fundo que está a representar agora a administração da Adelino Duarte da Mota – voltou a interpor outra providência cautelar, está marcada para a semana, ou para a outra, uma inquirição de testemunhas sobre este assunto. Evidentemente que até termos esse problema resolvido, não se pode consumir o negócio, por razões que se prendem com essa segurança jurídica que devemos ter. Posso-vos dizer que, evidentemente, se a empresa Adelino Duarte da Mota, que tem no Concelho de Pombal dois mil hectares de explorações mineiras e concessões mineiras, quer abrir com o Município de Pombal um conflito, nós estamos prontos para acompanhar a preocupação que vimos da Direção Geral de Energia e Geologia, apresentada nos jornais nacionais, relativamente às pedreiras que têm perigo acrescido, e algumas delas estão aqui no Concelho de Pombal. E portanto, nesta relação de proximidade, de desenvolvimento de um recurso que nos dá riqueza e que evidencia Pombal no contexto nacional e internacional, eu julgo que as partes devem ponderar muito bem a forma como querem arranjar problemas uma à outra para que, de facto, tudo possa correr como tem corrido até hoje, com vantagens para todos, e com uma compreensão pelas várias iniciativas.

E portanto, espero que haja da parte dos decisores, que entendem que é preferível impedirem a consumação deste negócio, do que tentarem resolver os problemas internos através de outros canais, que nos consigamos entender. Como numa das ações interpostas entendeu também a empresa e os seus advogados pôr em causa a idoneidade e a seriedade do Presidente da Câmara, informo a Assembleia que na sequência disso, e extraíndo aquilo que é essa peça documental, apresentei uma queixa-crime contra os advogados e contra a empresa, precisamente porque o Presidente da Câmara não tem que ser difamado num processo destes, como se eu estivesse a fazer aqui fretes a quem quer que fosse na defesa dos interesses do Município. E portanto, entretanto, teremos novidades relativamente a este assunto.

Quanto àquilo que costuma ser o seu pessimismo relativamente à economia do concelho, eu por acaso tinha aqui, do dia 29 de novembro de 2018, aquela que foi uma iniciativa que o CDS organizou em Pombal, em que o Eurodeputado Nuno Melo vem dizer: “Pudesse Portugal ser como esta região, e dávamos cartas pelo mundo todo.” Está aqui. Portanto, não me parece que a sua opinião tão pessimista, sempre tão negra, seja aquela que é partilhada. E o senhor estava cá, e portanto, ouviu isso, está aqui a sua fotografia. Admito que sob o ponto de vista dessa sua vontade, que eu acompanho, de termos mais e melhor, e de conseguirmos fazer várias coisas no nosso concelho, mas não ponha os termos tão pessimistas quanto isto, porque como acabei de lhe dizer, temos tido múltiplas solicitações para instalarem aqui empresas, e muito brevemente teremos unidades novas a inaugurar, na Guia está outra unidade com mais de seis mil metros quadrados a ser instalada, outra está a ser terminada, tem havido aqui uma grande dinâmica, uma grande capacidade – aliás, os nossos números do desemprego estão em mil e cem desempregados, e se considerar que um por cento (1%) são aqueles que normalmente são beneficiários do RSI, estamos com quinhentos trabalhadores desempregados. E portanto, há um trabalho, que daqui a pouco já responderei, relativamente àquilo que é essa procura dessa compatibilização entre os jovens, o trabalho, as empresas e a sua formação profissional.

Quanto à rede Pombus, deixe-me talvez esclarecer e reiterar aquilo que eu já disse aos Srs. Deputados várias vezes, e que não vou deixar de o fazer: sempre que algum dos Srs. Deputados quiser aceder a informação da Câmara, de concursos, de contratos, de qualquer esclarecimento, tem os canais próprios para o fazer, através da Mesa, acedam aos documentos, para que, de facto, se possa falar com propriedade e com conhecimento, e que a Assembleia discuta os termos com a justiça e com a factualidade que, de facto, ela exige. Não houve ajuste direto nenhum na



MUNICÍPIO DE POMBAL

questão do Pombus; foi uma consulta prévia, em que quem tivesse o melhor preço ganhava, havia um valor máximo de adjudicação que andava à volta dos setenta e quatro mil e novecentos euros (74.900€), houve três ou quatro empresas que apresentaram propostas, e portanto, a empresa que ganhou foi aquela que fez o melhor preço.

Quanto às fases que aqui tão preocupadamente apresentava, há a primeira fase, que é o estudo de mercado, que tem a recolha e análise da informação disponível, a avaliação de desempenho do sistema e diagnóstico, inquéritos de utilizadores atuais e potenciais, e estudo de tráfego para a identificação de potenciais utilizadores do Pombus. Deixe-me dizer-lhe que nós podemos fazer estas avaliações da procura destes inquéritos de duas maneiras: ou fazemos com uma amostragem mais pequena, ou fazemos com uma amostragem total. Aquilo que nós tivemos no primeiro trabalho que desenvolvemos foi uma amostragem total, tivemos mais de três mil respostas. Um universo de opinião dessa dimensão dá-nos níveis mínimos nas soluções que são encontradas, e que foram, aliás, aquelas que depois foram implementadas e que deram o resultado que todos nós conhecemos, sob o ponto de vista de a mesma rede, com o mesmo horário, os mesmos carros, fazer mais quarenta e nove estações, ganhar quinze por cento (15%) de utentes, e aumentar dezasseis por cento (16%) as vendas, o que significa que havia um espaço de crescimento que foi ganho. E este é o trabalho que estes senhores fazem, e têm-no sabido fazer muito bem. E portanto, se o pudermos fazer para trezentos, é uma coisa; se quisermos fazer para três mil ou quatro mil, temos que ter outros recursos, e estamos disponíveis para que, de facto, esses recursos possam crescer àqueles que os próprios já têm no terreno.

Fase 2, dimensionamento da rede, atividades a desenvolver, modelação da rede Pombus, depois temos estudos de solução para otimização do sistema, a elaboração de relatório com a proposta de dimensionamento da rede. Depois, temos a Fase 3, apoio à implementação da solução preconizada, há a atividade de apoio à implementação, monitorização, avaliação, validação da solução proposta, relatório final.

Portanto, se o Sr. Deputado quiser, está disponível, o processo é um processo que tem alguma dimensão, o preço, candidatos, tudo isso que está definido, tenho toda a obrigação de o facultar. Além do mais, deixe-me dizer-lhe que se houvesse alguma dúvida sobre aquilo que pudesse ser a justiça, a honestidade e a transparência deste processo, deixe-me recordar-lhe que este é um processo que está integrado no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, e portanto, é suscetível de candidatura – como já foi – para ser financiado a oitenta e cinco por cento (85%). Portanto, repare: se dez por cento (10%) são sete mil e quinhentos euros (7.500€), quinze por cento são dez mil e poucos euros, mais IVA, que é o custo efetivo que este projeto terá para o Município de Pombal, considerando que tem a participação comunitária.

Sobre as suas questões sobre a economia, estratégias de visão falhada, e por aí fora, o CIMU-Sicó, eu estranhei foi a sua observação sobre “muitas dívidas”. Eu não sei a que dívidas é que se quer referir; se houve projetos, se houve obras, elas têm que ser pagas, não são dívidas. Fiquei na dúvida sobre o que é que queria dizer com isto. O CIMU-Sicó, estamos a encerrar o processo para rescisão amigável do contrato que existe, depois da suspensão da obra, e será aberto muito brevemente o concurso público para a concluirmos.

A Quinta de Santana, ainda esta manhã estive com os nossos advogados a fazer a redação final do caderno de encargos e programa do concurso para a concessão da quinta, com as áreas todas e com as condições negociais. Eu agendei o processo para ir à reunião do próximo dia 15 de março, à Câmara. Portanto, é um processo que muito brevemente conhecerá o seu desfecho, e que, evidentemente, terá que ter um prazo de promoção nacional, e fora do país, nomeadamente junto da nossa comunidade, para que as pessoas que eventualmente queiram interessar-se em fazer este investimento não tenham de decidir isto em quinze dias – porque não é um negócio



MUNICÍPIO DE POMBAL

para se definir em quinze dias – que possam conhecer a propriedade, e portanto, vamos ter uma promoção junto da comunidade portuguesa que tem investimentos no estrangeiro, nomeadamente em França, porque queremos marcar isso com a Embaixada Portuguesa lá para os podermos acolher, assim como em Portugal estamos aqui no nosso Gabinete de Apoio ao Investidor a fazer a relação dos potenciais interessados. Se algum dos Srs. Deputados quiser sugerir algum nome de alguma empresa, de algum conhecido, amigo, que sob o ponto de vista empresarial, turístico, de restauração, de animação, de lazer, possa ter interesse, temos todo o gosto em também poder direccionar especificamente, sem prejuízo para a divulgação geral, esses convites a essas pessoas que queiram indicar para o nosso contato mais direto.

A Casa da Guarda do Norte, como sabem, é um processo que é negociado entre o Município e a Freguesia do Carriço, e estamos à procura de um comprador, porque achamos, de facto, que é um processo que deve ter uma condução privada.

Dr. António Pires, eu acompanho-o, de facto, nesta sua preocupação, e naquilo que o senhor vê que deveria ser o papel municipal relativamente à educação. Mas, como sabe, não é isso que a Lei diz, infelizmente. E portanto, lá chegará o tempo em que, de facto, se calhar a Assembleia Municipal, de uma forma muito mais participada, muito mais aberta, vai fazer aquilo que durante muito tempo, se calhar, as escolas, o Governo, ou todos juntos, tiveram algum medo que fosse feito, que é o que é que estamos a formar, quem é que acha que isto são boas soluções, por que é que são estes e não são outros, que resultados é que temos. E portanto, é um processo que eu gostava, de facto, que fosse mais possível.

Mas, como fez a referência à descentralização, aquilo que vem na descentralização são edifícios, são contas, é a limpeza do chão, é a limpeza dos vidros, são tarefas. Eu gostava, de facto, que o Legislador tivesse sido um pouco mais ambicioso, e nos pusesse todos verdadeiramente a participar nisto.

De todo o modo, deixe-me dizer-lhe que, mesmo assim, deve separar aquilo que é uma avaliação do 1.º ciclo e dos restantes ciclos. Por quê? Porque essas, não há dúvidas nenhuma em que o Município tem aqui um valor reforçado, ou uma participação reforçada. E por essa razão, não só o estamos a fazer nesse ciclo, como estendemos já ao 2.º ciclo, como já avançámos também para o pré-escolar. E portanto, espero que haja, de facto, uma maior capacidade de fazermos essas inquirições, porque essas, de facto, seriam importantes. Aliás, repare, é até uma exortação muito positiva, que à Assembleia, aos Agrupamentos de Escolas, relativamente àquilo que são os seus documentos finais que são produzidos da sua prestação, que eles tenham uma divulgação pública. Aliás, quem os quiser, eles normalmente são publicados nos sites dos respetivos Agrupamentos, quem quiser pode consultá-los. E aí sim, pode encontrar quem é que acabou, as percentagens de execução, e por aí fora.

Agora, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu também gostava de saber qual é a taxa de ingresso no ensino superior; ninguém sabe. Ninguém sabe. Já não é a primeira vez que nós fazemos esse pedido, precisamente para percebermos quais são os níveis de procura, quais são os níveis de saída, e por aí fora, e ninguém sabe. O Gabinete trabalha os números, não trabalha as identidades, e mesmo se assim fosse, tenho a impressão que hoje, com o RGPD, seria muito difícil conseguirmos chegar a essa identificação, porque havia uma proteção.

De todo o modo, deixe-me dizer-lhe que, de facto, eu acho que esse será o caminho; esse será o caminho, os Municípios vão ter que começar a ter essa preocupação. Aliás, esse tem sido o caminho nas matérias em que nós diretamente estamos envolvidos. E portanto, quando olha para aquilo que é a prestação de contas da ETAP, e a avaliação quantitativa e qualitativa da sua prestação, eu posso, com estes dados, responder-lhe a parte das suas perguntas. Olhe, na mecatrónica automóvel, relativamente à empregabilidade vs. prosseguimento de estudos, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

trabalhar estavam sessenta e nove por cento (69%), a estudar estavam trinta e um (31%), que tinham prosseguido estudos no superior. Na mecatrónica, cinquenta e dois (52%) estavam a trabalhar, e quarenta e três (43%) estavam a estudar. A taxa de empregabilidade ou prosseguimento de estudos, na mecatrónica automóvel era cem por cento (100%), e na mecatrónica era noventa e cinco (95%). Na eletromecânica, estavam cem por cento (100%) a trabalhar, e portanto, ninguém prosseguiu os estudos; na transformação de polímeros, estavam cem por cento (100%) a trabalhar; no auxiliar de saúde, estavam trinta por cento (30%) a trabalhar, e sessenta e dois (62%) estavam a estudar; e no turismo, noventa por cento (90%) a trabalhar, e dez por cento (10%) a estudar. Isto estamos a falar dos cursos que aqui estão. Eu, como lhe, digo, também gostava que houvesse outro tipo de divulgação.

Deixe-me, no entanto, acrescentar que a Comunidade Intermunicipal aprovou, e está a ser elaborado – ainda há oito dias tivemos uma reunião aqui com o Prof. Vítor Ferreira, que é o responsável do IPL por preparar o estudo das necessidades formativas de curto e médio prazo no âmbito da CIM, porque como sabe, as competências relativamente aos cursos profissionais passaram a ser competências em que a CIM tem que dar um parecer, e portanto, esse é um trabalho que no profissional já está a ser feito, e muito brevemente – espero que dentro de um mês – tenhamos o relatório final, precisamente para percebermos qual é esse equilíbrio entre a procura e a oferta de curto prazo, e portanto, numa proximidade muito positiva relativamente àquilo que nós devemos ajudar a preparar.

Dr. João Matias, sobre as questões do investimento e as palavras sobre o atletismo, de facto, confirma-se que o Município de Pombal tem sido, no que diz respeito ao atletismo de inverno, o principal financiador – deixem-me dizer-vos, aliás, e eu posso confessar-vos que transmiti esse pesar muito recentemente ao Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, que é quando Portugal, nos últimos campeonatos da Europa – vamos ter agora em Glasgow, julgo eu, daqui a quinze dias, novamente competição – que da última vez que nós tivemos os campeonatos do mundo grandes resultados não houve uma palavra ao Concelho de Pombal e ao esforço e investimento que nós fazemos para que, de facto, durante tantos anos tivéssemos os atletas a ter ocasião de aqui treinar ao longo do ano, com mínimos aqui realizados para poderem ir a essas competições.

A Sra. Deputada Liliana Silva, sobre as questões dos cuidados de saúde familiar, eu julgo que temos aqui um ponto, e portanto, podemos dedicar-lhe toda a atenção. Mas, deixe-me dizer-lhe que este ponto resulta – creio eu, até porque estivemos reunidos esta semana para o abordar – precisamente pelo desconhecimento das indicações nacionais relativamente àquilo que se pretende fazer no que diz respeito à rede de cuidados de saúde personalizados e Unidades de Saúde Familiar no Concelho de Pombal. E é essa a participação que nós devemos ter, e é aí que podemos outra vez olhar para a descentralização e perceber que também não é esse papel que nós fazemos. Nós queríamos fazê-lo, achamos que é útil fazê-lo, não tenho dúvida nenhuma de que o conseguiríamos fazer melhor do que ninguém, pela proximidade que temos junto das populações, mas também pela compreensão de opções de umas em detrimento dos outros, mas infelizmente, no nosso país, não tem sido o caminho que tem seguido. Posso dizer-lhe que quando foram criadas as duas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, o Vale do Arunca e a Sicó, eu fui frontalmente contra. O Município não foi envolvido, as Juntas não foram envolvidas, e é um processo feito só numa direção, voltando costas àqueles que representam a população. Sob o ponto de vista do critério, acho absolutamente condenável. Eu não quero saber se foi o PSD, ou se foi o PS; é mau, e nós não devemos subscrevê-lo.

Quanto às questões da Freguesia de Vila Cã, não me espanta que o Presidente da Câmara tenha culpas; o Presidente da Câmara tem todas as culpas do que se faz e do que não se faz. E



MUNICÍPIO DE POMBAL

portanto, vivo bem com isso, e quem não conseguir viver com isso, não deve sequer poder candidatar-se. Deixe-me, no entanto, dizer-lhe que existem mecanismos para existir este financiamento, esse financiamento para a construção dos cemitérios já foi feito com muitas das freguesias que aqui estão representadas – na Guia tivemos ocasião de o visitar muito recentemente, em Abiul, onde já houve obras, em S. Simão, no apoio para a ampliação do Carriço, estamos a negociar agora com a Redinha a ampliação dos terrenos, tem havido várias iniciativas. Já existem preços que estão apresentados à Freguesia de Vila Cã, já foram remetidos para a Câmara, estão a ser apreciados pelo nosso Gabinete, entretanto terá que ser usada a plataforma para, sob o ponto de vista formal, o procedimento de concurso ter todo esse formalismo, e o Município apoiará, na proporção que tem feito com os restantes projetos, sendo certo que, evidentemente, não podemos fazer aqui de uma forma parcial, porque se temos muros para fazer a contenção de terras, não podemos fazer parte só apenas dos muros exteriores, e os muros interiores ficarem por fazer. Pode ser um bocadinho mais dispendioso, mas evidentemente temos que o fazer – aliás, foi com esse propósito que também financiámos a Junta para ela comprar os seus terrenos. E portanto, apesar de ser uma competência própria das freguesias – porque é – é uma matéria onde é impossível que as freguesias o possam fazer, e portanto, temo-lo feito sempre.

Quanto às instalações permanentes de uma pista de atletismo, eu não creio que no futuro próximo haja grandes condições de o fazer, nem sei se é muito recomendável termos um espaço com seis mil ou sete mil metros quadrados exclusivamente afeto a esta função, até porque felizmente em Portugal temos muitos dias do ano de bom tempo, temos uma pista ao ar livre, e portanto, a solução que temos tido até hoje parece-me bastante equilibrada, o que não significa que não façamos um esforço para melhorar a instalação que exista, e que possa, entre outras coisas, poder acolher competições mais exigentes do que aquelas que são feitas no nosso país.

Quanto à questão dos militares no Centro de Meios Aéreos, eu reuni, há talvez três semanas, com o General Botelho Miguel, que é o Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, apresentando-lhe esta preocupação. E na semana passada, com a Sra. Secretária de Estado, Isabel Neto, numa audiência que o Sr. Ministro também nos concedeu, à CIM, em que se fez um roteiro do MAI, e o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, da Administração Interna, e o Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, estiveram na CIM precisamente a abordar um conjunto de matérias. Esta foi uma das matérias que eu chamei à atenção, precisamente porque acho que tem que existir do próprio Estado um esforço para que as equipas que são criadas, e que dependem do Estado, tenham também, sem prejuízo da colaboração municipal, algum esforço para não só requalificar, mas melhorar as condições que existem para os militares, porque repare, não deixa de ser estranho que se apresente como um grande passo para a descentralização a possibilidade de o Município poder apoiar os bombeiros em termos dos seus recursos humanos, e depois se ache uma coisa absolutamente normal que o Município tenha que arranjar instalações para suprir as necessidades das competências próprias do Estado, que criou um corpo de polícia que devia estar devidamente apetrechado, nas matérias de fardamento, de meios aéreos e de veículos nas instalações, é aquilo que nós conhecemos. Mantemos essa disponibilidade, mas também tem que haver aqui uma cooperação. E portanto, espero que isso seja rapidamente atingido.

Quanto à questão apresentada pelo deputado Rui Santos sobre as florestas, eu quando conheci aquilo que agora aqui relatou com detalhe, pedi que o Destacamento Territorial da GNR – foi no dia 19 de fevereiro – identificasse os autores, pedi ao Presidente do ICNF que me dissesse quem são todos os empreiteiros que estão a operar no Concelho de Pombal, os talhões a que estão adstritos, para se fazer esse trabalho com identificação. Pedi a colaboração e tivemos uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

belíssima colaboração, até georreferenciada, da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca e da Junta de Freguesia do Carriço, para identificar outros locais que eventualmente não tivéssemos encontrado, a fiscalização municipal foi ao local, e está aqui o relatório com aquilo que já consegui identificar, que se desse conhecimento ao Secretário de Estado das Florestas do que é que está a acontecer no Concelho de Pombal – eu próprio tive a ocasião de o dizer na última reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil, que foi realizada ontem, no Governo Civil antigo, com os respetivos representantes das entidades que ali têm assento, e pedi também que o Gabinete Técnico Florestal de Pombal, juntamente com a fiscalização, coordenasse em nome do Município toda a operação, controlo e fiscalização desta matéria para além, evidentemente, da unidade jurídica ir acompanhando tudo isto, e poder prosseguir de acordo. Evidentemente que o Município não vai parar enquanto não tivermos os danos ressarcidos – entre outras coisas, tenho aqui já fotografias de alguns carros que lá andaram, com as matrículas. Não creio que seja difícil, esperemos que o consigamos fazer em toda a escala, e não apenas em parte dela.

Sobre as perguntas da Sra. Deputada Célia Cavalheiro, sobre a saúde no concelho: pois, uma coisa são ações de sensibilização, que eu acho que são úteis, apelando a que de forma alguma possam equivocar os nossos cidadãos sobre aquilo que são as responsabilidades das respostas, as responsabilidades das falhas, e os projetos que existem, porque aquilo que daqui a pouco vamos discutir é precisamente a falta de comunicação que existe relativamente àquilo que são os projetos e até, às vezes, os problemas que a ARS tem. Haveria alguma maldade, ou o que é que se perdia se no planeamento dos recursos, questão de médicos, de enfermeiros e assistentes técnicos nos Centros de Saúde, que houvesse uma cooperação para auxiliarmos em conjunto, nem que fosse na explicação das pessoas relativamente aos problemas que existem? Nós normalmente sabemos já tudo em ato consumado, com papéis que são afixados nas portas, decididos de um dia para o outro, em que os representantes das populações não são tidos nem achados. Eu não creio que seja boa política, acho que não ajuda, acho que afasta, acho que esfria as relações, acho que cria desconfiança, e acho que na construção de uma solução coletiva, é o pior caminho possível. Terei ocasião de muito brevemente falar disso com a Sra. Presidente da ARS do Centro, a quem pedi no dia 16 de janeiro uma audiência, e que só hoje é que me respondeu – e portanto, ainda bem – mas espero que a decisão que a Assembleia daqui a pouco possa tomar possa também acelerar tudo isto.

Centro de Saúde do Louriçal, julgo que está em erros e omissões, já está em apresentação de propostas, e portanto, brevemente teremos ocasião de apreciar as propostas e podermos, em ato contínuo, fazer a respetiva adjudicação.

Sobre as suas dúvidas sobre a pista coberta, eu ia-me socorrer talvez daquilo que é o histórico de provas que aqui foram realizadas. Percebo que olhe com alguma preocupação, quando todas as provas eram feitas num sítio, mas o que é certo é que Portugal, a partir do momento em que Braga começou a ter outro sítio, deixou de ter apenas um sítio. E eu julgo que ninguém levará a mal que na gestão nacional das provas, a Federação Portuguesa tente equilibrar esse calendário. Deixe-me dizer-lhe que eu não conheci isto porque a Federação me disse, e quando soube aquilo que a Federação tinha feito na calendarização das diversas provas, peguei no telefone, liguei ao Sr. Presidente da Federação e disse-lhe: “Olhe, eu não acho bom, numa boa relação institucional, que o Município de Pombal saiba disto pelo site ou pelos jornais.” E portanto, no mínimo, aquilo que eu pedia é que se houvesse modificações dessas, os senhores nos comuniquem, porque não há mal nenhum em comunicar, dizendo: “Olhe, esta prova do campeonato nacional de juvenis vai ser feita em Pombal”, ou vai ser feita em Braga, porque houve muitas provas que foram feitas em Braga até 2015, e que deixaram de fazer, e outras que,



MUNICÍPIO DE POMBAL

entretanto, são em Pombal, e estão lá. E portanto, isso faz parte de uma lógica nacional da gestão dos recursos, porque também não me parece que seja muito útil para o país, pode ser útil para Pombal ter a única pista, mas o país fica bastante mais rico – e temos que olhar para isso também com essa leitura toda – se efetivamente tivermos aqui possibilidade de ter vários locais. E felizmente que aqui temos condições muito boas para que tudo possa correr como tem corrido até hoje, com grande apreço por todos eles.

Quanto à questão do plano de comunicação, repare, há um plano de comunicações feito pela própria Federação, de tal maneira que teve a edição online dos campeonatos de Portugal, e portanto, toda a gente teve ocasião de ver online, estava um sistema instalado, e portanto, julgo que foi este ano até bastante alargado, e tivemos nas bancadas – não sei se teve oportunidade de lá estar – gente, e olhe que pessoas que já estão lá há muitos anos a acompanhar as provas, eram as primeiras que me diziam que as bancadas estão muito bem compostas, e pessoas que eu aqui nunca vi. Portanto, acho que esse plano vai ganhando uma consistência, as bancadas estiveram quase sempre cheias, ou muito bem preenchidas, e portanto, fico muito satisfeito com isso, mas também agradeço a sua preocupação.

Sobre a questão da precariedade nas contratações, deixe-me dizer-lhe, apesar de lhe poder parecer uma coisa não muito simpática, mas hoje em dia em Portugal quem é o maior garante da precariedade é a Administração Central. Nunca houve tantos precários em Portugal como no Governo que o Bloco de Esquerda apoia. Nunca houve. Os dados são desta semana, acompanhou-os, com certeza. E portanto, sem prejuízo daquilo que possa ser o nosso esforço junto das nossas empresas, repare, não espere que enquanto eu for Presidente de Câmara, eu seja o maior inimigo das empresas, porque não serei. E essa leitura muito maniqueísta que às vezes os senhores têm, relativamente àquilo que é o peso do patronato sobre o trabalhador, as coisas já não são assim, e portanto, admita que há mais algum equilíbrio. Aliás, se assim não fosse, com certeza não tinha tanta compreensão para o facto de o Governo ser o maior garante da precariedade, porque criou Legislação, obrigou toda a gente, e é o primeiro a incumprir. E portanto, há um trabalho que, de facto, pode ser bastante melhorado por quem fez a Lei, e que não dá o exemplo.

Deixe-me acrescentar, no entanto, que um dos propósitos com que o Município apresentou a candidatura ao Gabinete de Inserção Profissional foi precisamente a de podermos auxiliar na colocação de jovens, de termos aqui uma política mais ativa, mas como calcula, o Município de Pombal não tem nenhuma competência para andar a fazer inquirições relativamente aos vínculos laborais que existam entre as empresas privadas e os respetivos trabalhadores. E portanto, a sugestão que lhe dou é que se conhecer alguma situação dessas, remeta à ACT, que é a entidade que tem essa missão.

Sobre o Dr. Carlos Lopes, sobre isto: bem, eu recomendava-lhe talvez que fizesse a leitura do regulamento do curso, e ele dar-lhe-ia, de facto, a dimensão que permite aos frequentadores do programa que estou a fazer, e que justifica, de facto, que o exército, a força aérea, os estrangeiros e fronteiras, Procuradores da República, juizes conselheiros, investigadores universitários, Presidentes de Câmara, Presidentes de Junta, o frequentem. E portanto, com certeza que terá uma rápida perceção do interesse, como eu tive. E recomendo-lhe que, se puder, o faça, porque o Estado Português investe muito naquilo que proporciona aos cerca de cinquenta auditores que anualmente o conseguem fazer, e em Portugal não são mil e quinhentos. E portanto, é um esforço muito grande que é feito precisamente para promover debates, conferências, seminários sobre matérias importantes. Olhe, deixe-me dizer-lhe uma coisa prática: nesta reunião que acabei de ter com este investidor, uma das coisas que estivemos a conversar foi precisamente o nível de participação que esta empresa tem, que é de metalomecânica pesada, na indústria de armamento,



MUNICÍPIO DE POMBAL

e o que isso significa para a economia francesa, e a possibilidade de aproveitar o Fundo Europeu de Defesa, que está disponível para um conjunto de países, onde Portugal também pode fazer investigação, prototipagem, desenvolver, para, no âmbito das decisões do Tratado de Lisboa, do art.º 46.º do Tratado de Lisboa, desenvolvermos um conjunto de atividades económicas no âmbito, por exemplo, da indústria de defesa, do armamento, e por aí fora. Portugal subscreveu, foi no último dia que o fez, e estamos em sete das dezassete ações que estão previstas. Portanto, repare, há componentes multifacetadas, umas têm a ver com proteção, outras têm a ver com geopolítica, outras têm a ver com defesa, outras têm a ver com energia, outras têm a ver com investimentos, outras têm a ver com investigação, é tudo isso, e portanto, uma leitura muito interessante. Muito obrigado pela sua proposta.

Dra. Conceição Anastácio, muito obrigado pela sua sempre atenta observação àquilo que são um conjunto de iniciativas que, de facto, se complementam e dão coesão ao nosso território relativamente às políticas sociais. E portanto, fico-lhe grato por reconhecer, com a sua atenção e experiência educativa de muitos anos, que, de facto, há aqui uma complementaridade e uma preocupação com todos.

Dra. Patrícia Carvalho, sobre a pergunta que me fez, eu vou partir do pressuposto que o Partido Socialista convive com muita tranquilidade com aquilo que tem sido, num passado recente, a presença de familiares no Governo, e que acha que esse é um modelo que sob o ponto de vista da transparência e sob o ponto de vista do bom exemplo público, é uma matéria em que os senhores reconhecem que não há mal nenhum nisso. Aliás, eu até recorro as palavras do Presidente da República, que diz: "O Governo tem membros com laços familiares por mérito próprio". Não sei se são os méritos, não sei se são os laços, se são os membros; é o mérito próprio. E deixe-me dizer-lhe que é o mérito, Sra. Deputada, é o mérito. Aliás, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu percebo que os senhores tenham dificuldade – eu não vou estar aqui a falar se o Dr. Pais Ferreira, que esteve no Conselho Geral da Caixa Geral de Depósitos, é casado com a Ministra da Justiça, e se a Ministra do Mar é mulher do Ministro da Administração Interna, e se a filha do Vieira da Silva está no Conselho de Ministros, não vou falar disso, toda a gente já sabe isso, toda a gente tem a sua opinião sobre o assunto, não vou pisá-lo.

Deixe-me dizer-lhe, no entanto, o seguinte: eu percebo que para muitos cidadãos, e para o Partido Socialista, separar essas águas não seja fácil. Mas, deixe-me recordar-lhe meia dúzia de episódios que aconteceram nos últimos três, quatro anos, que lhe mostram que este é um processo que não começou agora. Foi a Câmara Municipal presidida por mim, por unanimidade, que reconheceu, passado vinte e um anos, o Dr. Armindo Carolino com a medalha de ouro deste Município. Se fosse uma questão partidária, se calhar teria acontecido o que aconteceu. Foi esta Câmara Municipal que convidou, através da Presidência do Conselho de Administração da ETAP, o Dr. Mário Diogo para ser advogado da Escola Tecnológica. O Dr. Mário Diogo foi mandatário do Partido Socialista nas eleições de 2002, na lista de António José Rodrigues. Foi o Município de Pombal que convidou para ser projetista desta casa o Eng.º António Jordão Gonçalves, que fazia parte, e faz, o quarto da lista do Partido Socialista que aqui está. Não foi essa a razão que levou a que fosse impedido de o poder fazer. Foi o Município de Pombal que convidou, por unanimidade, e reconheceu com a medalha de mérito desportivo Arlindo Medeiros, um militante do PCP. Não foi por questões políticas, foi por questões de mérito. Foi a Câmara Municipal presidida por mim que aprovou por unanimidade a Dra. Maria Luís Brites como medalha de mérito da cultura deste Município, foi candidata do Bloco de Esquerda e do PCP às eleições. Foi connosco que Ana Lúcia Fonseca Ferreira, que nenhum de vocês sabe quem é, provavelmente, filha daquele senhor que aqui veio dizer que o Presidente da Câmara era um malandro, que fazia e que acontecia, numa Assembleia Municipal, que a seguir vai na lista do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Narciso Mota Pombal Humano, que foi na lista da Assembleia Municipal Narciso Mota Pombal Humano, hoje é técnica superior do EPIS, onde estava e de onde nunca saiu. Se não fosse o mérito, com certeza que cá não estaria. O Pedro Amado Pereira faz parte da lista do Gonçalo Ramos, de Guia, Ilha e Mata Mourisca, do Movimento Narciso Mota Pombal Humano, é um técnico superior que está a trabalhar com a Câmara na coordenação de jardins, e espero que possa dar um grande contributo nas matérias da floresta. O José Carlos Vinhas é arquiteto, foi candidato contra mim em 2001 na Junta de Freguesia de Pombal. Não tem mérito?

Portanto, Srs. Deputados, deixemo-nos destas preocupações, como se algum de nós que aqui está achasse porventura que o Eng.º Narciso Mota se calava por uma coisa destas, como nós sabemos, aliás, que não se vai calar. Mas, é evidente; mas, alguém espera que isso acontecesse? Eu não espero que isso aconteça. Portanto, se falamos aqui de transparência, e se falamos aqui da forma como damos exemplos, eu não me queixo destes, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: é transparente ter um irmão na Assembleia Municipal a fiscalizar um membro da Câmara Municipal? Nós temos isso em Pombal, e é do seu Partido.

João Santos, tempestade Leslie, como o Município de Pombal tem procurado responder: bem, o Município de Pombal fez o relatório para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e andamos há vários meses a perguntar uma coisa que tem preocupado muito as nossas coletividades, e os Srs. Presidentes de Junta sabem: se o Município de Pombal apoiar as coletividades a fazer os investimentos de recuperação patrimonial antes da decisão, ficam ou não ficam essas coletividades prejudicadas pela circunstância de não poderem concorrer, porque as obras já estão feitas? Ninguém responde a isto. Mas, vamos percebendo que em algumas matérias, o que tem sido publicado em alguns avisos é que só as despesas feitas a partir da data em que o aviso é publicado é que podem ser integradas para efeitos de comparticipação. E portanto, não podemos considerar que em muitas destas práticas haja aqui uma seriedade que nos ajude, e as pessoas depois também não sabem o que é que nos hão de responder. À cautela, o que nós vamos fazer – e ainda hoje de manhã esteve aqui, julgo eu, a Associação do Outeiro do Louriçal, precisamente para ver se resolvemos estes assuntos.

Sobre a intervenção da Sra. Deputada Elisabete Alves, eu concordo consigo, de facto. Estes exemplos, e sem prejuízo da presunção de inocência, vamos acompanhar tudo aquilo que aconteceu, e portanto, eu acompanho-a na tristeza que aqui manifestou, até porque vejam como é que pode ser fácil um trabalho de um homem durante tantos anos cair na lama por uma questão, em meia dúzia de minutos.

A Sra. Deputada Nicolle Lourenço, sobre as questões da nova gestão documental: deixe-me dizer-lhe que a perceção que temos, nomeadamente dos Srs. Engenheiros, técnicos e arquitetos que subscrevem projetos à Câmara Municipal é muito positiva, nomeadamente pelo tempo que deixaram de gastar em esperas, porque submetem os processos online. A entrada de novos pedidos nesta altura, em janeiro de 2019, já estava em noventa e um por cento (91%), e desde que começámos, em setembro de 2017, com vinte e dois por cento (22%), tínhamos ultrapassado os oitenta e três por cento (83%) em dezembro, passámos os noventa e um (91%), e portanto, estamos apenas com oito ponto oito (8,8%) de pedidos presenciais, e que foram apenas quatro, e entraram quarenta e um. Significa que durante o período de vigência, desde agosto de 2017, até hoje, entraram online seiscentos e oitenta e três pedidos, e os presenciais foram duzentos e quarenta e quatro. Nas respostas a notificações, sob o ponto de vista presencial, que eram cem por cento (100%) em agosto de 2017, hoje são treze ponto noventa e nove (13,99%), foram dadas noventa e cinco, e são quinhentas e oitenta e quatro através do formato digital. E portanto, estamos muito contentes pela eficiência que isto representa, e a rapidez com que o processo também vai decorrendo, para efeitos dos próprios requerentes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Sra. Presidente de Abiul, os cuidados de saúde primários, a preocupação, já lá iremos, julgo que podemos dedicar o tempo no ponto da ordem competente.

Deixar também aqui um agradecimento pelas palavras do Sr. Deputados Pedro Pimpão sobre a questão do Bioparque e da requalificação do IC2.

Dr. Edgar Domingos, sobre a questão da mobilidade elétrica: o Município, aliás, o nosso plano de ação tinha essa como uma condição que gostaríamos de ver atingida durante este mandato, e foi essa a razão que nos levou a que, ainda em 2017, se manifestasse à MOBI.E, que é a empresa que nacionalmente faz essa coordenação, a abertura do Município e o interesse em aderir ao projeto de expansão da rede, que na altura estava em expansão. E portanto, aguardamos que possa haver da parte da empresa algum tipo de esclarecimento sobre este assunto.

Sobre as questões que aqui foram depois apresentadas, quer pelo Sr. Deputado e Presidente de Junta José Manuel Marques, do Louriçal, da saúde, acho que daqui a pouco podemos sintetizar isto tudo no mesmo ponto.

Sobre as preocupações do Presidente Gonçalo Ramos, ADSE, o que tem acontecido – e é a recomendação que eu faço aos Srs. Presidentes de Junta – é que nos novos contratos, em que seja o caso, o regime de proteção social seja o da Segurança Social, que, aliás, é o que acontece aos funcionários públicos desde 1997. Eu fui membro da Câmara, era da Segurança Social e passei para a ADSE em 1994, saí da Câmara em 2001, e quando regresssei à Câmara em 2004, já fiquei na Segurança Social. Portanto, não percebo, só se foi uma escolha que foi dada aos trabalhadores, e depois optaram por um regime que, não há dúvida nenhuma, lhes é francamente mais favorável, mas é francamente penalizador das finanças das freguesias.

E julgo que respondi a todos, Srs. Deputados. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Respondeu, efetivamente, a todos.

Vou agora passar à segunda chamada. Então, vamos por partes. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Sr. Presidente, saúdo-lhe a sua boa disposição e as suas piadas, que algumas têm alguma piada, outras nem por isso.

Queria, em primeiro lugar, e antes de ir às suas respostas, dizer e concordar com o membro da Assembleia Municipal Pedro Pimpão, relativamente à saudação que fez, relativamente ao Pombus. É verdade que são os transportes públicos que hoje em dia diferenciam as cidades modernas. Sem os transportes públicos, as cidades não evoluem. E portanto, comungamos absolutamente da mesma opinião nessa matéria. Mas, também queria dizer que o CDS vai para além da Freguesia de Pombal. Eu percebo que o Pedro Pimpão esteja satisfeito porque a freguesia dele está servida, mas o resto do concelho – aliás, já trocámos algumas impressões no Direito de Oposição, o CDS trocou estas impressões com o Sr. Presidente, e eu queria recordá-lo disso mesmo.

Relativamente às respostas que me deu, na primeira questão, do terreno, falou em muitos problemas, mas eu gostava mais que apresentasse soluções, era isso que eu estava à espera de ouvir da sua parte.

Queria fazer-lhe uma correção: o Dr. Nuno Melo não é deputado; é eurodeputado. E naturalmente que o CDS, quando convidou o eurodeputado do Partido para visitar Pombal, teve o cuidado de escolher empresas que fizesse sentido ele visitar. Naturalmente que o Dr. Nuno Melo, sendo uma pessoa afável e educada como é, era impensável poder dizer mal dos anfitriões, e teve palavras simpáticas para com o nosso concelho, de acordo com as empresas que visitou.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Queria também dizer-lhe que registamos com agrado essa sua atenção em relação aos elementos do CDS que visitam Pombal, mas gostaria de lhe perguntar se também esteve atento à palestra que foi feita pelo professor universitário, Dr. Raúl Lopes, no Oeste, e as críticas que também deixou ao concelho, que são precisamente as mesmas que o CDS tem apontado ao longo da sua existência aqui no concelho. Queria deixar essa nota.

Relativamente à segunda questão, a sua resposta continua a ser completamente ambígua. Eu vou aceitar o convite e vou consultar o processo. E portanto, enfim, ficarei à espera que o Sr. Presidente me comunique em que altura posso visitar as instalações do Município para consultar o processo.

À terceira questão, o Sr. Presidente falou de projeto, obra e pagamento, mas o CDS quer proveito. Se houve projeto, houve obra e houve pagamento, mas nos casos em que eu referi, se não houve proveito das instalações nem da obra feita. Não houve, Sr. Presidente, e era isso que nós queríamos ouvir da sua parte. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Sr. Presidente, acabou por não me responder, relativamente à saúde, se estará na calha algum encerramento ou fusão de algum dos Centros de Saúde existentes, nomeadamente o de Vermoil, que foi onde eu ouvi falar que poderia acontecer.

Fico feliz de saber que a pista coberta veio para ficar – também foram as suas palavras – e que, de facto, não há cá tantas provas porque outros locais do país ficaram com as mesmas condições. Isso é bom para o país inteiro e para o desporto, também fico feliz de saber.

Relativamente à divulgação dos eventos, acho que o Município devia investir um bocadinho mais, localmente.

Relativamente à precariedade, sempre que eu falo de precariedade, fala-me da “geringonça”. Mas, realmente, a “geringonça” trouxe esse tema a nível nacional. O Sr. Presidente da Câmara regularizou alguns precários, não foi? Portanto, essas pessoas já ficaram felizes, e como essas, muitas outras. Soube na semana passada que duzentos e quarenta precários do Centro Hospitalar do Oeste deixaram de o ser. Compreendo que para algumas pessoas isso não seja nada, mas para cada pessoa que deixou de ter vínculos precários, foi uma mudança radical na vida. Portanto, acho que já só pelo facto de andarmos aqui a falar de precariedade há duas ou três reuniões, já valeu a pena.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Já colocou as suas questões, Sra. Deputada? Muito obrigada. Sr. Presidente, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito rapidamente, deixe-me dizer-lhe, e começar pela primeira intervenção: acompanharam, com certeza, os Srs. Deputados, as modificações legislativas que modificaram as responsabilidades na composição das autoridades de transporte, que são as entidades que farão aquilo que até há dois anos atrás o Instituto de Mobilidade e Transportes fazia, relativamente à concessão de linhas, e por aí fora. O nosso sistema de transportes públicos é assente nessa situação, e aquilo que foi decidido na Câmara e aqui foi que a Comunidade Intermunicipal seria a autoridade de transportes do distrito, numa lógica também solidária. Por quê? Porque se nós estivermos a fazer a gestão dos transportes públicos em Castanheira de Pera ou em Pedrógão Grande, que são Municípios que integram a CIM, onde provavelmente não há nenhuma rede que seja rentável, não faz muito sentido que os Municípios onde tenham redes que possam ser rentáveis o façam isoladamente, prejudicando os outros. E a construção coletiva das CIM's tem



MUNICÍPIO DE POMBAL

um pouco também a ver com isto. Isto foi admitido por todos, por unanimidade – aliás, a Assembleia Intermunicipal deliberou nos mesmos sentidos. Por essa razão, foi encomendado um estudo, precisamente porque tem que ser averiguado em que termos – e estamos em tempo para o fazer – é que a rede de transportes públicos que existe corresponde às nossas necessidades. Nós, é evidente, não estamos à espera desse estudo para irmos fazendo o nosso trabalho e irmos tendo uma perceção daquilo que existe. Nós gastamos cerca de seiscentos mil euros (600.000€) por ano em transportes escolares, e sabemos todos há muitos anos que a rede dos transportes escolares, quando é interrompida em períodos não letivos, faz com que a rede dos transportes públicos seja muito menos capaz de responder do que no período escolar. O que é que isto significa? Significa que parece não haver dúvidas nenhuma que quem paga a rede dos transportes públicos em Pombal é a Câmara Municipal. E não estou a falar do Pombus; estou-lhe a falar de todas as redes que aqui chegam. Um dos trabalhos que eu pedi a esta equipa, e que não está no caderno de encargos, foi esse, sem prejuízo da CIM, que é o de averiguar se, de facto, os valores que nós investimos hoje em transportes escolares, se fossem feitos através de redes com outras características, definidas por nós, porque passamos a ter essa capacidade de o decidir, e até hoje não tínhamos, se isso traria ou não traria ao Município de Pombal vantagens muito melhores sob o ponto de vista não só de quanto é que gastámos, mas se gastarmos o mesmo e prestarmos um melhor serviço a mais pessoas, com melhores horários e melhor capacidade de corresponder às necessidades, ficamos todos muito melhor. E esse é um trabalho que também tem que ser desenvolvido. E portanto, não fica contaminado pela questão do Pombus, mas o que não fazia sentido nenhum era que começássemos do centro para a periferia, saltássemos essa periferia, e fôssemos resolver o problema noutros locais, até porque temos que respeitar aquilo que existe hoje, que são concessões outorgadas a esses prestadores de serviço, que têm direitos em exclusivo, porque o Estado lhos deu há muitos anos, e que eles mantêm-nos válidos. E portanto, não é um assunto que está esquecido, e entretanto, espero que rapidamente possamos pelo menos ter dados que nos possam permitir concluir.

Deixe-me acrescentar, no entanto, que a obrigação que essa Legislação trazia, para que os operadores dessem e inscrevessem na plataforma que foi criada os dados de exploração, pessoas transportadas, as idades das concessões, as diferenças das vendas dos bilhetes vs. transportes escolares, e por aí fora, nunca foi disponibilizada, o que faz com que haja um concorrente num concurso que possa ter uma vantagem objetiva sobre os restantes, porquanto não partilhou a informação que foi reunindo durante décadas, e nós ficámos a saber que o IMT também não os tinha. Mas, isto são as condições do jogo, as condições com que o país se desorganizou ao longo de uma série de anos. Se nós quisermos saber quantas pessoas por ano é que fazem a carreira Guia – Pombal, e por horas, e quem é que paga passe, e quem é que não paga, nós não conseguimos saber, e deveríamos saber fazer, e essa informação é uma informação que depois aproveitaria para esse estudo, que infelizmente não o temos.

Bem, eu admito que, efetivamente, o Sr. Eurodeputado, que é um deputado europeu, possa ter sido simpático, que foi com certeza, porque isso é do seu timbre. Mas, há uma coisa que eu lhe garanto que ele não foi: não foi exagerado, nem mentiroso, o que significa que as palavras dele são verdadeiras. E portanto, admita que, às vezes, dentro dos Partidos, não pensamos todos da mesma maneira – aliás, como sabe, porque também conhece pessoas do seu Partido que pensam de maneira diferente de si, e isso é uma coisa positiva.

Sobre a palestra do Dr. Raúl Lopes, de facto, não ouvi, mas se tomou algum apontamento que seja digno de eu conhecer, agradecia que mo mandasse, porque sempre tínhamos oportunidade de conhecer outras opiniões, até porque sabe que, às vezes, há opiniões que não são propriamente firmadas – eu não sei se será o caso, e portanto, faço já aqui a devida vénia,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque não sei se será a situação – em que as pessoas têm uma perceção das coisas, e não as estudaram bem. E portanto, não conheço o caso, não conheço o estudo, não sei. Há uns anos atrás, havia obra publicada; não sei se este trabalho concreto, ou se esta opinião, tem a ver com isto.

Sobre a consulta do Pombus, o processo está disponível desde já, e portanto, é uma questão de articular com a Mesa quando é que lhe dá jeito cá vir. Ele será disponibilizado nas instalações da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, e portanto, estará à sua disposição para lhe poder aceder.

Sobre a questão de não haver proveito: pois, com certeza, se as obras não estão acabadas, não podemos tirar proveito, é isso que significa. Não pode é confundir dívida com despesa, que são coisas diferentes, como bem sabe.

Sra. Deputada Célia Cavalheiro, repare o seguinte: o Município de Pombal está preocupado – e por isso os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Deputados agendaram um ponto como aquele que hoje aqui foi agendado, precisamente porque, como diz a proposta, não conhecem nada. E eu ouvi o que aconteceu em Vermoil, e não ouvi nas palavras do Dr. Pedro Valente nenhuma observação que insinuasse aquilo que aqui nos está a dizer. Eu ouvi uma hora e vinte as explicações, e não encontrei nada daquilo que está a dizer. E portanto, se algum dos Srs. Deputados tem essas informações ou suspeitas, o que vale a pena é, de facto, nós termos a ocasião de as podermos conhecer. É para isso que servem os órgãos, e é para isso que servem os pedidos insistentes de reuniões que os Srs. Presidentes de Junta e o Presidente da Câmara fazem às autoridades de saúde, para conhecerem essas decisões. Como lhe disse, não seria a primeira vez que seriam feitas coisas nas costas da população, e a senhora não fica mais indignada do que eu quando isso acontece, porque independentemente daquilo que possam ser a justiça da decisão e os fundamentos da decisão, há uma coisa que nós devíamos conhecer: antes de ela ser feita, devíamos conhecer essas razões, porque isso ajuda a que o processo do concelho possa desenvolver-se de maneira completamente diferente.

Sobre a questão da Federação Portuguesa de Atletismo, deixe-me dizer-lhe – que está atenta, com certeza – que nós assinámos um protocolo que garante a pista em Pombal até 2021. Está válido, compromete as partes. Portanto, estamos na vigência desse protocolo. Desde 2007, altura em que a pista veio para Pombal, realizaram-se no país sessenta e cinco provas em pavilhões cobertos, de atletismo; destas, quarenta e nove foram em Pombal, apenas dezasseis foram feitas fora do concelho. Portanto, não creio que seja uma matéria que nesta altura seja propriamente a coisa que mais nos preocupa.

Acompanho-a, de facto, nessa sua simpatia por aquilo que significa resolver o problema dos precários, mas repare, dirija a sua apreensão, a sua indignação – justíssima, aliás – por aqueles que tendo assumido compromisso, tendo estabelecido critérios calendarizados para cumprir essa obrigação, são reiteradamente incumpridores. E esses são aqueles que são suportados pelo Partido da senhora. Não estamos sempre de acordo, às vezes os senhores também não estão, já percebemos que nos Partidos cada vez se está menos de acordo com aquilo que as cúpulas decidem. Olhe, às vezes as coisas não correm como nós gostaríamos.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente.”

**MUNICÍPIO DE POMBAL****Ponto 2 – Período da ordem do dia;****Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;****Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Então, neste momento, estamos em condições de passar ao Ponto n.º 2.1 da ordem do dia, Leitura e discussão da informação do Sr. Presidente da Câmara.

Neste momento, o Sr. Presidente não está. Mas, há alguém que se queira inscrever neste ponto para usar da palavra? Vamos aceitando as inscrições. Neste momento, temos quatro inscrições: António Pires, Patrícia Carvalho, Virgílio e Humberto. Vamos passar à primeira intervenção, do Sr. Deputado António Pires.”

António Pires da Silva (NMPH):

“Ora bem, Sr. Presidente, eu tenho referido ao longo das minhas intervenções que, na minha opinião, uma das lacunas deste Executivo é aquilo que eu considero – e não só, alguns estudos também o mostram – uma certa falta de estratégia e de planeamento relativamente aos problemas dos Pombalenses. E eu, às vezes, ao ler a informação que nos remete, e já aqui algumas vezes o referi, eu devo-lhe dizer que às vezes fico na dúvida se lhe devo dar os parabéns ou os sentimentos, e perante a mesma informação. Ora, veja lá se percebe a minha indecisão: imagine que lidera um Município, e que nesse Município fecha uma empresa, tipo Autoeuropa, mas abrem duas rulotes, por exemplo, de vender faturas. Então, a informação que vem para aqui é que o saldo é positivo? Que aumentou em cem por cento (100%) o número de empresas no Município? É que, de facto, quando eu olho para a informação que nos dá sobre a equipa de planeamento estratégico, ficamos a saber que durante 2018 fecharam cento e trinta e duas empresas, e foram dissolvidas cento e catorze. Não há qualquer tipo de explicação do porquê, das razões do encerramento, e do facto de terem sido dissolvidas. Mas, mais importante, quer dizer, estamos a falar de quê, de que volume de negócios, que funcionários é que estão envolvidos, que impacto é que isto tem para o concelho, que estratégias, e penso que esta informação às vezes carece, é ver o lado positivo que às vezes me parece que pode não ser assim tão positivo. E era isso que eu gostava de referir.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Patrícia Carvalho.”

Patrícia Carvalho (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Eu tive oportunidade de ler as informações do Sr. Presidente da Câmara sobre o período de dezembro e janeiro, e a atividade da Câmara, e gostaria de dizer o seguinte: tendo em conta que para prosperar, as empresas necessitam de ser ágeis e ter capacidade para responder à mudança e à rapidez do mercado, como é que o Município de Pombal tem acompanhado e apoia as empresas neste caminho. Mais do que sobreviver, as empresas necessitam de prosperar, e para tal é necessária agilidade, e os serviços da Câmara têm de acompanhar esse ritmo.

Portanto, o que eu gostaria de saber mais especificamente é, neste âmbito, que medidas é que o Sr. Presidente destacaria como principais ações tomadas pelo seu Executivo nestes últimos dois meses de trabalho. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Virgílio Lopes.”

Virgílio Lopes (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Boa tarde a todos. Cumprimento a Sra. Presidente, e na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.”

Sendo esta a primeira reunião da Assembleia Municipal depois da entrada em funcionamento do novo Centro Escolar das Meirinhas, quero, em meu nome pessoal, e em nome da Freguesia das Meirinhas, agradecer ao Município de Pombal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, dos Srs. Vereadores e de todos os funcionários da autarquia, o modo como se empenharam na realização desta obra, da qual muito nos orgulhamos. Este centro escolar serve sessenta e nove crianças na pré-primária, entre os três e os seis anos, e oitenta e uma crianças no 1.º ciclo, entre os seis e os dez anos, o que perfaz atualmente cento e cinquenta alunos.

Quero também sublinhar e agradecer o modo como foi feita a transição da escola primária para o novo centro escolar, com a supervisão da Sra. Vereadora, Dra. Ana Cabral, onde tudo correu com perfeita normalidade, iniciando-se assim o segundo período escolar sem qualquer sobressalto, sendo notória em todas as crianças uma enorme alegria por poderem usufruir das excelentes condições que o novo centro escolar lhes proporciona. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou dar a palavra ao Sr. Presidente Humberto Lopes, se faz favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Eu trazia aqui neste ponto dois temas, que também para nós, Almagreira, não são novos, e eu há bocadinho aflorei a questão dos transportes. Eu falo aqui pelo menos já pela terceira vez de transportes escolares, para deixar um repto ao Município, que não tenho a mínima dúvida de que fará um melhor serviço – como o Sr. Presidente há bocadinho disse – do que qualquer empresa pública – são empresas privadas que fazem aquele serviço público – do que atualmente existe. Ou seja, o repto é exatamente esse, porque também como já o disse aqui, não acho justo que famílias das aldeias e das freguesias continuem a pagar por transporte. Ou seja, eu sei que está na Lei, e sei que a Lei existe, a questão dos três quilómetros das escolas primárias que encerraram, como todos os meus colegas aqui de freguesia, temos encerrado escolas para abrir, e bem, os centros escolares, como aquele excelente centro escolar que está nas Meirinhas, temos ainda por resolver esta questão dos transportes, porque a questão dos três quilómetros não se põe aqui na cidade, e temos perfeitamente a noção de que na cidade temos famílias a menos de três quilómetros que também não pagam transporte. Como é que eu, numa freguesia e nas aldeias, explico aos pais que, como residem a menos de três quilómetros, têm que pagar o transporte? Esse serviço está a ser assegurado, e bem, pelas freguesias, temos essa situação protocolada com o Município, e queremos continuar a prestar esse serviço, porque achamos que esse serviço de proximidade está a funcionar, e deve continuar assim. Claro, já o defendi aqui, o alargamento da rede Pombus tem que ser feito a outras freguesias, tem que ser estudado, e era um apelo que eu fazia, em nome da minha freguesia, e certamente outros colegas meus partilham da mesma ideia, que esse trabalho seja feito, e futuramente tenhamos o Município a gerir muito melhor a rede de transportes. As famílias agradecem, fixarão mais facilmente as suas residências nas freguesias, as freguesias não ficarão desertas, e os serviços não fecham nas freguesias, as empresas investem e há emprego nas freguesias.

O outro tema, também não é novo para nós, Almagreira: aqui na informação da Câmara, fala em termos de pedreiras, inertes, caulinos. Foram feitas, segundo aqui esta informação, uma série de diligências junto a algumas instalações, nomeadamente pela história que veio a seguir a Borba, ou seja, pelo problema, que toda a gente percebeu, dos licenciamentos e do problema que aqueles licenciamentos poderão ter nas vias municipais, que nós já aqui o trouxemos também. Alerto, porque detetámos no último mês trabalhos numa exploração que tem licença, entre Vale Nabal e



MUNICÍPIO DE POMBAL

Netos, num caminho florestal, que se aquela intervenção continuar àquele ritmo, aquele caminho ficará intransitável, e temos a época de incêndios à porta. No fundo, o apelo e o alerta para que os serviços também comecem a perceber que estas situações poderão ter problemas futuros nas vias municipais, e as Juntas estão aqui – e falo em meu nome, e penso que de todos os meus colegas – para ajudar, para sinalizar e para alertar os serviços municipais para este problema. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, faça favor de responder, querendo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados. Vamos, então, procurar aqui responder.”

Sr. Deputado António Pires, eu acho que na sua pergunta encontrou a resposta. Se estamos a dar uma informação sobre qual é o número de empresas que nasceu e que morreu, é só isso que estamos a avaliar, são os dados que o INE disponibiliza, porque não encontra em documentos oficiais que podem sustentar esta informação no nosso território – nem eu os vou inventar – dados que permitam ir mais longe. Eu também gostava de saber. Agora, há uma coisa que nos parece ser mais ou menos fácil de perceber: aquelas que têm algum impacto, normalmente aparecem noticiadas, e nós sempre conseguimos identificar que há umas que não são iguais às outras.

O número de trabalhadores, se nós vamos sentindo que esta vitalidade no crescimento não é acompanhada pelo aumento do desemprego, vamos percebendo que esses impactos não devem ser muito negativos, porque eles, ou são absorvidos, ou até o número de desemprego desce, como tem acontecido nos últimos anos. Também não sabemos quais vão ser as imputações em sede de IRS, porque elas não estão disponíveis nesta altura; estarão dos anos anteriores, relativamente à informação que nós, na Câmara, também queremos conhecer, e conhecemos, porque é uma informação que está disponibilizada para todos. Ou os volumes de exportação, ou qualquer indicador da boa prestação económica que exista. Como sabe, essas não são informações que estejam na esfera nem na obrigação do Município ter que as conhecer, isto é um barómetro de acompanhamento daquilo que é esta tendência que vai existindo.

E repare, as razões de encerramento seriam tão estranhas de conhecer como as razões de fundação. Alguém tem que saber por que é que duas ou três pessoas decidem fazer uma empresa? Decidem porque entendem, porque estamos num país que tem livre iniciativa, e que tem as regras com que essa iniciativa deve ser desenvolvida. E portanto, há várias razões. Eu não tenho nenhum dado, e se tiver alguma informação que nos possa ajudar a perceber onde é que, com fidedignidade, conseguimos ter essas informações, é importante. Como sabe, em alguns casos, só muitos anos mais tarde é que se chega à conclusão que ela pode ter sido fraudulenta, e outro tipo de conclusões. Portanto, não são coisas rapidamente acessíveis.

Dra. Patrícia Carvalho, sobre a agilidade das empresas, nós falámos há bocadinho precisamente do software que facilita bastante o acesso e os licenciamentos, e que para além disso tem um canal próprio para que os licenciamentos industriais, de prestação de serviços e de desenvolvimento económico sejam devidamente acompanhados. Eu próprio peço esse relato semanal, para perceber como é que esses processos têm progredido semana após semana.

Quando se cria o Gabinete de Inserção Profissional, está-se a querer fazer aqui uma ligação, e os fundamentos da candidatura têm esse objetivo perfeitamente esclarecido, que é que vamos perceber se, de facto, os jovens que estão licenciados e que podem estar desempregados, e que através do GIP nós conseguimos saber quais são e que habilitações é que têm, de que maneira é que podem corresponder às necessidades das empresas, ou não, para isso também ser um fator informativo que nos possa ajudar. A Escola Tecnológica, que hoje tem uma versatilidade de



MUNICÍPIO DE POMBAL

resposta completamente diferente, precisamente porque queremos que ela tenha isso, e que tenha esta ligação às empresas, que estando lá dentro conseguem ver isso tudo antes do tempo, e que nos podem auxiliar.

O regime extraordinário de regularização da atividade industrial que aqui veio várias vezes é um mecanismo versátil para nós olharmos para projetos dizendo: muito bem, faz sentido abdicarmos deste e daquele critério, remetermos isto para a comissão que é composta por vários Ministérios e representantes dos serviços públicos, para podermos estudar a possibilidade de licenciar esta instalação, ou pura e simplesmente tiramos já aqui qualquer possibilidade? A Assembleia e a Câmara têm sido sempre, por unanimidade, a aprovar essa possibilidade de estender a outros canais a possibilidade de regularizarmos excepcionalmente essa situação. O mesmo acontece com o regulamento de incentivos à atividade industrial, que está aqui aprovado, que tem benefícios em função das ampliações, com reduções de IMI em função dos postos de trabalho que são criados, tudo isso existe.

Para além disso, tem também aqui nesta informação dados sobre uma iniciativa realizada com a AICEP, com o Cine e connosco, o Tour Link Lusa, que foi na semana passada aqui, faz hoje oito dias que decorreu aqui no Teatro Cine, tem uma relação de proximidade, que aqui também está dita, com a AICEP – reparem, não há memória; alguém se lembra de termos tido aqui projetos indicados pela AICEP para Pombal? Ninguém se lembra, tivemos este. Ninguém se lembra. Portanto, é aqui uma articulação importante. E eu tive ocasião também, e já está uma equipa de trabalho montada no âmbito da NERLEI, quando a Comunidade Intermunicipal recebeu em audiência, num Conselho Intermunicipal, a nova administração da NERLEI, os novos órgãos sociais, foi proposto precisamente – foi proposto por mim, por acaso – que se criasse um grupo de trabalho conjunto, entre todos os Municípios e a NERLEI, porque representa os empresários, no âmbito de um contexto burocrático de dificuldades, que nos identificassem se são matérias do foro dos regulamentos municipais ou da Legislação nacional, e que entre os Municípios conseguíssemos ter aqui algum tipo de articulação, para que na medida da nossa possibilidade – e é sempre legal; também é política, mas eu creio que toda a gente quer que as coisas sejam feitas com a maior rapidez possível – o que é que está ao nosso alcance, aquilo que os empresários identificam como sendo mais crítico, para percebermos se podemos, ou não, modificar regulamentos que possam agilizar esses procedimentos. É um processo que está sistematicamente a ser questionado, e nós temos-lo feito em toda esta linha. Repare, não há aqui propriamente uma coleção de propostas que se apresenta neste dia, nesta semana, neste semestre; elas vão-se somando, e elas vão-se mantendo válidas, porquanto a realidade das coisas é mesmo assim.

Agradeço as palavras do Sr. Presidente da Junta das Meirinhas, e também todo o envolvimento que a freguesia teve na preparação da receção e daquelas centenas de pessoas que tivemos neste centro escolar.

Sr. Deputado Humberto Lopes, eu acho que o Sr. Deputado e Presidente da Junta criou aqui um grande problema ao Sr. Deputado Pedro Pinto, porque eu sei que na nossa linha política da social democracia, não nos faz nenhum tipo de espécie que a rede dos transportes seja da Câmara. Já não sei se o Sr. Deputado do CDS-PP entende que a nacionalização ou municipalização dos transportes, já é uma coisa que ataca os princípios ideológicos do CDS. Se calhar ataca, mas eu acho que no nosso espetro é uma coisa que corre com toda a tranquilidade. E portanto, eu acho também que temos aqui um espaço, não só sob o ponto de vista financeiro, não só sob o ponto de vista da qualidade do serviço, não só do ponto de vista ideológico, que cabe absolutamente naquilo que é o entendimento que nós fazemos da sociedade e dos serviços, que sendo básicos, essenciais à sociedade, cabem nas nossas obrigações. E portanto, é uma observação oportuna, e daí eu ter achado que, de facto, valia a pena fazer um estudo para



MUNICÍPIO DE POMBAL

perceber se, de facto, o montante que gastamos em transportes escolares, se for dividido por doze e servir toda a população do concelho, para além dos nossos alunos, se, de facto, nós conseguimos ter aqui um nível de cobertura e de qualidade de serviço bastante mais favorável do que temos tido até hoje. Muito obrigado.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Deputado, o senhor quer intervir para quê? Desculpe lá, o senhor pode responder para defesa da honra, e o Sr. Presidente não o ofendeu.”

Ponto 2.2. Eleição de membro da Assembleia Municipal na sequência de renúncia apresentada por um elemento do Movimento Narciso Mota Pombal Humano, para representar o Município na Assembleia Intermunicipal na Comunidade Intermunicipal Região de Leiria (CIMRL), nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 83.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O Movimento Narciso Mota Pombal Humano apresentou-nos aqui uma proposta, em que é indicada a Sra. Deputada Maria Ofélia Moleiro para representar o Município na Assembleia Intermunicipal, para substituir o deputado que rescindiu. Portanto, vamos proceder à votação. Os Srs. Deputados têm todos na vossa presença um boletim de voto, e eu vou dizer como é que a Mesa sugere que seja este modo de votação. Então, quem concorda com este nome, com esta proposta, vota “sim”; quem não concorda, não vota nada, pode pôr em branco, ou voto nulo. É “sim”, ou nada, e é assim que vai ser a votação.

Sr. Deputado, a Mesa sugere que a votação seja assim: neste papelinho que têm à vossa frente, quem concorda com o nome apresentado, vota “sim”. Pode ser, quem não concorda vota “não”, aceito. Então, vamos à votação, é “sim” ou “não”.”

Manuel Barros (NMPH):

“Quando se trata de eleger uma pessoa, com a tal representação do quadradinho, estava tudo referido, tem ou não tem voto. Portanto, penso que não há que estar a inventar nada mais. E já agora, o voto coloca-se onde?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Então, vou sugerir a minha primeira proposta, ou “sim”, ou nada. Vamos à votação.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Terminada que está esta votação, vou convidar a Sra. Deputada Virgínia Magalhães e o Sr. Deputado João Antunes dos Santos para contarem os votos, se faz favor. Muito obrigada, Srs. Deputados.

Então, o resultado foi: dezassete (17) “sim”, sete (7) votos brancos, e um (1) nulo.

Então, a Sra. Deputada Ofélia Moleiro vai representar a Assembleia Municipal de Pombal na Comunidade Intermunicipal Região de Leiria.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, com dezassete (17) “sim”, sete (7) votos brancos, e um (1) nulo, aprovar a eleição da Sra. Deputada Ofélia Moleiro para representar a Assembleia Municipal de Pombal na Comunidade Intermunicipal Região de Leiria.

Mais deliberou, por maioria, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2018 - Lei 08/2012 de 21/01;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos deputados para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Não tendo havido inscrições, passou-se de imediato à votação.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4 Apresentação dos Relatórios de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 1.º e 2.º Trimestre de 2018 - Para conhecimento;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos deputados para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Patrícia Carvalho (PS):

“Apenas uma pequena questão, o Sr. Presidente talvez me possa esclarecer: neste relatório, existe um pequeno ponto relativo ao investimento previsto para 2018, que era cerca de cem mil euros (100.000€), pouco mais que isso. No entanto, durante todo o primeiro semestre de 2018, apenas foi executado cerca de nove vírgula seis por cento (9,6%) desse valor previsto. Poderia explicar um pouco o que é que estava, que investimentos seriam estes, e como é que funcionou, e se depois foi executado, ou se já está a ser executado mais investimento, ou não. Muito obrigada.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu tive ocasião, já no final do último trimestre, de reunir com a administração da PMU, precisamente porque não me parece ser um volume de investimento muito crítico que impeça que a empresa o possa fazer, de outra forma também não estaria no plano de atividades e no respetivo orçamento. Havia duas intervenções mais pesadas sob o ponto de vista orçamental: uma tinha a ver com a ampliação da capacidade de operação para a limpeza das florestas, com a aquisição do trator com as respetivas alfaias, e outra tinha a ver com a qualificação tecnológica na rede de estacionamento de duração limitada, uma que tinha a ver com a aplicação do pagamento online para estender o período de permanência do veículo no respetivo estacionamento, uma aplicação que seria facultada aos utilizadores do Pombus para o poder fazer, e a outra tinha a ver com uma estrutura de leitura e identificação dos próprios fiscalizadores, para poderem imprimir imediatamente os autos, em função da tecnologia que estaria prevista. Um outro, quarto ponto, tinha a ver com uma melhoria nas instalações, nomeadamente através de soluções tecnológicas para a publicidade, ecrãs que fossem eletrónicos, o que permitiria uma maior venda de publicidade.

O exercício não correu muito bem, não correu muito bem, já tive ocasião de chamar à atenção a empresa, estamos aqui a apreciar o primeiro e o segundo trimestre de 2018, e portanto, espero



MUNICÍPIO DE POMBAL

que venha a nota justificativa bem, quer à Câmara, em reunião – enquanto representante do acionista, bem entendido – e portanto, os membros da empresa têm que prestar as devidas justificações, para depois nós fazermos a respetiva apreciação e as respetivas recomendações.

Eu já manifestei a minha preocupação, aborrecimento e até incompreensão pelo atraso na realização destes investimentos, até porque alguns deles já vinham atrasados de 2017, como era a questão da publicidade e a questão dos meios tecnológicos para os estacionamento de duração limitada. A questão do trator colocou-se, se a memória não me falha, e deixe-me sublinhar isto, apenas em 2018, pelo acréscimo de procura que resultou precisamente pelo trabalho que se começou a fazer em 2017, e que em 2018 precisava de mais equipamentos.

Muito obrigado.”

Ponto 2.5. Apreciação do Relatório de Auditoria n.º 01/2019 – 2.ª secção – Auditoria aos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e aos respetivos Planos Operacionais Municipais – Município de Pombal, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos deputados para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado. A minha intervenção prende-se só com uma dúvida relativamente à redação deste ponto, porque nós temos aqui uma dúvida, e que é a seguinte: diz o ponto “para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal”. Nós ficamos aqui na dúvida, tomada de posição sobre o quê? Se é para conhecimento, dá-me a impressão que há aqui uma contradição nos termos. Ou é para a Assembleia tomar conhecimento, e toma conhecimento, ou então vamos tomar uma posição. Mas, tomar posição em que sentido?

E portanto, talvez fosse conveniente a Mesa esclarecer este ponto, porque deixou-nos aqui algumas dúvidas acerca da formulação que foi aqui adotada para a sua redação. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Deputado. Tenho a dizer-lhe que tomar posição é precisamente ler o documento e apresentar aqui uma posição que fica registada em ata. Tomada de posição, no caso de quererem tomar alguma posição, fica registada em ata, só por isso.”

Manuel Lopes da Mariana (PS):

“Aproveito para cumprimentar a Sra. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, caros colegas deputados, colaboradores desta Assembleia, público em geral.

A minha intervenção é simples, é só aqui uma questão que tinha a ver, no seguimento da apresentação do relatório do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aqui trazido para conhecimento desta Assembleia, remete-nos também para outros planos, sobretudo os Planos de Proteção Civil, onde existem algumas lacunas nos nossos planos de emergência, relativas às catástrofes naturais, decorrentes de fenómenos atmosféricos, nomeadamente as tempestades, os ciclones, as depressões. E o que acontece é que todos sabemos que está a



MUNICÍPIO DE POMBAL

acontecer-nos com uma regularidade e uma intensidade cada vez mais preocupante. De facto, a situação geográfica do concelho no litoral oeste, fica sempre, ou quase sempre, na rota destes fenómenos. Foi o Leslie, foi a Helena, e quase de certeza outros se seguirão.

Nesta preocupação, também já partilhada pelo PS na Câmara Municipal, nas reuniões de Câmara, e também já hoje aqui trazida pelo deputado João Antunes, é nossa opinião que se incentive a inclusão na organização do serviço de Proteção Civil de um capítulo dedicado a estas ocorrências, de forma a desencadear medidas apropriadas, tanto na prevenção, como nas fases posteriores das intervenções necessárias. Garantimos assim maior e melhor competência nas tomadas de decisão, mais e maior sustentação na reclamação de todos os apoios necessários à reposição da normalidade da vida nas áreas afetadas. Muito obrigado."

Manuel Barros (NMPH):

"Só para perguntar ao Sr. Presidente, relativamente às recomendações do tribunal, que medidas se perspetivam face a elas. Muito obrigado."

Presidente da Câmara Municipal:

Sobre a pergunta do Sr. Deputado Manuel da Mariana, deixe-me dizer-lhe que há um guia técnico de elaboração dos planos de emergência que não deixa à discricionariedade dos Municípios e dos seus Gabinetes Municipais de Proteção Civil a inclusão ou exclusão dos respetivos temas. A leitura que hoje se faz é diferente daquela que classicamente existia, praticamente nenhum plano, na versão mais clássica – e que agora estão a ser todos revistos – tinha, de facto, um capítulo reservado às características do incidente atmosférico e dos fenómenos radicais, sob o ponto de vista de ventanias e afins, e portanto, o que está a ser executado é em função desse manual de ordens técnicas, manual de apoio à elaboração dos planos de emergência, seguindo aquilo que é a proposta que a Autoridade Nacional de Proteção Civil recomenda, para haver aqui alguma harmonização, e até uma comparação entre as diversas formas com que os territórios se vão organizando dentro do nosso país. E portanto, infelizmente – aliás, este plano que estamos aqui a discutir, e a auditoria acaba por demonstrar isso, ou seja, cada vez menos haverá discricionariedade para haver uma decisão política, o que é particularmente grave se considerarmos que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios passa a ser um regulamento municipal, o que significa que também nas opções políticas e estratégicas que sejam definidas pela Câmara e pelo seu Executivo, e pelo Município, e pelos seus órgãos todos, nomeadamente pela Assembleia Municipal, que há cada vez menos espaço para podermos escolher.

De todo o modo, eu agradeço a observação – aliás, a sua observação já tinha sido chamada na Câmara pela Sra. Vereadora Odete Alves, eu tomei isso em devida conta, falei disto com os serviços de Proteção Civil, e foram os próprios serviços que me informaram que as metodologias se tinham diferenciado, e que não era exatamente a característica que classicamente existia. Portanto, estou em crer que até pela tramitação de aprovação que o plano precisa de passar, que isso será tido em linha de conta pela Autoridade Nacional, quando proceder à respetiva apreciação do documento.

O Sr. Deputado Manuel Barros, que saúdo – como saúdo, evidentemente, o Manuel da Mariana – as medidas: é evidente que aqui elas são todas para ser tidas em consideração. Parece-me que, apesar de tudo, o ICNF tem aqui muito boas conclusões para retirar. E deixem-me dizer-vos que à medida que fomos conversando sobre a evolução que a posição do Município, através da Câmara, teve, com aquela posição que achamos, e continuamos a achar, e o Tribunal de Contas vem dizer que, de facto, não fazia sentido, da intransigência dos cinquenta metros à extrema, que é um fator muito importante que aqui está neste relatório, que entre outras coisas que este relatório diz, vem dizer uma coisa extraordinária, que é: se o entendimento do ICNF vingasse,



MUNICÍPIO DE POMBAL

que no mínimo tem que ser cinquenta metros à extrema, haveria Municípios em Portugal que, sem plano, estariam mais protegidos do que alguns com plano, porque em sede de plano, poderia haver uma redução da distância à extrema. Ora, não foi nada disto que o Legislador quis, aliás, a Legislação mais recente até vem dizer que não é isso que se quer, mas veio dizer aqui uma coisa que é muito importante, e que eu tive ocasião de partilhar com os Srs. Vereadores na reunião de Câmara: é que o Tribunal de Contas veio subscrever em absoluto aquilo que é o entendimento que a Assembleia teve, e a Câmara teve – eu recordo-vos que a Assembleia, em 28 de fevereiro de 2014, quando aprova o Plano Diretor Municipal de Pombal, com o voto contra do Partido Comunista – e portanto, com uma esmagadora maioria – vem dizer que os usos florestais passam a partir daquela altura a ser regulados por aquele diploma, e o Tribunal de Contas veio dizer que, de facto, o que faz sentido é que seja em sede de regulamento municipal de PDM que se estabeleçam os critérios e formas de o espaço florestal ser utilizado, e não aquele critério sui generis que o ICNF utiliza, que é que se o uso que está a ser dado àquele espaço é floresta, mesmo que ele seja por natureza de planeamento industrial ou urbano, então as regras que vamos aplicar vão ser estas, que é uma coisa que não tem nada a ver com o planeamento do território, com a estratégia, com a forma com que organizamos e preconizamos o nosso concelho. Este relatório diz-nos aqui duas coisas importantes: Pombal é o vigésimo concelho português com mais área florestal – o vigésimo concelho português com mais área florestal – e que sessenta por cento (60%) do nosso território é floresta. Não era uma novidade, embora nunca tenha tido a preocupação de saber em que ponto estávamos. E veio dizer que, de facto, a posição que a Assembleia Municipal tomou quando aprova o documento é a posição que deve ser seguida. Isto é, a quem compete decidir qual é o ordenamento do território é à Assembleia Municipal, e se o entendimento que temos tido de que o uso, a vivência, a fruição da floresta, é o modelo que preconizamos, porque combate a desertificação e o abandono dos terrenos agrícolas, é esse que devemos seguir. E a Legislação que tem vindo sucessivamente a ser promulgada vem um bocadinho nesta senda. É evidente que não estamos aqui a discutir o que é que são terrenos de muito alto risco e de alto risco, nesses somos nós próprios que dizemos nos nossos planos que aí não há edificação, evidentemente. Agora, nos outros temos que ter esta opção, até porque se assim não fosse, sessenta por cento (60%) do território que fosse ganhando gradualmente menos capacidade de fixação da população, estávamos a correr muito depressa para precipitar um fenómeno, que além do envelhecimento e da saída dos serviços públicos, ainda ia impedir mais um conjunto de fixação de novos cidadãos, por impedimento radical.

Por isso, Sr. Deputado, respondendo-lhe, tivemos ocasião de, por exemplo, na Câmara, discutir uma das recomendações que aqui está, que eu acho que é muito importante sob o ponto de vista de uma espécie de centralização técnica – eu vou simplificar, para se perceber bem – na figura de um secretário técnico que só acompanha as matérias da floresta, e que as vê multidisciplinarmente; já não é a questão só do PDM, já não é a questão só das plantações, não é só a questão da fiscalização, não é só a questão do Plano Municipal, não é só a questão da fiscalização da GNR ou das torres de videovigilância, é tudo. Faz sentido, e eu concordo, afetarmos vinte e cinco (25.000€) ou trinta mil euros (30.000€) por ano, com um técnico superior para nos ajudar nesta matéria, e podermos ter um plano de intervenções, como aqui está protagonizado, sob o ponto de vista da monitorização, matéria que aqui foi dito “os senhores não estão a monitorizar bem”, sob o ponto de vista de uma calendarização muito mais rigorosa do Plano Operacional Municipal, não só sob o ponto de vista preventivo, mas sob o ponto de vista, depois, do combate, dos cálculos, porque também aqui se percebe alguma dificuldade, que aqui também é identificada sob o ponto de vista de um centro de custos que permita perceber os meios



MUNICÍPIO DE POMBAL

que estão afetos para cada uma das áreas principais, seja a fiscalização, seja o combate, seja a parte preventiva e de sensibilização.

Portanto, sob o ponto de vista macro, isto parece-me um belíssimo documento, tem aqui outras recomendações, que sublinha preocupações que hoje nós percebemos que o próprio Governo achou que o devia fazer. Todos se recordam de aqui discutirmos uma alteração ao regulamento municipal de urbanização e edificação que limitava a possibilidade de a Câmara autorizar a copropriedade em terrenos florestais, abaixo de um hectare. O Legislador vem agora dizer que um é pouco, passam a ser quatro no nosso território. E quatro é mais do que a área mínima de cultura na floresta que temos em Pombal, que são trinta, que, entretanto, vai ser mudada, porque, entretanto, o PROF está em vigor, o Plano Regional de Ordenamento Florestal. Portanto, há aqui múltiplas modificações que nós temos que acompanhar.

Mas, Sr. Deputado, tranquilizando-o, esta preocupação não é de agora, todos os relatórios da auditoria do IGF, do Tribunal de Contas, têm um acompanhamento permanente e reporte semestral, sem prejuízo daquilo que seja pedido pelas entidades inspetivas, precisamente para nós, dentro dos serviços e na medida das nossas possibilidades, irmos ultrapassando aquelas principais matérias que estão identificadas como crónicas, e que o relato veio dizer “isto não está bem”. Repare, nas obras, na auditoria interna, nas normas de controlo interno, na contabilidade, tudo isso tem uma identificação, e temos o Gabinete de Planeamento Estratégico e Auditoria a fazer esse trabalho, precisamente porque nos vai identificando as situações, vai falando com os serviços, há aqui um follow up, se me permite a expressão, contínuo, e vai havendo um gradual desenvolvimento, que eu também semestralmente informo a Câmara dizendo: olhe, sobre este relatório, fizeram-se essas iniciativas, das quarenta e sete, já estão feitas X. Claro, há umas que são mais importantes do que as outras, o número aqui é apenas indicativo, mas para se perceber que fazemos um esforço cotidiano para evitar que numa segunda auditoria estejamos a praticar os mesmos erros da primeira, que é um mau indicador, não só da atenção que a Câmara deu aos assuntos, como também da própria importância.

Está ultrapassado o problema com o ICNF, veio o parecer favorável para aprovação do nosso plano, temos aqui agora condições para desenvolver de uma forma diferente. Mas, deixem-me dizer-vos que nesta reunião que tivemos da Comissão de Proteção Civil – e os senhores dirão: “Mas, por que é que esta matéria das queimas e das queimadas foi discutida na Comissão Distrital de Proteção Civil?” Porque a Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios não tem reunido, porque a Presidência do ICNF não tem feito essas reuniões. E eu acho que não o tem feito porque uma das reivindicações que os Presidentes de Câmara têm apresentado é da inexistência de faixas de proteção primária, que são da responsabilidade do ICNF, que protejam os territórios, que complementam o esforço que nós fazemos nas faixas de gestão secundária – nós, as entidades que têm concessão de serviço público, ferroviário, rodoviário, energia, e por aí fora. E eu julgo que faz muito sentido que num território como o nosso, que tem sete freguesias identificadas como de primeira prioridade ou de segunda prioridade, que para além daquilo que pudesse constituir a nossa rede de faixas secundárias, também tivéssemos nessas redes primárias que com cem metros de limpeza ainda blindavam mais, se me permite a expressão, o risco de termos incêndios a propagarem-se sobre o nosso território, ou os territórios que estão edificados.

Portanto, há aqui ainda muito trabalho a fazer, mas o trabalho seguinte, depois deste ponto, é fazer aquilo que fizemos nos restantes: cada uma das ações, caracterizá-las, identificar os responsáveis que vão operar, os meios que precisam, um calendário para cumprir, e o reporte de todas estas missões que são distribuídas pelos vários serviços – temos aqui matérias do GTF, temos aqui matérias de ordenamento de território, temos aqui matérias de articulação e de



MUNICÍPIO DE POMBAL

sensibilização com as freguesias, temos aqui matérias de articulação com o ICNF, e portanto, há múltiplas matérias que têm que ser desenvolvidas, mas a ideia é esta, Sr. Deputado. Muito obrigado.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.

Então, este ponto é só para dar conhecimento e tomada de posição. Se eventualmente os Srs. Deputados quiserem apresentar alguma recomendação, essa recomendação vai ser votada. Mas, uma coisa é certa: este ponto é para dar conhecimento à Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara relativa ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Pombal;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara:

“Muito sinteticamente, até porque há pouco já disse muitas coisas, aquilo que tinha prendido até agora a possibilidade de a Assembleia aprovar este plano, e passar a ter o plano depois publicado, e de constituir o mais recente regulamento municipal, tinha sido uma divergência de fundo que tínhamos com o ICNF relativamente às questões dos afastamentos à extrema. Hoje, esse problema já não se coloca, porque o Legislador veio esclarecer como é que as coisas são. E portanto, já não há aqui nenhum tipo de arbitrariedade, dizendo se deve ser dez e deve ter uma rede de incêndios, se deve ser vinte e quem limpa o terreno é o vizinho, e por aí fora. O Tribunal de Contas, no relatório que há pouco acabámos de apreciar, uma das coisas que vem dizer é o seguinte: mas, como é que é possível que o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas entenda que podemos ter, para a proteção da floresta, de uma propriedade que está no meio da floresta, dois critérios distintos: se foi feita antes de haver a norma, eu limpo o meu terreno até à minha extrema, e o vizinho do lado tem que limpar o outro até aos cinquenta metros; se foi feita depois da norma, o que fez a casa tem que limpar os cinquenta metros, e entrar na propriedade do vizinho, ou então tem que ter os metros para fazer a respetiva limpeza no seu património, o que significava que nós precisávamos, para fazer uma casa com quinze metros de frente, cento e quinze metros de frente no terreno, porque tínhamos que deixar cinquenta metros para cada lado. Portanto, estes problemas estão ultrapassados, confesso-vos que aquilo que aqui está não é aquilo que eu defendo; é aquilo que a Lei determina nas matérias que nós temos levado até agora. Todas as outras não oferecem particular diferença relativamente àquilo que era já o plano que vinha de trás.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Em junho de 2018, o Bloco de Esquerda apresentou nesta Assembleia uma recomendação que propunha a elaboração de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, em vez de colocar essa proposta a votação, teceu considerações sobre um suposto atraso na apresentação dessa recomendação, afirmando que lhe devia ter sido enviada com alguns dias de antecedência. Decidiu, então, colocar a votação, imagine-se, se essa recomendação devia ser, ou não, votada – como aconteceu hoje, aliás, com a minha – e o resultado foi a não colocação a votação. Não aconteceu com mais nenhuma proposta. Não se pode ter dois pesos e duas medidas na gestão desta Assembleia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Curiosamente, hoje é-nos colocado à votação o documento que o Bloco de Esquerda recomendava produzir em junho de 2018, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Ficámos a saber também que dois meses depois, em agosto, a Câmara Municipal deu entrada dessa proposta no ICNF, que teve parecer positivo em novembro de 2018.

Caros deputados e deputadas municipais, o voto do Bloco é favorável à aprovação deste plano porque, ao contrário do que assistimos habitualmente com muitos dos deputados municipais presentes, o nosso sentido de voto não depende da cor partidária que apresenta a proposta. Contudo, quero informar que este voto favorável se justifica pelo avanço que a proposta representa, com o aval do ICNF, mas consideramos que o plano apresentado não é suficiente, pois do ponto de vista da promoção da resiliência aos fogos, não corresponde à necessidade de diversificar a floresta e combater a monocultura do eucalipto e do pinheiro bravo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, eu sei que não houve nenhuma questão em concreto, mas talvez possa, esta última declaração, produzir algum equívoco, como se o impulso processual deste processo, salvo seja, tivesse sido detonado pela sua declaração nesta Assembleia. Repare, nós andamos desde 2015 em discussão com o ICNF, se teve ocasião de ler o relatório de que há pouco tomámos conhecimento, percebeu que é o Tribunal de Contas que veio dizer “os senhores não têm Plano Municipal de Defesa da Floresta aprovado desde 2015” – deixe-me dizer-lhe, a propósito, que eu não tenho esse entendimento; eu acompanho o entendimento do Prof. Dr. Alves Correia, ex-Juiz do Tribunal Constitucional, que afirma que não havendo plano que substitua aquele que terá caducado, se mantém válido o que lá estava. E portanto, parece ser razoável que isso assim aconteça, ou seja, não é que não há plano; o plano pode não ter sido atualizado, mas o plano devia continuar a existir. E que o Município, em 2016, dois anos antes da sua declaração, acionou judicialmente o ICNF por ter indeferido a proposta de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – porque nessa altura, o regime jurídico nem sequer obrigava a que viesse aqui, só em 2017 é que passou a ser, porque não era sequer um regimento, a Assembleia Municipal não o conhecia, era um plano aprovado em sede de Comissão Municipal, com um voto do ICNF – precisamente porque não concordámos com os fundamentos de direito que estavam a indeferir o nosso Plano, e que nos prejudicaram nos últimos três anos da perceção de apoios para o Gabinete Técnico Florestal, para equipas de sapadores e para intervenções de silvicultura preventiva e abertura de novos caminhos, como a Lei previa. E portanto, poderia entender-se como oportuna a sua declaração se não houvesse nada para trás; não é verdade, e convém esclarecer. E portanto, nem ninguém pensaria que porque fez uma declaração em agosto, chegamos a fevereiro e temos o plano feito. Não, andamos nisto desde 2015, tomara eu que não tivéssemos andado tantos anos, tivemos dois indeferimentos, tivemos esta proposta favorável, e temos uma ação judicial que data bastante lá para trás.

Deixe-me dizer-lhe também outra coisa, sobre o que produziu relativamente às questões da diversificação florestal: não é neste plano que cabe a afetação dos tipos de espécies a utilizar no território. O Plano Regional de Ordenamento Florestal estabelece precisamente as áreas e os vários núcleos que estão organizados precisamente sobre isto, e a posição que a Comunidade Intermunicipal tomou – e eu e o Presidente da Câmara de Porto de Mós fomos os relatores dessa proposta – ia precisamente no sentido de fazer a contestação à ampliação da área florestal com eucalipto, precisamente porque ela assentava – e é o que está no Plano Regional de Ordenamento Florestal – no inventário florestal de Portugal. Ora, não é a mesma coisa termos um inventário onde estão necessariamente, pela caracterização das espécies, área ocupada e a sua localização, as percentagens de umas e de outras espécies, que podemos pensar que por elas lá estarem, elas



MUNICÍPIO DE POMBAL

são lícitas e foram autorizadas. Será um erro tremendo estar a fazer uma programação de ampliação ou redução de uma qualquer espécie em função do inventário florestal nacional, quando pode haver muita área no inventário florestal nacional que nem sequer está autorizada, e que devia ser era arrancada. E foi isto que fomos apresentar ao Sr. Secretário de Estado das Florestas, que concordou, e por isso encontra no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, que apanha o Concelho de Pombal, que é o maior concelho de todos os concelhos que estão no PROF do Centro Litoral, uma moratória precisamente para dizer assim: “Até o inventário estar esclarecido, não há ampliações de espécies nenhuma.” Portanto, faça-se a fotografia e perceba-se o que é que aqui temos, para depois se poder aplicar um critério que o Plano Regional programa em função das opções políticas que foram aprovadas. Muito obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“No fundo, é só para pedir um esclarecimento, porque este plano, em teoria, assim que for publicado em regulamento, vai direcionar a política florestal do Município em termos de proteção da floresta – não é, como dizia o Presidente, em termos de ordenamento; a ferramenta, temos o PDM. Mas, a minha questão tem a ver com as plantações, neste caso, de eucaliptos, que é a que nos preocupa mais, e de pinheiros, se o Município terá alguma ferramenta, como é que funciona neste momento o licenciamento das plantações, porque o que nós nos deparamos é que, mesmo em áreas que foram queimadas nos últimos anos, continuam a ser plantados eucaliptos. Se esses pedidos passam pelo Município, se é o ICNF que os faz diretamente, e não dá qualquer conhecimento ao Município, se depois os SEPNA, a equipa da GNR que terá alguma função nesta matéria, se informará o Município, porque nós, Juntas de Freguesia, não temos qualquer conhecimento nesta matéria. Penso que aí, o plano dá-nos, e o que o Município de Pombal tem feito nos últimos anos, mesmo sem plano, é a gestão da rede secundária, e tem feito muitas centenas de hectares de defesa da floresta, mesmo sem plano, e isso é público, com a colaboração das Juntas de Freguesia, e estamos disponíveis para o fazer novamente em 2019, julho que com a aprovação do plano, como dizia o Presidente, o Município terá essa hipótese de ter fundos que participem esses trabalhos. E basicamente era esse o meu pedido, que as Juntas estão disponíveis para colaborar com o Município também em 2019.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Mais alguma intervenção? Então, Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Deputado e Sr. Presidente de Junta, nós temos situações distintas, porque o regime jurídico modificou-se, e portanto, temos processos que foram licenciados pelo ICNF até uma determinada data – que eu não lhe sei precisar de cabeça – nalguns casos com parecer negativo do Município por violarem o PDM. Os casos estão identificados, foram comunicados às autoridades, estão em período ainda de justificação por parte do ICNF, porque os pareceres foram justificados em função do nosso PDM. Mas, reparem, quando o critério que o ICNF manifestamente tem vindo a utilizar – e é o Tribunal de Contas que o diz – é o do uso do espaço, e não da classe de espaço que está no PDM, fica tudo de pantanas, desculpem-me a expressão. Se eu chego a um sítio que é urbano, e que tem floresta, e trato aquele espaço como sendo florestal, porque tem lá a floresta e não devia ter, não há ordenamento de território que resista. Aliás, o Tribunal de Contas vem dizer assim: o ordenamento do território no Concelho de Pombal nesse aspeto é péssimo, e nós devemos ficar preocupados com isso, e eu fico preocupado com isto, mas fico mais aliviado quando percebo que essa circunstância é causada por quem está deficientemente – diz o tribunal – a utilizar um critério que não faz sentido rigorosamente nenhum, porque as entidades públicas e privadas estão obrigadas a cumprir o Plano Diretor Municipal. E portanto, o que devia acontecer era respeitarem-se as normas. E nós, nas normas, temos coisas muito avançadas; a



MUNICÍPIO DE POMBAL

equipa do plano fez um plano muito bem pensado, muito inteligente. Por exemplo, não foi preciso, passado dez anos – ou cinco anos, no caso – vir dizer que as regras, a densidade florestal e as espécies que pode pôr à volta das zonas urbanas, têm que ser estas ou aquelas, como agora temos a questão dos cem metros e a limpeza, que não podemos ter fustes a mais de dez metros de árvores não fruteiras, entre elas, num perímetro de cem metros à volta das habitações, o nosso plano já o dizia. O nosso plano já dizia que não pode haver explorações florestais intensivas junto a núcleos urbanos. Por quê? Porque nós tínhamos identificado todas as zonas envolventes dos núcleos urbanos como espaços não florestais intensivos, o que significava que a densidade e espécies admitidas já não eram tão de risco como aquelas que nós tínhamos.

Portanto, é uma situação diferente, ou seja, o plano foi pensado para uma gestão do território e um ordenamento que, de facto, correspondesse a isto, que tem que haver uma diferença entre o que é um espaço urbano, não fica uma zona de clareira à volta de um espaço urbano; pode ter árvores de fruto, pode ter terrenos agrícolas, pode ter terrenos florestais. Não tem é terrenos florestais com uma intensidade florestal de tal maneira que ponha em risco a segurança das pessoas e património quando tivermos um incêndio florestal. Essa é que foi a razão, e esse é o modelo de planeamento.

Coisa distinta hoje são os novos pedidos de licenciamento, que são vistos à luz do Plano Diretor Municipal, e portanto, criam-nos muito menos dificuldades. Por quê? Porque à partida dizemos: “aqui não pode ter produção florestal intensiva”, e normalmente as pessoas têm que diversificar as suas espécies, o que vai um bocadinho aqui ao encontro do que pedia aqui a Sra. Deputada Célia Cavalheiro, que é: vejam nos seiscentos e quarenta ou seiscentos e cinquenta lugares que temos no Concelho de Pombal, se tivermos cem metros à volta destes perímetros, vejam os milhares de metros quadrados que têm que ser afetos a outro tipo de uso florestal ou frutícola que são diferentes do que temos tido hoje. É um plano que se tem que ir construindo gradualmente, desde que haja respeito por quem pede, por quem licencia e por quem fiscaliza, desta mesma circunstância.

Quanto às ações de fiscalização, mantêm-se válidas todas as entidades que faziam a fiscalização, nomeadamente o ICNF – ICNF, GIPS, GNR, PSP em zona urbana, fiscalização municipal, reclamação do vizinho, Gabinete de Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal, todas estas entidades e serviços estão aptos para receber as informações, e à luz do PDM perceber se pode fazer, ou não pode fazer.

Julgo pela pergunta do Sr. Deputado e Presidente de Junta, que valeria a pena, creio eu, organizarmos uma sessão de esclarecimento para todos, para as entidades que estão no terreno. E portanto, é uma coisa boa, vamos agora fazer esta campanha de sensibilização da limpeza dos cinquenta metros das queimas e das queimadas, e depois talvez lá para maio, junho, tenhamos condições para preparar uma sessão, ou duas, para explicar qual é o regime jurídico, por que portas é que entra, por que portas é que sai, como é que se coordena isto tudo, chamando aqui a equipa do Gabinete Técnico Florestal e a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, que todos os Srs. Presidentes de Junta fazem parte dela. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Deputada Célia Cavalheiro, faça favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Por esquecimento, não disse que a minha opinião era uma declaração de voto. Tenho-a aqui em papel. Posso entregá-la no fim, aí na Mesa? Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Com certeza. Vamos, então, proceder à votação.”

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

Quem vota contra o Ponto n.º 2.6? Quem se abstém? Então, este Ponto n.º 2.6 foi aprovado por unanimidade, com uma declaração de voto da Sra. Deputada Célia Cavalheiro.

Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Não é declaração de voto, mas é sobre este assunto. Apesar de estar na primeira fila e estar de costas para a Assembleia, e não estar de frente, verifico que já há ausências na sua plateia. Gostaria que a Sra. Presidente me explicasse que tipo de unanimidade é esta, quando a Assembleia não está totalmente presente para declaração de voto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. O senhor é um deputado atento, já estou a ver que sim, mas esteja descansado que há quórum. Com certeza, se faz favor Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Deputado, eu acho que estamos a confundir aqui dois conceitos: um é o quórum, o outro é a unanimidade. Se a Assembleia estiver a funcionar com vinte e um membros, que é o limite mínimo com que pode, continua a ter condições de aprovar qualquer coisa por unanimidade, desde que todos os membros votem no mesmo sentido, ou a rejeitar. Sr. Deputado, o senhor foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Almagreira, creio que não é novidade aquilo que lhe estou a dizer.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Então, alguém se opõe a que este ponto seja aprovado por minuta? Então, o Ponto n.º 2.6 foi aprovado por unanimidade e por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar o proposto, com uma declaração de voto da deputada do BE;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Célia Cavalheiro(BE) fez a seguinte declaração de voto:

“Em junho de 2018, o Bloco de Esquerda apresentou nesta Assembleia uma recomendação que propunha a elaboração de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, em vez de colocar essa proposta a votação, teceu considerações sobre um suposto atraso na apresentação dessa recomendação, afirmando que lhe devia ter sido enviada com alguns dias de antecedência. Decidiu, então, colocar a votação, imagine-se, se essa recomendação devia ser, ou não, votada – como aconteceu hoje, aliás, com a minha – e o resultado foi a não colocação a votação. Não aconteceu com mais nenhuma proposta. Não se pode ter dois pesos e duas medidas na gestão desta Assembleia.

Curiosamente, hoje é-nos colocado à votação o documento que o Bloco de Esquerda recomendava produzir em junho de 2018, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Ficámos a saber também que dois meses depois, em agosto, a Câmara Municipal deu entrada dessa proposta no ICNF, que teve parecer positivo em novembro de 2018.

Caros deputados e deputadas municipais, o voto do Bloco é favorável à aprovação deste plano porque, ao contrário do que assistimos habitualmente com muitos dos deputados municipais presentes, o nosso sentido de voto não depende da cor partidária que apresenta a proposta. Contudo, quero informar que este voto favorável se justifica pelo avanço que a proposta representa, com o aval do ICNF, mas consideramos que o plano apresentado não é suficiente, pois do ponto de vista da promoção da resiliência aos fogos, não corresponde à necessidade de diversificar a floresta e combater a monocultura do eucalipto e do pinheiro bravo.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7. Apresentação da proposta da Câmara sobre os processos de aquisição de bens e serviços efetuados no ano de 2018 ao abrigo da autorização genérica, deliberada em 27.12.2017 - Para conhecimento;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos deputados para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Não tendo havido inscrições, passou-se de imediato à votação.

A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos deputados para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“No fundo, aqui em nome também das outras freguesias, enaltecer um apoio que o Município deu às freguesias no Programa Eco-Freguesias. Ou seja, o valor, é óbvio que é uma ajuda para todas as freguesias o pagamento da inscrição neste projeto, mas é mais um sinal, é um sinal de um compromisso eleitoral que foi assumido pelo Município, por algumas freguesias – que eu penso que vai ser para todas as freguesias – e que foi concretizado, está a ser concretizado, estão a ser feitas as candidaturas. E enaltecer esse apoio que o Município nos está a dar, quer tecnicamente, quer financeiramente, porque lembro que o ambiente – e como já foi falado aqui várias vezes – a parte da eletricidade, a parte de outros tipos de mobilidade, vai ser o futuro, e são ações concretas que visam também reforçar projetos que já estão em cima da mesa, Ecoescolas, Eco-Famílias. E no fundo, as freguesias não podiam ficar de parte deste desígnio nacional que é o ambiente, e o Município também, como é óbvio. É mais um trabalho em equipa que está aqui em curso, e queria aqui deixar também a minha palavra de agradecimento ao Município nesta matéria. Obrigado.”

A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação das propostas dos Srs. Presidentes de Junta para convocação de reunião extraordinária do Conselho da Comunidade do ACES do Pinhal Litoral.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira**.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

Foi a pedido dos meus colegas, e vou ler a proposta, para aqui tentar ser claro.

“Cuidados de Saúde Primários – Proximidade, acessibilidade e qualidade”

“Considerando que:

- Os Centros de Saúde são as primeiras entidades responsáveis pela promoção e melhoria dos níveis de saúde da população de determinada área geográfica, e que o processo de reestruturação dos Centros de Saúde não pode ser universal nem uniforme, devendo antes fazer-se de modo progressivo, flexível e consensual, conforme preâmbulo do Decreto-lei n.º 157/99, de 10 de maio;*
- O plano estratégico para a reforma dos cuidados de saúde primários de 2010/2011 reconhece que os cidadãos esperam que o sistema de saúde lhes facilite o acesso a cuidados de saúde com qualidade, equidade e segurança, no momento e local onde eles necessitam;*
- O Conselho da Comunidade é um dos órgãos do ACES ao qual compete, entre outras atribuições, alertar o Diretor Executivo para factos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde, e assegurar a articulação do ACES em matérias de saúde com os Municípios da sua área geográfica, conforme alíneas c) e e) do art.º 32.º do Decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro;*
- A representação da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade é o garante da representatividade de todos os Municípios abrangidos pelo ACES na sua gestão, fiscalização, monitorização e acompanhamento da qualidade do serviço prestado;*
- Os autarcas, e em particular os Presidentes de Junta de Freguesia são os responsáveis públicos mais próximos e representativos das populações, das suas necessidades e vontades;*
- Pela proximidade e pela legitimidade democrática que lhe é conferida, os autarcas devem ser os interlocutores preferenciais e indispensáveis entre as pessoas e os organismos públicos regionais e nacionais;*
- Os autarcas do Concelho de Pombal, e em particular os Presidentes de Junta de Freguesia, sempre estiveram disponíveis para colaborar na reorganização dos serviços públicos, adequando-os às novas realidades, sempre na salvaguarda do superior interesse das pessoas que representam;*
- A Administração Regional de Saúde do Centro optou por tomar decisões referentes à organização dos cuidados de saúde primários no Concelho de Pombal, com significantes impactos negativos no serviço prestado, sem informar, auscultar ou envolver a Câmara Municipal, nem as Juntas de Freguesia;*
- As alterações efetuadas sem o conhecimento dos utentes, dos autarcas e dos próprios profissionais de saúde causam uma situação de desordem e de insegurança, revelando-se prejudiciais ao normal funcionamento de serviços que deveriam ser o principal garante do Serviço Nacional de Saúde;*
- Deparando-se com as alterações efetuadas, os representantes autárquicos locais têm tentado obter esclarecimentos junto do Diretor Executivo do ACES, não tendo tido qualquer resposta.*
- Esta postura do ACES do Pinhal Litoral contraria os preceitos legais e de estratégia nacional para o setor, mas acima de tudo defrauda as legítimas expectativas das pessoas em relação ao Serviço Nacional de Saúde e ao Estado.*

A Assembleia Municipal de Pombal, reunida a 22 de fevereiro de 2019, ao abrigo do art.º 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- Solicitar ao Presidente do Conselho da Comunidade do ACES Pinhal Litoral, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria e da CIM-RL, a convocação com caráter de urgência de uma*



MUNICÍPIO DE POMBAL

reunião extraordinária do órgão, em Pombal, e em que participem os Presidentes de Junta de Freguesia e o Presidente da Câmara Municipal de Pombal;

- Exigir ao Diretor Executivo do ACES Pinhal Litoral a participação nesta reunião, prestando todos os esclarecimentos sobre os planos de reorganização dos serviços, metodologia, substituição de profissionais – médicos, administrativos, enfermeiros – interlocutores habilitados a esclarecer dúvidas, critérios de transferência de utentes entre freguesias, entre outros assuntos tidos como relevantes para garantir a acessibilidade, a qualidade e a proximidade dos cuidados de saúde primários no concelho;

- Manifestar à população do Concelho de Pombal a garantia de que os órgãos autárquicos locais estão atentos às decisões dos organismos públicos regionais e nacionais, e que atuarão sempre na defesa do superior interesse dos Pombalenses, solidarizando-se com as populações nas ações que entenderem tomar em defesa da acessibilidade, qualidade e proximidade dos cuidados de saúde primários no concelho.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Quem quer usar da palavra neste ponto? Sr. Deputado Manuel Freire Barros, tem a palavra.”

Manuel Barros (NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu, em relação a este documento, manifesto aqui que não consigo entender, e gostaria que me esclarecessem, porque a proposta, quem é que faz a proposta? Depois, é uma proposta a fazer exigências, a fazer manifestações, a fazer solicitações? Com o devido respeito, não sei, acho que isto não dignificará muito a Assembleia se sair um documento assim. Devíamos tratar das coisas talvez com algum cuidado. Portanto, isto parece-me mais uma moção. Em todo o caso, eu gostaria que me esclarecessem. Gostaria de participar, mas saber em quê. Ainda por cima, se é uma proposta, não tem subscritores, não sei de quem é. Portanto, era isto que eu gostaria de dizer. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado, tem subscritores essa proposta, esta proposta está assinada por todos os Srs. Presidentes de Junta – se não informei, peço desculpa, a falha foi da Presidente da Assembleia – e assim como pelo representante da Assembleia Municipal de Pombal no Conselho da Comunidade do ACES Pinhal Litoral. Sim, tem razão, estão aqui os subscritores desta proposta. Então, vamos continuar nas intervenções. A Sra. Deputada Elisabete Alves tem a palavra.”

Elisabete Alves (PS):

“Boa tarde, novamente, a todos os presentes.

Era preferível não estarmos aqui a discutir este assunto, era sinal de que tudo estava a correr bem, e que as populações estavam satisfeitas.

Entendemos que existem canais próprios para serem utilizados, sem embargo de se fazer alguma pressão para ajudar as populações. Ora, no entanto, considerando que a Ministra da Saúde tem demonstrado uma grande preocupação pela reorganização dos serviços, manifestando publicamente, e por diversas vezes, sempre que faz as suas intervenções, e que lhe são solicitadas por diversas vezes as questões sobre o estado da saúde, apresenta também a Ministra da Saúde grande sensibilidade para ouvir os operadores da saúde e acolher aquelas preocupações, aqueles aspetos que são necessários e que são justos, esta Bancada manifesta assim confiança no trabalho apresentado pela mesma.

Contudo, o PS de Pombal sempre esteve do lado das populações, e nomeadamente da população de Pombal, no sentido de que os serviços essenciais lhe cheguem de forma plena e eficaz, e concorda que, efetivamente, todas as questões devem ser resolvidas em tempo, todos os assuntos, e que lhe deve ser dada uma resposta atempada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Olhando para esta proposta, efetivamente, e com o devido respeito por quem a subscreve, que muito estimamos, parece-nos ter aqui afirmações muito vagas, não tem exemplos práticos, não concretiza os aspetos, nomeadamente relacionados com os impactos negativos, com a desordem e a insegurança. Portanto, efetivamente, esta proposta não parece concretizar aqui de forma clara, de forma objetiva, os tais aspetos negativos que são considerados pelos Srs. Presidentes de Junta. Por outro lado, nós entendemos que esta proposta, enfim, apresenta aqui uns argumentos, como disse, que não se encontram claros, sendo que consideramos também que na área da saúde se tem vindo a registar já um reforço de alguns aspetos prementes de resolução.

Também sabe esta Bancada – e corrijam-me os Srs. Presidentes de Junta se estou errada – que a Câmara Municipal de Pombal – e o Sr. Presidente também me corrija, se a Câmara Municipal de Pombal e os Srs. Presidentes de Junta não têm vindo junto da ARS a levar propostas de solução, e pergunto também ao Sr. Presidente se não foi agendada uma reunião com o Dr. Pedro Sigalho, a ter lugar em Coimbra, no início de março.

Dizer ainda que ficamos felizes que, efetivamente, aqui a maior parte dos subscritores, eleitos pelo PSD, registem, e na qualidade de Presidentes de Junta, obviamente, eles só podiam registar e defender o Serviço Nacional de Saúde junto das populações, mas ficamos felizes que o PSD olhe realmente com cuidado para o Serviço Nacional de Saúde, já era tempo.

E pelo facto de entendermos que esta Assembleia não é também o canal próprio, nem é o local para se fazer agendamento de reuniões com representantes e dirigentes da saúde, entendemos que os órgãos próprios são, efetivamente, os autarcas eleitos, e nomeadamente também o Sr. Presidente de Câmara, e com todas estas informações e estes considerandos, o nosso voto vai ser de abstenção.

E pretendia dizer, Sra. Presidente, que estes considerandos, que seja considerada a nossa declaração de voto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Com certeza. Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Ainda sobre esta questão, estou um pouco estupefacto com isto porque não entendo bem o que está aqui em causa. A questão é esta: isto até parece uma moção de censura ao Sr. Presidente da Câmara, com o devido respeito, se entendo bem, porque quem tem o poder legal de representação da comunidade perante os órgãos supramunicípio é o Sr. Presidente. Ora, parece que a Assembleia é que está a deliberar que alguém marque uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara – solicitar ao Sr. Presidente da Comunidade tal uma reunião, com caráter de urgência, uma reunião extraordinária em Pombal, em que participem os Presidentes de Junta e o Presidente da Câmara Municipal. Mas, é a Assembleia que vai deliberar isto? Com o devido respeito, pensem um pouquinho na dignidade dos órgãos, senão ninguém leva a sério. Eu até nem percebo o que está aqui por trás da questão, e admito que sejam questões sérias, e que devam ser bem vistas. Agora, eu penso que o Sr. Presidente da Câmara terá certamente algo aqui a dizer sobre isto, porque não quero crer que haja aqui assim um completo divórcio entre o Estado e o Município. Em todo o caso, eu só posso manifestar a minha perplexidade, porque nem sequer consigo entender em que papel querem pôr a Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Presidente de Junta Silvio Santos, se faz favor.”

Silvio Santos (Presidente J.F. Carnide, PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, comunicação social e público em geral.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pois, aqui eu não sei o que é que a Ministra da Saúde anda a organizar, porque em Carnide, as coisas estão cada vez mais desorganizadas. Aqui, o que eu quero manifestar é que nós, em Carnide, há duas semanas tínhamos médico e enfermeira, e hoje já não temos médico nem enfermeira, porque há uma falha de um administrativo, e então a Ministra da Saúde vai organizar, e como não há administrativa, leva-se o médico e a enfermeira, fica tudo organizado para ela. Agora, eu quero saber é onde é que os mil e quinhentos utentes de Carnide vão ser consultados, só por falta de uma administrativa. Será que mil e quinhentos utentes de Carnide não merecem um médico e uma enfermeira? A Junta de Freguesia de Carnide disponibiliza o espaço, a Junta de Freguesia de Carnide paga a eletricidade, paga o aquecimento, manda limpar as fossas; querem mais o quê? Que nós paguemos o salário ao médico e à enfermeira? Eu gostava de perceber que organização é esta, e que futuro querem dar às nossas freguesias. Disse. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Antes de dar a palavra a outro Presidente de Junta, vou só questionar: os inscritos até este momento são o Sr. Presidente Carlos Santos, Humberto Lopes, José Manuel Marques, Manuel Gameiro Domingues, Paulo Duarte. Há mais algum que esteja inscrito? José Gomes Fernandes, Nélson Pereira, Nogueira de Matos. Mais? Felismino. Então, dou a palavra ao Sr. Presidente Carlos Santos.”

Carlos Santos (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD) ---

“Obrigado, Sra. Presidente. Boa tarde a todos, Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, comunicação social e demais público aqui presente. Eu venho aqui manifestar-me em representação da Freguesia de Vermoil, e responder um bocadinho ali à deputada e colega Célia Cavalheiro, que nos estava a confrontar, realmente, que o Centro de Saúde de Vermoil ia fechar. Essa informação foi passada para o público antes da sessão de esclarecimento que tive no princípio da semana, na terça-feira, onde tive cerca de duzentos, ou duzentos e tal utentes preocupados com essa situação. Não sei como é que se espalhou essa informação, a Junta não teve conhecimento dessa situação, pedi explicações ao Município, também não tinha qualquer tipo de conhecimento. Se a Sra. Deputada tem, agradeço que nos divulgue e que nos diga quem é que lhe deu essa informação sobre o Centro de Saúde, se são os seus colegas da “geringonça”, se quem foi, que nós não temos, infelizmente, qualquer tipo de informação mais privilegiada.

Quería manifestar aqui o total apoio sobre esta declaração que temos em cima da mesa, deste pedido de reunião urgente, e quanto mais breve possível, para sossegar os nossos utentes, que é uma preocupação constante. Aqui a Sra. Deputada Elisabete Alves vem-nos dizer que a saúde está tão bem, e que a nossa Ministra está a fazer um grande esforço para termos uma excelente saúde. A senhora não conhece a preocupação das freguesias neste momento, pessoas às cinco da manhã para conseguir uma consulta, a enfermeira vai um dia e está três sem aparecer, a administrativa, chegam lá para marcar consultas, vão ter à Junta de Freguesia a procurar como é que hão de marcar a consulta, é este o nosso estado da saúde neste momento, minha senhora. É de lamentar, que nós todos pagamos os impostos que pagamos, e temos a saúde no estado que temos.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço que marque a reunião que estamos a exigir, caso esta Assembleia assim o desejar, o mais brevemente possível, para nós esclarecermos e termos uma explicação dos nossos governantes, para nos dizer para que estado é que nos querem levar com a saúde neste país. Muito obrigado a todos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Presidente. Dou a palavra ao deputado José Gomes Fernandes, pedindo-lhe desculpa, que foi dos primeiros a inscrever-se, e só agora é que lhe dou a palavra.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Bem, boa noite a todos. Os meus cumprimentos à Mesa, ao Presidente da Câmara e aos vereadores, e aos colegas deputados.

No período de antes da ordem do dia, decidi passar o tempo para outro, porque se estava a esgotar, e entendi que devia passar o tempo. Porém, o assunto que eu deveria ter apresentado, parece-me que teria sido útil para evitarmos alguns pequenos contratemplos que fomos tendo ao longo desta Assembleia. Mas, como houve uma alteração da ordem de trabalhos, ainda estamos a propósito para dizer o seguinte – eu vou ler apenas aqui uma coisa, que diz assim: “Tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem de trabalhos.”

Ou seja, este assunto aqui só poderia ser colocado na ordem de trabalhos desde que dois terços dos deputados aqui presentes reconhecessem que por motivos de urgência, esta proposta devia ser aceite. E eu digo isto porque ao longo dos tempos temos sido inundados com moções, propostas – eu digo inundados, encharcados – e nós começámos a reagir, e verificámos que, de facto, temos que gerir o tempo. Se se entende, e os autores que escrevem os livros sobre estas questões entendem que, de facto, as moções e as propostas podem ser apresentadas no período de antes da ordem do dia, e pode ser votada a sua admissão, embora eu tivesse uma tendência para entender que essas propostas e essas moções também já incluíam a própria alteração da ordem de trabalhos prevista aqui pelo art.º 50.º, n.º 2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, embora eu tivesse esse entendimento, mas como vários autores, no uso da democracia, entendem que se pode apresentar as propostas e as moções.

Mas, iria ao assunto e ao tema aqui introduzido pelo nosso colega deputado Manuel Barros, que muito bem frisou a questão técnico-jurídica do que aqui estamos a discutir. Nós vamos vincular quem? Esta nossa deliberação vai vincular, é vinculativa para quem? Estamos a deliberar para quê? Tem que vincular alguém, ou o Executivo, ou alguém tem que ser vinculado. Nós estamos a fazer uma deliberação, seria mais correto ser uma moção, talvez. Como diz o Sr. Deputado Manuel Barros, talvez devesse ser uma deliberação.

Eu compreendo, de facto, a preocupação das Juntas de Freguesia, e não posso deixar de estar solidário com os Srs. Presidentes, e reconhecer que eles alguma coisa terão que fazer, e deveriam fazer, e estão a fazer, e ainda bem que estão a fazer, porque estão a defender, de facto, quem os elegeu, e estão a defender as suas terras, as suas aldeias, contra o centralismo do voto de Lisboa, e mais o Porto (um pouco menos), para onde os apoios que são concedidos para as zonas mais desfavorecidas pela Comunidade Europeia são desviados para construir metropolitanos, etc., que não são consideradas zonas desfavorecidas, regiões desfavorecidas, e no entanto, é para lá que são desviados o grosso dos apoios comunitários que deveriam ser canalizados para estas regiões, para esta e outras. E portanto, eu percebo que os Srs. Presidentes de Junta se sentem revoltados, abandonados, desprotegidos com esta política da “geringonça”, que abandonou a austeridade e os cortes orçamentais, mas passou às cativações, que é uma maneira mais lixada de lixar a gente, e que é, no fundo, pior ainda.

Posto isto, também deixe-me dizer-lhe mais algumas considerações. Nós hoje, parece que todos aqui tentamos prolongar muito os trabalhos, talvez para exibição – eu também me coloco igual a todos – talvez para exibição da nossa vaidade, do nosso egocentrismo, ou do nosso narcisismo, todos aqui estamos a querer falar muito, falar sobre assuntos que, às vezes, não são importantes. E até lembramos as amizades que temos, ou a participação que temos também em pessoas muito importantes, que por vezes são importantes para nós próprios, para a nossa vida pessoal. E eu



MUNICÍPIO DE POMBAL

até, se calhar, em tom de provocação, para vos dizer que vamos também todos tirar um curso de humildade. Vamos tirar um curso de humildade, todos, e vamos, então, um dia acompanhar os homens que recolhem o lixo, vamos todos fazer o trabalhinho deles, e vamo-nos sentir orgulhosos, honrados por poder acompanhar aquelas pessoas. E depois, quando apresentamos uma moção também – porque uma pessoa de sucesso, nós gostamos de estar com as pessoas de sucesso – vamos também apresentar aqui, um dia destes, uma moção, ou voto de louvor também àquele que recolhe o lixo que todos nós fazemos na cidade, ou nas aldeias, ou nas vilas, que andam a recolher, vamos também apresentar um voto de louvor a esses, também fica bem a humildade. A humildade, de facto, é que torna as pessoas grandes. A instrução torna-as sabedoras e conhecedoras, e dota-as de armas, a arrogância torna-as pequenas, e a humildade torna, de facto, as pessoas grandes.

E dito isto, apenas dizer que as moções se referem a assuntos de interesse geral que não estão na ordem de trabalhos. As propostas referem-se à ordem de trabalhos, assuntos que estão submetidos à ordem de trabalhos. E portanto, eu entendo que isto será uma moção; eu quero votar e vou votar nesse sentido esta moção, porque não posso deixar de estar solidário com esta população e com os Presidentes de Junta. Disse.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Deputado. Agora dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. É muito difícil eu falar neste tema depois do passado e do sofrimento. Eu acho que, muito honestamente, nós ficamos mais doentes, e nós próprios, Presidentes de Junta, porque por vezes verificamos que há uma grande diferença, porque há aqui alguns heróis que diziam que ser Presidente de Junta é ser escravo. Eu não me candidatei para ser escravo de ninguém, nunca. Defenderei os meus ideais, e defenderei o povo, e a mim, enquanto cidadão, e acima de tudo enquanto residente numa das maiores freguesias do concelho. E se alguém achar normal – e estamos a falar de uma gestão, uma organização – que um Centro de Saúde que colabora com quatro mil e novecentos utentes pode fechar as suas portas por falta de uma administrativa – que devia ter três – então, quem coordena é coordenador? É descoordenador? Se calhar, nem a Sra. Ministra sabe disto, porque afinal de contas há muitas delegações e muitas decisões perto de nós que não são tomadas pelo Ministério. As pessoas têm força capaz para delinear seja aquilo que for. E eu sei do que estou a falar.

Portanto, eu só digo o seguinte, e já disse aqui várias vezes: quando este concelho começar a levar um caminho de política, em que se ignora o investimento na economia, em que as pessoas são abandonadas, e que as vilas e aldeias periféricas do concelho – porque há muita gente que está na sede do concelho, não lhe faltam médicos, têm hospital, têm USF's, e depois, por exemplo, para seis mil e setecentos utentes há seis médicos, seis enfermeiros e cinco administrativas, e depois, para quatro mil e novecentos, há três médicos, duas enfermeiras, e às vezes só há uma administrativa. Portanto, estamos a falar de coordenação de quê? Há uma coisa que eu faço na vida há muitos anos, é coordenar. E por isso é que fui para onde fui, e sei o que é que encontrei, e o que é que tenho. Portanto, estou muito à vontade. Eu vim aqui para fazer algo por bem da sociedade; quando não estiver bem, vou-me embora. Não é o povo que me vai mandar embora, sou eu que vou embora, porque quando eu sentir que estamos a ser desprezados, como fomos – por exemplo, quando saiu a Caixa Geral de Depósitos do Louriçal, não estamos a falar do Louriçal; estou a falar da zona oeste, somos oito mil habitantes que ficaram sem o privilégio desta instituição bancária que é pública. Mas, foi por decisão, e que infelizmente ninguém nos



MUNICÍPIO DE POMBAL

conseguiu dizer antes que isto ia acontecer. Agora é a saúde, mais tarde vai ser a educação. E depois, quem é que se fixa nestas vilas? Quem é que quer ali ficar?

Eu só penso o seguinte: a reorganização da saúde, penso que isso é correto; já não é correto é que quem sofre junto das populações tenha pedido audiências ao Diretor do ACES, e até hoje nunca, nem uma palavra. E já lá foi, e o edifício é nosso, por isso é que eu me pus à porta do edifício, quando me mandaram tirar de lá, quando me acusaram que o Centro de Saúde não tinha obras, quando nós tínhamos pedido para entrar há mais de um ano. Já nem falo em mentiras, falo em falta de verdade, e de humildade, e acima de tudo, a honestidade que propomos aos cidadãos, é como alguém que diz: “Político, lá fora sou uma pessoa, cá dentro sou outra”. Eu ouvi isto de um político. Eu não sou assim.

Portanto, o que eu queria deixar aqui é o seguinte: o povo não é cego, o povo sabe bem aquilo que escolhe, e até lhes vou pedir uma coisa: Srs. Deputados, vocês não representam o Governo; vocês representam os cidadãos que vos elegeram. Hoje devíamos estar todos aqui a defender as nossas freguesias, as nossas populações. Isto está a ser gravado, e eu hoje deixo aqui um alerta muito grande: se alguém sofreu na pele, nem nunca na minha vida sofri tanto por algo da saúde, que é sentir as pessoas doentes a ficarem mais doentes, a ficarem psicologicamente doentes também. Isto aconteceu, e muita gente ignorou. Mas, olhe que há pouco tempo, e está aí bem escrito, alguém diz – e atenção que não fui eu que disse, é alguém da ARS Centro – que estava tudo preparado para fechar o Centro de Saúde do Louriçal. São palavras que não são minhas, se quiserem eu apresento.

Aquilo que eu quero dizer é que hoje aqui ficou provado que há pessoas que não defendem as populações, e as populações estão atentas. Eu não, eu vou estar aqui até achar que estou a defender. Quando achar que não, vou-me embora. Muito obrigado.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Dou a palavra ao Sr. Presidente Manuel Nogueira de Matos.”

Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):

“Um cumprimento à Mesa e ao plenário, um cumprimento também à Câmara.

Eu estava a pensar manifestar só o meu apoio a esta proposta, moção, ou como lhe queiram chamar. Mas, depois de ouvir aquilo que ouvi aqui, noutra Bancada, realmente acho que as palavras, que os termos usados nesta proposta ou moção até são demasiado brandos para aquilo que nós estamos a sofrer. E percebo também que há pessoas que estão aqui, e que vêm discutir estes assuntos, em vez de irem, como disse o José Manuel, às freguesias saber o que é que se passa. Eu desafio qualquer um dos membros desta Assembleia a ir ao posto médico a S. Simão ver onde é que estão os ficheiros, a documentação – já nem falo onde é que estão as pessoas; onde é que estão os documentos. Aconselho-as a irem à consulta amanhã a Albergaria dos Doze, ou a Abiul, e pelo que vejo, em todo o lado. Quer dizer, isto nem se pode falar de uma reunião para saber o que é que se vai passar; nós já estamos a ver o que é que se está a passar. Agora, nós queríamos saber, e eu gosto de saber, e já pedi reuniões por escrito, fui recebido uma vez no ACES, foi o Executivo todo, e nem percebi bem se foi pelo contínuo, se foi pelo secretário do ACES. Mas, já pedimos outras reuniões, já pedimos à Coordenadora, a coordenadora também está como eu, coitada, está com sérios problemas para falar com alguém que a possa ajudar.

E portanto, eu apoio de alma e coração esta proposta ou moção, mas acho que ela peca por ser muito branda. E esta reunião, este pedido de reunião é porque nós não conseguimos reunir com ninguém. Se tivermos que ir falar com o Sr. Bispo, vamos falar com o Sr. Bispo, pode ser que ele consiga. E ainda mais fico surpreendido, é que temos aqui membros de uma Bancada que além de conhecerem bem esta área territorial das freguesias, nomeadamente esta União, até podiam, se



MUNICÍPIO DE POMBAL

calhar, falar que há aqui uns canais próprios, se calhar estes canais até existem, eu é que não os conheço. Portanto, agradecia também que me dissessem quais eram esses canais, e se efetivamente a Ministra da Saúde, que me parece uma pessoa muito competente e muito prestável, se calhar eu agradecia que me ajudassem a ter uma reunião com a Ministra. Já que não consigo com o Dr. Pedro Sigalho, talvez com a Ministra consiga. Mas, que fique aqui que, na minha opinião, os termos usados nesta proposta são demasiado brandos. Não utilizo tanto os do José Fernandes, mas andaria aí próximo noutra ocasião. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Presidente Nelson Pereira, tem a palavra.”

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Boa tarde a todos. Começo por cumprimentar a Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, e nas vossas pessoas, os restantes elementos.

Eu estou solidário com os meus colegas da saúde, claro que estou, apesar de eu, na Pelariga, felizmente ainda não ter tido muitos problemas – só agora quando a médica esteve de baixa é que foi pior, mas também tem o direito de estar doente, como as outras pessoas. Mas, isto é um assunto do qual eu já falo há cinco, já falo há cinco anos porque já há cinco anos eu previa que estas coisas – ouvia algumas coisas que me vieram ter aos ouvidos – vinham a acontecer, quando foi criada a Unidade de Saúde Familiar do Vale do Arunca, e outras coisas assim do género.

Agora, é lógico, nós na Pelariga ainda não sofremos muito isto, e espero que não venhamos a sofrer, porque isto não vai ser de muito bom tom se isto vier a acontecer, porque eu só espero, que imagino que não aconteça na Pelariga, e nas duas freguesias vizinhas, o que eu imagino que vá acontecer, porque nós somos prejudicados se isso vier a acontecer, porque temos muitos utentes – se formos fazer contas, Pelariga, Redinha e Almagreira, temos muitos utentes – e a descentralização dos utentes para outras freguesias é capaz de não ser boa ideia.

Os senhores da saúde, que se dignem a vir falar com os Presidentes de Junta, e que peçam opinião aos Presidentes de Junta, porque são as pessoas que dão a cara com o povo, são as pessoas que ouvem o povo. Eles estão lá onde estão, sentadinhos nas cadeiras deles, eleitos por nós, que nem sequer nos dão o valor que nós temos na rua. Por isso, é bom que estes senhores que têm a responsabilidade da saúde tenham dois dedos na testa e pensem bem antes de fazer as coisas. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Presidente Paulo Duarte, se faz favor.”

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS):

“Muito obrigado. Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, boa tarde, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, toda a Bancada, todo este plenário, comunicação social e pessoas aqui presentes.

Esta minha primeira intervenção nesta Assembleia, é logo sobre um tema que me está a incomodar bastante, tal qual como aos meus colegas Presidentes de Junta. Eu tomei aqui duas ou três notas, que eu vou falar sobre elas, porque é uma espécie de déjà vu.

Em 2013, o Concelho de Pombal tinha dezassete freguesias; veio a reorganização administrativa, ficou sem quatro. Correto? Neste momento, são treze freguesias. O Concelho de Pombal tinha uma Extensão de Saúde, ou Centro de Saúde, em cada uma das freguesias; neste momento, já não acontece. E pelo que está a acontecer, daí esta moção proposta, e eu até diria mais, punha aqui ainda mais uma coisa, que era a desertificação, que é isto que estamos a falar. A Freguesia da Redinha tem dois mil e qualquer coisa utentes, ou tinha, passou para mil e novecentos. De mil e novecentos, vêm aqueles rácios por médico, recentemente foram retirados mais trezentos utentes, que passaram para Almagreira, sem qualquer comunicação. Isto é o Presidente de Junta, ou são



MUNICÍPIO DE POMBAL

os Presidentes de Junta os culpados, que não sabem, andam aqui a dormir, não se interessam por nada disto, e outras coisas que todos nós ouvimos. Isto é que é grave, esta falta de comunicação, este virar de costas às pessoas. Isto é complicado.

Há bocadinho falámos aqui de outra coisa, e que foi o Presidente Humberto, acerca dos transportes. O local mais longe da sede da Freguesia da Redinha é a doze quilómetros, é as Ereiras. As pessoas neste momento, para se deslocarem, ou vêm de táxi, ou à boleia com alguém que venha à Redinha, ou então, autocarro, zero. Não há meios de transporte. Isto vai-se agravar. Pelo andamento, neste momento a Redinha tem cerca de mil e quinhentos utentes, tem uma médica (felizmente já regressou, esteve de baixa algum tempo), tem uma administrativa (embora por vezes vá a outros locais), tem uma enfermeira que veio de Almagreira, e já falámos disso, temos lá, felizmente, mas ficámos sem trezentos utentes, que foram para Almagreira. Esta questão de ficar sem os trezentos utentes, eu gostava, e acho que todos nós gostaríamos de saber qual foi o critério adotado para escolherem estas pessoas, porque eu tenho exemplos na Redinha, que foi escolhida uma família que não tem dinheiro para comer. Como é que essa família, e doente, pessoas com muitos problemas, como é que essas pessoas se vão deslocar para Almagreira para ir ao médico.

São estas preocupações que estão aqui vertidas neste documento que apresentamos aqui. Isto é o resultado de várias tentativas, e nesse aspeto, queria agradecer o apoio do Sr. Presidente da Câmara, que também já tentou fazer contatos, e está a apoiar-nos neste sentido. É assim, isto vale o que vale, uma vez que ninguém nos recebe, como disse o Manuel, ninguém nos recebe no ACES em Leiria, pode ser que tomando assim uma medida mais forte, queremos mais força, porque está a ser muito, muito difícil. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Tem a palavra agora o Sr. Presidente Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.”

No fundo, era só para fazer aqui um reforço, e fazer a história que eu já comecei aqui. Ou seja, este assunto tem quinze anos, e como dizia ali, e pedia ajuda ao Doutor, nós de leis não percebemos nada, nós estamos ali a ouvir as pessoas e a levar na cabeça todos os dias, porque no fundo somos os culpados de tudo o que acontecer ali. Chame-lhe moção, proposta, o que quiser. Agora, o que eu lhe digo é que o anterior – nem é comigo, o anterior Executivo da Junta de Almagreira foi inaugurar o livro de reclamações da ARS a Coimbra, porque se conhecermos aqui a organização destas coisas todas, o ACES em Leiria, o Dr. Pedro Sigalho, estamos à espera de resposta de reunião há anos. Ou seja, ninguém nos recebe.

Agora, digam-nos, se têm canais privilegiados com a Ministra, como é que fazemos para ter uma reunião com a Ministra, e resolvemos já aqui o problema, para que nos diga, exatamente, qual vai ser a tal reorganização da saúde. Agora, como é óbvio, quem não sente na pele, quem vive noutros sítios, não precisa de ir àqueles Centros de Saúde, isto não é um problema; isto é uma questão meramente formal, aqui de umas legislações, e de umas alíneas. Percebo isso perfeitamente, não sente na pele, não ouve as pessoas, não conhece a realidade. Agora, quem tem dúvidas, que nos diga, que nós vamos aos locais, vamos aos Centros de Saúde, a todas as freguesias, e as pessoas explicam qual é o problema concreto. Agora, se não sentíssemos na pele, vínhamos para aqui perder tempo? Não vínhamos para aqui perder tempo, como é óbvio. Eu não acho isto uma perda de tempo, e tenho a certeza que vai ser dos assuntos mais complicados de gerir nos próximos tempos, a saúde. Não tenham dúvidas, que é o que as pessoas mais sentem. No fundo, como dizia aqui o Presidente da Redinha, são as pessoas mais desfavorecidas que



MUNICÍPIO DE POMBAL

sentem mais isto na pele. Quem tem dinheiro vai ao privado, ninguém discute isto. Agora, quem não tem, vai como, e vai onde? É a nossa pergunta. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Presidente Paulo Duarte, quer usar da palavra pela segunda vez, alguma coisa que ficou por dizer?”

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS):

“Sim, muito obrigado, e peço desculpa. Isto, o que mais preocupa, e como Presidente da Junta da Redinha, é porque a Redinha é uma terra que, como todas as outras, sente muito as dificuldades, porque é mais agrícola; embora histórica, tem as suas dificuldades. Qualquer terra, qualquer localidade, qualquer vila, qualquer aldeia, qualquer cidade, a meu ver, vive de duas coisas importantes, que é a iniciativa privada e o investimento público. E estamos a falar, no caso do Serviço Nacional de Saúde, de investimento público. Quer se queira, quer não, passa por ali. Agora, eu já tracei um cenário que eu nem quero acreditar nisto, porque eu já durmo mal, e começo a dormir pior. A Redinha tinha um colégio que tinha dois mil ou três mil alunos; esse colégio está à beira da morte. A Redinha tem um Centro de Saúde que se nada for feito, está igualmente. A Redinha tem uma farmácia que, se o Centro de Saúde for, a farmácia não tem sentido. Tem uma dependência da Caixa Agrícola que, perante este cenário todo – e eu estou a dar o exemplo da Redinha, que é a minha freguesia, mas nas outras freguesias o cenário é semelhante. Tirando o Centro de Saúde, a farmácia, a Caixa Agrícola, na Redinha – e agora perdoem-me a expressão – ainda está qualquer coisa que pode ficar, que é vender a ponte pedra por pedra. Eu sou obrigado a chegar a esta conclusão; não me levem a mal, mas eu penso nisto durante a noite. É muito complicado lidar com uma situação destas, muito complicado andar na rua, isto é muito, muito complicado. É só para reforçar mesmo este ponto, de tudo o que os meus colegas disseram, nós andarmos na rua é muito complicado. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Agora dou a palavra ao Sr. Deputado Felismino.”

Felismino Carreira (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde, Sr. Presidente de Câmara, e boa tarde aos membros da Mesa e Srs. Vereadores, boa tarde aos Srs. Deputados, e o meu muito obrigado.

Eu raramente tenho passado por aqui, agora tem sido mais continuamente, e já há uns anos a esta parte eu tenho alertado para a situação da saúde, e tenho defendido que a Freguesia do Carriço foi prejudicada com esta situação. E nesta altura em que se fala aqui em solidariedade entre freguesias, e eu concordo, foi pena que isso não existisse no passado. É que a Freguesia do Carriço foi delapidada em termos de saúde, que era uma situação para os meios de desenvolvimento daquela freguesia, que tem cerca de quatro mil habitantes, e que ficou sem qualquer Centro de Saúde ao seu dispor.

Portanto, isto é para dizer que se efetivamente conseguirem levar a carta a bom propósito, que pelo menos se houvesse essa reversão, para que o Carriço pelo menos tivesse uma unidade de saúde para a sua população, porque é evidente que também temos população muito longe da própria unidade de saúde, e que provavelmente há pessoas que têm as suas dificuldades, simplesmente para vir à Junta de Freguesia para saber como é que é, como é que não é, há aqueles critérios que se têm que obedecer, e muitas vezes as pessoas perdem-se nisso, e dizem que não vale a pena, não vale a pena continuar. E enfim, quem vai sofrendo e quem está a sofrer na pele com isso são os Presidentes de Junta, e provavelmente a Câmara.

Noutro tempo, se todos se recordam, houve alguém de uma Bancada que fez uma manifestação lá a um sábado, sobre o problema da saúde; pois voltou para aqui, e também para a Câmara, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

agora vem dizer que os critérios são bestiais, são honestamente solidários, está tudo pacífico. Camaradas, cuidado com o que se ouve, e com o que se diz.

Colegas, é assim, eu estou solidário com esta moção, proposta, seja o que for, e se tivermos que enveredar por caminhos que não são talvez os mais dignos, mas que nos façam ouvir perante o Poder Central, vamos a isso. Eu vou na linha da frente, não tenho problemas nenhuns em colaborar. Portanto, parabéns à proposta – ou à moção, como lhe queiram chamar – é só pena vir tarde, e noutro tempo, quando se falou aqui, muita gente olhava para o lado, e isso é que hoje me dói e me entristece, porque afinal as pessoas hoje já estão a ver que naquela altura, quando se falava, não sentiam na pele, não sentiam na parte das suas populações, nesse sentido. E hoje está a correr as freguesias quase todas do concelho.

Sra. Presidente, muito obrigado. Desculpem lá esta minha intervenção, mas eu tinha que desabafar, porque isto está-me aqui atravessado há muitos anos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Fez muito bem em desabafar. Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sra. Presidente, muito obrigado.”

A minha intervenção vai ser muito rápida, é mesmo só para manifestar aqui a posição do CDS em relação a esta matéria, e ser o mais pragmático possível. Não me interessa se é uma proposta, se é uma moção, seja o que for; desde que seja para garantir aquilo que é o interesse das populações das nossas freguesias, naturalmente que o CDS está solidário com os Srs. Presidentes de Junta, como está solidário com qualquer entidade que pretenda defender isso mesmo. E o mesmo se passa nos transportes. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rodrigues Marques.”

Manuel Rodrigues Marques (NMPH) ---

“Muito obrigado, Presidente.

Quase tudo já foi dito, mas eu convidava os companheiros socialistas, e particularmente ali o Dr. Carlos Lopes, que é lá de Albergaria e tem lá família, a amanhã irem lá e verem onde é que os doentes vão à consulta. Vão a Abiul, vão a Abiul à consulta as pessoas de Albergaria, porque a administrativa está de baixa, e agora têm que ir para Abiul. Era preferível passarmos para Ourém, irmos a Urqueira, porque lá aquilo funciona. Eu não consigo perceber como é que no Concelho de Ourém as coisas funcionam, e aqui em Pombal não funcionam. Não sei, não consigo entender. Votem contra, façam o que vocês quiserem, agora fiquem com este ónus: as pessoas de Albergaria, de há um mês para cá, e até mais de um mês, quando a administrativa não vai, vão à consulta a Abiul.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Gomes Fernandes.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Bem, para dizer o seguinte: nós podemos fazer uma reflexão sobre o que se está a passar e perguntar se não necessitamos, de facto, de uma descentralização mais forte, uma descentralização do poder. Se compararmos Portugal a Espanha – Espanha é muito maior, claro, mas em Portugal, quase todos os institutos e organismos centrais estão sedeados em Lisboa; em Espanha, estão quase todos dispersos pelas várias cidades e pelas várias regiões de Espanha. E em Portugal muito se discute sobre a descentralização, às vezes com programas televisivos para também enaltecer o ego de quem lá vai, mais uma vez, e nada se faz porque, de facto, apenas se fala. Se nós pensarmos bem, a Caixa Geral de Depósitos tem a sede em Lisboa, as companhias



MUNICÍPIO DE POMBAL

seguradoras todas têm a sede em Lisboa, as grandes empresas têm todas a sede em Lisboa, o Governo, os institutos públicos, têm quase todos sede em Lisboa, pequenas delegações, Direções Regionais, por aí fora, algumas espalhadas, e poucas. Se formos, portanto, pensar por que é que isto está a chegar, está a chegar a este ponto porque, de facto, nós temos que lutar por mais do que o que se está a passar a nível da saúde. Nós também podíamos falar da justiça, o que é que está a acontecer também com a justiça, o que é que nós já perdemos, por exemplo, no Concelho de Pombal, perdemos a Comarca, as Comarcas agora já não são concelhias, agora são distritais, os distritos não existem para nada, exceto para algumas coisas, como por exemplo, para as Comarcas. A Comarca é Leiria, embora ainda tenhamos aqui juízos de família, querem ir tirar alguns, temos um juízo de execução que devia estar aqui, mas está sediado ainda em Ansião. Mas, de facto, já não temos comércio, administrativo e fiscal já não tínhamos também, criminal; temos aqui juízos locais apenas, cível, também já não temos o cível central, acima dos cinquenta mil euros (50.000€) das ações, e portanto, nós também podíamos falar aqui da justiça, e também era legítimo. O que temos que perguntar, de facto – e aí, foi no tempo da troika que isso aconteceu, tanto se prometia reverter a situação, mas não aconteceu, são meras promessas. Nós muito poderíamos falar aqui.

E é também sabido que as Direções Gerais, os institutos, todos os organismos centrais, estando em Lisboa, os políticos, os Ministros, os Secretários de Estado, todos os assessores, aquela máquina enorme de assessores que existe, e todos os altos funcionários, estando lá, Presidentes de Direção, Presidentes de Assembleia Geral, Presidentes de Conselho de Administração, todos lá estão, todos eles, de facto, recebem remuneração acima da média do país, mas nós também pagamos para essa remuneração – por exemplo, na Caixa Geral de Depósitos, no Banco Pinto e Sotto Mayor, sei lá, em todos os bancos também pagamos ao Diretor Geral que lá está e aos acionistas. Portanto, está a ser desviado – atenção, está a ser desviado – património, dinheiro do nosso concelho; é preciso refletir sobre isto, está a ser desviado e está a empobrecer o nosso concelho.

Eu tento comprar sempre nas lojas de Pombal, comprar produtos em Pombal, utilizar os serviços de Pombal, e também dou esse exemplo à Câmara, porque às vezes nós também dizemos que fazemos nomeações, e é por puro tacticismo, que me desculpem, é puro tacticismo. E portanto, também temos que dar esse exemplo, tentando incentivar o rendimento e tentando cativar as pessoas cá, fazê-las trabalhar cá, produzir cá. E portanto, temos que nós todos dar o exemplo, todos. Eu já o faço, tento fazê-lo: se tiver problemas de engenharia, procuro os engenheiros da terra, arquitetura a mesma coisa, procuro os da terra, não preciso de procurar fora, procuro os do concelho, obviamente, como procuro todos os outros profissionais liberais, procuro os de cá, na medicina também procuro, exceto se não houver. Se houver necessidade, por exemplo, de ir ao Hospital de Leiria – também está um pandemónio, mas não vou falar sobre isso agora.

E portanto, esta é a consequência, o que se está a passar é consequência disto tudo, que nós estamos apenas a tratar um pequeno problema, mas temos que ver isto no aspeto geral, que ainda não vimos. E temos que, se calhar, discutir no Concelho de Pombal, não sei onde, nos diversos fóruns, inclusive aqui e nas Juntas de Freguesia, discutir esta questão mais ampla, o que é que nós devemos exigir, que Direção Geral, ou que organismo, ou que instituto queremos para Pombal – ou queremos que venha para Leiria também, que já é aqui perto, se for necessário. O que é que nós queremos, quais os que vamos exigir, porque temos condições e temos afinidade para os instalar cá. É isso tudo que nós devemos perguntar.

Quanto a isto, repito, vou obviamente, como disse, apoiar, embora o aspeto técnico-jurídico não esteja bem formulado, mas também o disse, que a revolta dos Presidentes de Junta, eu compreendo, e com quem estou solidário, porque também me afeta a mim, enquanto cidadão do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Concelho de Pombal, e nascido na Freguesia de Carnide. Para quem já viu muita coisa, está a haver coisas muito graves. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente. Apenas para repor a verdade relativamente a algumas coisas que ouvi aqui de alguns Presidentes de Junta, nomeadamente do Presidente de Junta de Vermoil, Carlos Santos, que disse que eu disse que estava tudo bem na saúde, e isso não é verdade, eu não disse isso.

Também para dizer ao Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de S. Simão de Litém que não tenho o contato da Ministra da Saúde; tenho pena, gostava de ter, porque havia muita coisa para lhe pedir e muita coisa para lhe dizer. No entanto, acho que temos representantes, temos o Presidente de Câmara, que é o nosso representante, e que deve conseguir falar com os dirigentes, com os representantes da saúde. Como eu disse há bocado, creio estar agendada uma reunião já com o Dr. Pedro Sigalho, e portanto, o Sr. Presidente certamente nos irá esclarecer se é ou não é, ou se estão em conversações para haver essa reunião já proximamente.

Dizer ainda que, tal como eu tinha dito, eu reitero que este não é o meio próprio, não é através da Assembleia que se marcam reuniões com os representantes da saúde, com os dirigentes das questões da saúde, não somos nós que temos que agendar reuniões. Atenção que é isso que se pretende aqui na proposta, é isso que é pedido, para se agendar reuniões.

Dizer ainda que não se ignora a sensibilidade deste assunto, aliás, eu comecei mesmo por falar nisso, e que estamos solidários, e sempre estivemos, com a população nestas matérias. E nem tudo está bem, obviamente, eu não disse que estava tudo bem. Os Srs. Presidentes de Junta deram aqui alguns exemplos, concretizaram, obviamente que não estão na proposta, como eu disse, a proposta tem conceitos vagos, não concretos, e portanto, tivemos aqui alguns Presidentes de Junta, e nomeadamente – e não querendo estar aqui a fazer distinções, mas creio terem sido dados vários exemplos, nomeadamente relativos ao que se passa na Junta de Freguesia da Redinha. E portanto, no sentido de estarmos sensíveis, de entendermos que este é um assunto sensível, que não está tudo bem, nós vamos abster-nos, porque, efetivamente, este não é o meio próprio, não é desta forma que se marcam reuniões, e nós temos o Sr. Presidente para certamente nos representar, e os Srs. Presidentes de Junta, como eu disse há pouco, de fazer chegar propostas à ARS, que eu não sei se têm feito chegar propostas à ARS. E portanto, era só isso que eu queria dizer, Sra. Presidente, para já.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Manuel António.

Manuel António dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, as minhas palavras vão essencialmente para as Bancadas, porque eu compreendo perfeitamente este momento desesperado dos Presidentes de Junta, porque há duas áreas que a Bancada do PSD, do PS, Pombal Humano, CDS, Bloco de Esquerda, percebem que estão em grande mudança, e com grandes impactos. E esses é que interessam à população de Pombal falar, a educação e saúde, pelos impactos que têm. E por causa de quê? Da situação atual do país, da situação real, da demografia, dos contratos de associação, dessas coisas todas, que estão todas associadas umas às outras. E da economia do país, porque senão, nós só estamos a falar desta reorganização dos cuidados de saúde porque não há dinheiro para se sustentar aquilo que havia antes. E não vale a pena nós estarmos a voltar atrás, por que é que veio a troika, porque aí não vamos chegar a lado nenhum, e vamos aqui nos desentender naquilo que



MUNICÍPIO DE POMBAL

são as opiniões, e qual foi o papel de A ou de B, do Partido A ou do Partido B, em relação à questão financeira.

Vamos ao essencial: os Pombalenses não são só a cidade de Pombal, com o Hospital de Pombal, com as duas USF's, com uma instituição privada também na área da saúde, que presta cuidados de saúde a muitos, mas principalmente a quem tem ADSE e a quem tem outro tipo de serviços; nós estamos a falar da população em geral. A reorganização dos serviços de saúde é algo que começou há muito tempo. Eu tive o privilégio de acompanhar um processo que era para ter sido concretizado no mandato do Eng.º Sócrates, em 2010, e por falta de dinheiro não foi feito. E reparem, as minhas palavras vão para o oportunismo político. Nós estamos a falar de uma matéria que é aquela que é muito sensível para as populações, o oportunismo político não pode estar nestes dois temas, nós temos que fazer o que tem que ser feito. Reparem, os Presidentes de Junta não são todos do PSD. A Bancada do PSD está solidária, obviamente, com esta proposta – ou moção, chamemos-lhe assim. Dr. Manuel Barros, é muito estranho que eles tenham que vir aqui pedir o apoio da Assembleia Municipal para lhes dar ainda mais força à força que eles já têm por inerência. É estranhíssimo, mas acredite que é verdade. Infelizmente, é verdade. Por quê? Porque depois não há quem queira dizer como é que se vai organizar a saúde, quais são as Extensões de Saúde que vão fechar, quais são as Unidades de Saúde Familiar que se vão fazer, e onde. E nós vamos estar depois, daqui a uns tempos, os que têm mais Presidentes de Junta, como é o caso do PSD, com a responsabilidade de o ter feito. Olhe, eu senti isso na pele, o Eng.º Narciso construiu o edifício na Guia, sabia ele há muito tempo que se ia concretizar uma Unidade de Saúde Familiar. E depois o que é que deu? A população, quando chegou a hora da verdade, encarregou-se de penalizar quem teve bom senso na altura.

O que é que isso significa? Ao CDS, que está aqui à minha esquerda, ao PS, Pombal Humano, e ao Bloco de Esquerda – que já não teve paciência para nos aturar, porque já não é uma moção da sua iniciativa, mas isso, eu falarei pessoalmente com a Célia – o que é que se pede? Que realmente se ajude a definir aquilo que devem ser os cuidados de saúde no Concelho de Pombal, e o que é que vai acontecer, porque senão a responsabilidade cai neles, porque é mesmo neles, eles é que sentem aquilo que nós não sentimos; eu próprio já me aliviei dessa carga. Mas, eu sei o que é que isso significa. O papel de Presidente de Junta, só passando por ele.

E aquilo que aqui fica, caso nós votemos, e fico preocupado, Sra. Deputada Elisabete Alves, que a Bancada do PS opte por dizer que se vai abster. Por quê? É lavar as mãos como Pilatos. Desculpe lá, isto é importante, neste momento, dar força, através da Assembleia Municipal, para este momento que acontece, e depois cada uma das Bancadas fazer o que pode fazer junto dos canais que tem, para garantir que o território num concelho tão grande, quase como o da Ilha da Madeira – Pombal tem seiscentos e cinquenta quilómetros quadrados, faltam-lhe cem quilómetros para ser do tamanho da Ilha da Madeira. Há bocadinho estava a olhar ali para o documento da floresta, e vi a área ardida na Mata Nacional, até dói, porque são áreas imensas, e olhar para um território destes e perceber assim: o que é que nós queremos para a população? Elas ficam mais bem servidas de que forma, com a área da saúde? Com a redução de médicos e com a reorganização da saúde como ela está a acontecer? Vamos continuar a ter Extensões? Onde é que vamos ter? Mas, essa decisão é do Município? Não é. Mas, vem alguém do Ministério assumir posições? Na USF do Oeste, quando foi para a constituir, não apareceu nunca ninguém; apareceram a dois meses do ato eleitoral, basicamente. Obviamente que correu mal o que tinha que correr, e ficou o ónus para os profissionais da saúde, que têm sido extremamente zelosos, porque a metodologia é outra.

Por isso, aquilo que eu quero aqui apelar aos responsáveis dos Partidos – e estão aqui vários – é que neste processo, na educação e na saúde – e agora é o da saúde – que são estruturais para o



MUNICÍPIO DE POMBAL

concelho e para as freguesias, nós conseguimos definir alguma coisa comum. Por quê? Porque vai perpetuar-se nos próximos trinta anos, isto vai cá ficar. Nós depois podemos ter aqui divergências de opinião com estratégias, com modos de atuação, mas nestas áreas, há aqui um desafio muito grande, e que vai marcar a qualidade da prestação de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde – não é dos outros, é do Serviço Nacional de Saúde, porque é disso que nós estamos a falar. Por isso, a Bancada do PSD vai votar favoravelmente e vai dar este apoio, e esperemos que ao acontecer esta reunião que se deve exigir, esta e as outras todas, que se consiga construir uma resposta para a área da saúde que realmente seja resposta para as pessoas, que as pessoas, para além do sentimento de perda que vai ser inevitável, de certeza, nuns casos ou noutros, haja o equilíbrio, e que não haja o oportunismo político-partidário que normalmente aparece nestes acontecimentos. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado. A minha intervenção vai ser curta, porque basicamente já muita coisa aqui foi dita. Obviamente que a saúde é um assunto que nos preocupa a todos, quer sejamos do Partido A, do Partido B, do Partido C ou do Partido D. Haja alguém nesta Assembleia que diga que não está preocupado com a saúde, haja alguém, não me parece que a resposta possa ser afirmativa. Obviamente que ninguém pode ficar satisfeito com estas situações, ninguém pode ficar satisfeito. E como dizia há pedaço a minha colega de Bancada, era muito mais útil para nós, e era preferível não estarmos aqui a discutir esta questão, significava isso que as populações estavam bem servidas, que os Srs. Autarcas estavam satisfeitos com a forma como as coisas estavam a acontecer, e nós não estávamos aqui com esta discussão. Infelizmente, não é assim.

E portanto, acho que não podemos, não devemos, a bem do respeito que as populações nos merecem, estar aqui numa lógica de passa culpas. Como dizia há bocadinho o nosso deputado Manuel António, de facto, não se deve partidizar isto, não se deve politizar esta questão. Ela é deveras importante para que alguém retire daqui dividendos políticos.

E Sra. Presidente, eu acho que era importante que nós fizéssemos todos, despidos de preconceitos políticos, uma reflexão sobre aquilo que queremos para a saúde no Concelho de Pombal, e nessa reflexão apontarmos soluções. Nós temos aqui Presidentes de Junta que estão a sofrer na pele aquilo que são os constrangimentos com a falta de médico, com a falta de administrativos, com a falta de enfermeiros, e não basta virmos aqui com retóricas; não basta virmos aqui com retóricas. Temos que – e peço desculpa pela expressão – descer à Terra e fazermos essa reflexão, e arranjar soluções. Sejam pragmáticos, arranjar soluções.

Sr. Deputado, Eng.º Rodrigues Marques, eu conheço a realidade de Albergaria; eu conheço a realidade de Albergaria, e sei, há dois anos, ou três, o que passei para conseguir uma consulta para um familiar. E sei o que passei. Eu conheço a realidade, infelizmente. E digo-lhe mais, e está aqui o Sr. Presidente da Junta, Sr. Manuel Henrique Nogueira de Matos, que sabe, quando eu fui deputado na Assembleia de Freguesia, que fui das primeiras pessoas a levantar a questão do perigo que existia do encerramento da Extensão de Saúde de Albergaria dos Doze, e ele está aqui, não me deixa mentir.

Portanto, caros colegas, acho que quem está a viver esta situação, e porque parece que há aqui dificuldades de comunicação, é importante que se insista com o pedido das reuniões, é preciso que quem tem a capacidade de decidir perceba que isto é um drama para as pessoas, e é um drama quanto mais não seja porque temos aqui duas realidades que não podemos ignorar: primeira realidade, as populações estão cada vez mais velhas, este é um facto que não podemos



MUNICÍPIO DE POMBAL

ignorar; segunda realidade, a mobilidade dessas pessoas está cada vez mais reduzida. Isto são dois fatores que quem se debruça sobre as questões da saúde não pode ignorar, sob pena de desvirtuar por completo aquilo que é o serviço de saúde prestado às populações.

Portanto, caros colegas, caros deputados, acho que é importante que se faça aqui a reflexão, e que se apontem as soluções. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Aqui o Sr. Deputado Manuel Barros faz um pedido de esclarecimento à Mesa. Consiste concretamente em quê, Sr. Deputado?”

Manuel Barros (NMPH):

“Sra. Presidente, é o seguinte – aliás, já dois Srs. Deputados se referiram a mim, e eu, em relação a esta questão que está aqui a ser debatida, já manifestei as minhas dúvidas, sei que o que está em causa são problemas muito complexos do nosso país – não é um problema do Concelho de Pombal – e portanto, eu não tenho nada contra que haja uma manifestação, ainda que impreparada, digamos assim, desta Assembleia, e que se lhe chame “moção” – para mim isto é muito importante, sob pena de eu não poder votar, por não poder votar uma proposta invocando o exercício de uma competência que não está aqui declarada.

E portanto, tem toda a razão o Sr. Deputado José Gomes Fernandes, e também em relação à questão de fundo, tem toda a razão o Sr. Deputado Manuel António, os portugueses estão a passar por momentos de tremendas alterações das nossas condições de vida e de existência, não nos temos apercebido disso. Isto não é questão que se possa imputar a Partido A, Partido B, a “geringonça”, qualquer que ela seja; o que está em causa são situações gravíssimas, que eu exortava a Sra. Presidente a convocar uma reunião extraordinária para debater temas singulares, saúde, educação, ambiente, mas para fazermos debate geral sobre a questão, descentralização, exatamente, porque a descentralização, que é o que está agora a ser muito falado, tem uma questão extremamente importante da sua viabilização, que é a questão do financiamento. E as pessoas pensam que se podem fazer milagres, e que basta exigir, que alguém tem que nos dar.

E portanto, Sra. Presidente, é uma questão, que eu peço desculpa por estar a abusar do meu pedido de esclarecimento, para dizer que eu votarei uma moção, despida, portanto, desta invocação desta competência, que não é o que está em causa, e chamar a isto realmente “moção”, até porque auxiliará o Sr. Presidente da Câmara para daqui em diante, representando o interesse geral da comunidade e escudado na manifestação da Assembleia, ter outra força. É sobre este assunto.

E já agora, queria também manifestar o meu apreço pelo Dr. José Gomes Fernandes, finalmente tenho mais alguém a pensar comigo sobre as questões da importância da forma que nós utilizamos nas nossas deliberações. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nogueira de Matos, se faz favor.”

Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):

“Breves palavras, para dizer que eu e o deputado Rodrigues Marques nos enganámos, os membros desta Bancada não vão amanhã para Albergaria dos Doze, para a consulta, porque efetivamente não há; vão lá na segunda-feira, porque amanhã é sábado, e ao sábado não há consultas em Albergaria.

Posto isto, eu fico estupefacto com aquilo que disse o meu colega Carlos Lopes, colega de Bancada, porque aquilo que ele sabe que estamos aqui a discutir, estamos a discuti-lo há três anos, e nunca conseguimos uma reunião com ninguém. Fomos com um grupo de pessoas ao



MUNICÍPIO DE POMBAL

ACES, a Leiria, com sete pessoas, levámos um abaixo-assinado de não sei quantas pessoas. E o resultado? O Dr. Carlos Lopes conhece-o? Alguém conhece? O Dr. Carlos Lopes, ou outro membro do Partido Socialista, que sabe que isto ocorre há tanto tempo, há tantos anos, agora vem propor um canal para discutir um assunto para levar mais três anos? Quantas pessoas já morreram, se calhar, sem consulta, por causa disso? Quantas pessoas é que têm que ir a Abiul, como disseram há bocadinho? E amanhã, quantas pessoas de Albergaria é que, se calhar, têm que ir a Carnide? Vocês não estão cá, desculpem lá.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Então, Sr. Presidente da Câmara, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu creio que sob o ponto de vista substancial, que são as razões que motivam este agendamento do ponto e a votação, eu creio que estamos todos de acordo, e percebemos que, de facto, é preciso obter informações, é preciso obter esclarecimentos, e antes de fazermos uma discussão sobre o que é que queremos, como propõe o Dr. Carlos Lopes, eu acho que, de facto, as entidades que têm legitimidade e responsabilidade para executar essas reorganizações nos devem, antes de qualquer circunstância, informar aquilo que pretendem fazer. E portanto, acho que a questão da substância está ultrapassada, estamos todos de acordo, precisamos, de facto, de informação, que é aquilo que o ponto diz – o segundo ponto diz: “Prestar os esclarecimentos sobre os planos de reorganização dos serviços”. Faz sentido que nós não os conheçamos? “Metodologia de substituição de profissionais” – são informações que deviam correr com a maior facilidade possível, em que as Juntas de Freguesia e a Câmara deveriam ser os primeiros a ajudar a perceber as dificuldades que existem na contratação dos médicos, e por aí fora. Não é escondendo-nos informação que nós podemos ajudar.

Mas, há aqui outra matéria que eu, não querendo repetir uma coisa que provavelmente a maior parte dos Srs. Deputados sabe, eu acho que aqui devo dizer, porque há aqui dúvidas sobre a figura que está a ser utilizada, e eu acho que isto criou aqui uma grande controvérsia porque, de facto, ela não é normal, a figura, mas está na Lei. É a Lei que estabelece que o Conselho da Comunidade, que é um dos órgãos do ACES, com o Diretor Executivo, o Conselho Executivo e o Conselho Clínico, há o Conselho da Comunidade, e a Assembleia Municipal elegeu um representante, não foi da Assembleia; a Assembleia Municipal elegeu o representante do Município no Conselho da Comunidade. E portanto, no Conselho da Comunidade, é o representante do Município que é subscritor da proposta, que é o Dr. João Coucelo, eleito por esta Assembleia, que tem a legitimidade para nos representar, e evidentemente tem legitimidade para requerer a convocação extraordinária, porque ele é que é membro do órgão. E não faz sentido que o órgão que o elegeu tenha aqui uma posição absolutamente de acompanhamento e de fundamentação das razões que, de facto, extraordinariamente reclamam a necessidade de o órgão reunir para debater exclusivamente o problema de Pombal, com as declarações que aqui ouvimos dos Srs. Presidentes de Junta? Porque eu também não estava à espera que esta proposta que sustenta o ponto fosse uma proposta que viesse aqui explicar a história toda, e que tivesse cinquenta páginas – pediu reunião, não veio à reunião, foi assim, foi atendido pelo contínuo, eu fui lá, fiz aquela coisa, depois pediram-me isto – não é isso. Os depoimentos que aqui tivemos são suficientemente claros para perceber que há dificuldades na comunicação de informação básica, que nós temos direito a conhecer, que não deve haver aqui um facto consumado, em que só mais tarde é que nós sabemos, pôs lá um papel na porta, e agora vai tudo para Abiul, vai tudo para Vila Cã, vai tudo para um lado qualquer. Não é isso. Se nós queremos ajudar as pessoas, nós temos que conhecer o que é que os responsáveis andam a fazer, o que é que os responsáveis estão



MUNICÍPIO DE POMBAL

a organizar, que estudos é que eles têm para tomar as decisões. Porque quando foi a criação das duas UCSP's, alguém ouviu a Assembleia Municipal? Alguém pediu opinião? Alguém quis saber quais eram os transportes que existiam para um lado e para o outro? Foi imperativo, passa a ser assim, e foi decretado. Nós não estamos a discutir a legitimidade de se fazer isso, nem vamos contra isso, porque é o que estabelece a Lei. Mas, temos ou não temos direito a participar na discussão? Temos. Quem é que nos levou para o ACES? Foi o Legislador que disse, o Conselho da Comunidade tem um representante do Município, que é eleito pela Assembleia Municipal, e tem – e vamos aqui ao detalhe – um representante de cada Município abrangido pelo ACES, designado pelas respetivas Assembleias Municipais, e um representante indicado pelas Câmaras Municipais da área de atuação do ACES que preside, que é o Presidente da Câmara de Leiria, que é o Presidente da CIM, e que foi esse que foi decidido que preside ao Conselho da Comunidade. O Presidente da Câmara não é membro do Conselho da Comunidade. De todos nós, o único que lá pode, e com legitimidade, apresentar a proposta, é o Dr. João Coucelo, enquanto membro eleito desta Assembleia, que representa, e que representa o Município, que é o que a Lei estabelece.

Portanto, sair daqui fortalecido e legitimado, com uma posição de fundo da Assembleia, dizendo “os meus autarcas do meu concelho estão preocupados, esgotámos os meios de comunicação, e os senhores continuam a fechar portas, e não nos dão informação”, este mecanismo serve para isso. Se assim não fosse, o Legislador não o tinha escrito nas competências do ACES: “Alertar o Diretor Executivo para factos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde”, alínea c) do art.º 32.º da Lei n.º 28/2008. Não há dúvida sobre a porta. Dra. Elisabete, as suas dúvidas sobre o meio próprio não existem, nada disto, nem diminui o Presidente da Câmara, nem lhe dá força; são canais diferentes. Estamos a falar do órgão, como este, aliás, tem essa missão perante a Câmara, o poder executivo, que independentemente das conversas que possam ter comigo, nada proíbe que a Assembleia Municipal discuta esses assuntos, que se fale com os membros da Assembleia ou falem com a Sra. Presidente da Assembleia sobre assuntos que digam respeito à Câmara. É para isso que os órgãos existem. Eu sei que nunca ninguém convocou extraordinariamente o Conselho da Comunidade. Algum de vocês conhece alguma convocatória do Conselho da Comunidade ordinária? Eu sei que ninguém presta atenção a isto, mas os órgãos existem, foram preparados para ter esta missão, e nós temos que usar. Se há canal próprio, a Sra. Deputada desculpe, se há canal próprio utilizado pela Assembleia, que tem um representante eleito pela Assembleia, que representa o Município – é das poucas matérias em que o representante do Município não é o Presidente da Câmara – faz todo o sentido que nesse órgão competente seja discutido o tema, explicadas as devidas decisões, e que os membros apresentem – como os senhores aqui fazem também – propostas e determinem obrigações ao órgão executivo, seja o Conselho Executivo, seja o Diretor Executivo que tem assento no órgão. É para isso que funciona a democracia, a representação e os respetivos eleitos.

Nada disto contamina a reunião que hoje me foi agendada para o dia 6, às quinze horas – já tenho reunião com a DGEstE, vamos lá ver se conseguimos fazer às dezassete e trinta, não há de ser por incompatibilidade de agenda que não a vamos fazer. Agora, não deixemos que a Assembleia Municipal, através dos seus canais próprios, que são os seus representantes, deixem de pôr nos sítios em que estão representados, através dos meios legais que estão previstos, a discussão dos assuntos, e a partir daqui ficamos a saber se temos, ou não, direito a essa informação, porque o órgão que faz essa fiscalização e o acompanhamento do funcionamento do ACES, da parte Executiva, é o Conselho da Comunidade. Utilizemo-lo, e fizeram muito bem os Srs. Presidentes de Junta em utilizar este recurso, porque é o canal próprio. É o canal próprio.

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

E portanto, acompanho esta proposta em absoluto, apesar de, como sabem, não a poder votar, nem sequer a poder subscrever, porque não sou membro do órgão. Muito obrigado.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Faça favor.”

António Pires da Silva (NMPH):

“Muito rapidamente, é reunião atrás de reunião, horas infindáveis. Eu só pergunto uma coisa: como é que um assunto desta gravidade chega sem nós termos conhecimento dele antecipadamente? Porque nós ficamos aqui muito tempo, e eu devo dizer-lhe, eu penso seriamente se vale a pena estar aqui, porque é um cansaço, é um desgaste. Já disse isto da outra vez, e a minha dúvida é só esta: por que é que este assunto não veio na ordem de trabalhos, tendo em conta a gravidade do assunto que é; como é que ele não veio numa ordem de trabalhos, para depois nós todos podermos refletir, e ser muito mais rápida a sua discussão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Vamos passar à votação. Quem vota contra o Ponto n.º 2.9? Sr. Deputado, o senhor já usou da palavra três vezes neste ponto.”

Manuel Barros (NMPH):

“Sra. Presidente, mas eu fiz um pedido de esclarecimento, e a senhora não me respondeu. Um pedido de esclarecimento tem uma resposta. Altera-se, ou não, o nome do documento?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com 8 abstenções, de António Pires, Virgínia Leitão, Manuel Barros e Fernanda Domingos, da Bancada do Narciso Mota Pombal Humano e de todos os deputados da bancada do PS.


Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

O deputado Manuel Barros (NMPH), fez a seguinte declaração de voto:

“Eu abstive-me nesta votação pelo simples facto de considerar que este não é o instrumento idóneo para comunicar entre a Assembleia e o seu representante no Concelho. Muito obrigado.”

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente: 

O 1.º Secretário: 

A 2.ª Secretária: 